

MESTRADO
MUSEOLOGIA

Da Teoria à Implementação: Plano Estratégico para a Criação do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN

Micaela do Lago Barreiro

M

2026



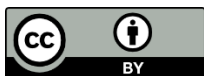
Micaela do Lago Barreiro

Da Teoria à Implementação: Plano Estratégico para a Criação do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Museologia, orientada pelo(a)
Professor(a) Doutor(a) (escreva o nome do/a orientador/a)
e pelo(a) Professor(a) Doutor(a) (escreva o nome do/a orientador/a) [se aplicável]

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2026



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

O que vivi e aprendi sustenta aquilo que agora construo

Sumário

Declaração de honra / <i>Declaration of Honour</i>	5
Agradecimentos.....	6
Resumo	8
Abstract	9
Índice de Tabelas	10
Lista de Abreviaturas e Siglas	11
Introdução	13
1. Enquadramento Teórico	18
2. Enquadramento Jurídico-Legal dos Museus em Portugal	29
3. Recursos Financeiros e Sustentabilidade Económica	37
4. O Museu de Medicinal Legal do INMLCF-DN: Planeamento Estratégico e Diagnóstico Institucional	46
5. O Edifício	62
6. Inventário e Documentação	83
7. As Coleções	96
8. Estratégias de Segurança e Gestão de Risco	105
9. Programas Educativos.....	127
10. Plano de Comunicação e Mediação Digital.....	141
11. Desafios.....	156
Considerações Finais	171
Referências Bibliográficas.....	178
Anexos	199

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada/o previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this dissertation is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da presente dissertação, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo ao trabalho.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this dissertation, and that all interactions (prompts and responses) have been transcribed in the annex to this work.

Porto, 25 de maio de 2026 / *Porto, May 25th 2026*

Micaela do Lago Barreiro

Agradecimentos

A concretização desta dissertação não teria sido possível sem o apoio, a presença e o carinho de várias pessoas que marcaram profundamente este percurso e que levo comigo para a vida. A todas elas, deixo aqui a minha mais sincera gratidão.

Ao Professor Doutor Alexandre Matos, por ter aceitado orientar este trabalho e por me acompanhar ao longo de todo este caminho, pela confiança, pela disponibilidade e por todas as orientações que foram essenciais para a concretização desta investigação.

À Professora Doutora Carla Marques, por ter aceitado coorientar esta dissertação, pelo rigor, pelo espírito crítico e pela forma atenta e dedicada com que sempre me guiou.

Aos docentes e colegas do Mestrado em Museologia da FLUP, que contribuíram para o meu crescimento académico e pessoal, tornando este percurso mais rico, mais desafiante e, sobretudo, mais significativo.

À Viviane e à Fernanda, as minhas eternas “salva-vidas”, por estarem sempre presentes, mesmo quando a distância se impõe. Por cada mensagem, cada palavra certa no momento certo, pela vossa energia inesgotável e pelo vosso coração generoso, que tantas vezes me fez acreditar quando eu própria duvidava.

À minha família, a quem dedico este trabalho de forma inteira e sentida. Em especial, à minha mãe e à minha avó, os meus maiores exemplos de força e amor. A vocês devo tudo: o esforço silencioso, os sacrifícios que nunca foram pedidos, o apoio incondicional em cada conquista e o colo em cada queda. Foram vocês que me ensinaram a não desistir, mesmo quando tudo parece impossível. Esta conquista é, antes de mais, vossa. Ao Joel, Bruno e Spi, por estarem sempre ao meu lado, pelo carinho e pela presença constante, mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao Xico e à Gabi, por caminharem comigo desde o início, por todas as memórias partilhadas e por terem tornado este percurso académico algo verdadeiramente inesquecível. Aos meus afilhados, pela amizade, pelo incentivo e pela compreensão, e por me lembrarem, todos os dias, da importância de dar sempre o melhor de mim.

Ao Professor Doutor Agostinho Santos, por me ter desafiado a dar voz a um acervo que merece ser ouvido e valorizado, e por me ter dado as ferramentas para transformar esse desafio em realidade.

Ao Amílcar, por fazer parte do meu crescimento dentro da instituição que me acolheu, pelos ensinamentos, pelas palavras de conforto e por acreditar neste projeto desde o início — às vezes com a simples, mas poderosa, pergunta: “E por que não?”.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, em especial ao Dr. Taveira, Dr. Rui, Moisés, Viviana, Eduardo e Flávia, obrigada pela paciência, pelo apoio e por compreenderem os momentos em que o cansaço falou mais alto.

Ao Mr. Wolf, por, mais uma vez, embarcares comigo nesta viagem. Não existem palavras suficientes para agradecer tudo o que foste ao longo deste percurso. Pelo apoio incondicional, por nunca largares a minha mão quando tudo parecia desabar, por veres em mim aquilo que, tantas vezes, eu não consigo ver. No meio do meu caos, foste sempre o meu abrigo. Esta conquista é também tua, porque nunca a deixaste ser apenas minha.

Por fim, um agradecimento sentido a todos quantos passaram pelo Instituto de Medicinal Legal e Ciências Forenses – Delegação Norte e contribuíram para o que hoje representa.

Aos ausentes, mas sempre presentes e que nunca serão esquecidos...

A vocês devo quem sou e o que sou.

Resumo

Esta dissertação de mestrado analisa os enquadramentos teóricos, normativos e estratégicos da gestão museológica em Portugal, aplicados ao projeto de criação do Museu de Medicina Legal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses – Delegação Norte (INMLCF-DN). Partindo da definição contemporânea de museu enquanto instituição ao serviço da sociedade, o estudo destaca a sua evolução para um espaço de produção de conhecimento, mediação cultural e educação, enfatizando o papel das funções museológicas na valorização do património.

O texto articula o enquadramento legal português com orientações internacionais, evidenciando a consolidação de políticas que reconhecem o património como instrumento de cidadania, inclusão e desenvolvimento. No plano da gestão, sublinha-se a importância do planeamento estratégico, estruturado em missão, visão, valores e objetivos, bem como o recurso à análise SWOT para diagnóstico institucional. A sustentabilidade financeira é apresentada como dimensão central, defendendo-se modelos híbridos de financiamento e uma articulação entre planeamento económico, impacto social e transparência. O estudo aprofunda dimensões operacionais do projeto museológico, incluindo edifício, coleções, inventário e documentação, segurança, programas educativos, comunicação e mediação digital, propondo um modelo integrado. As coleções, compostas por espécimes anatómicos e materiais periciais, são analisadas enquanto património científico de elevado valor histórico, cuja musealização levanta desafios éticos, interpretativos e de conservação.

Por fim, a dissertação identifica desafios dos museus científicos, como a gestão de restos humanos, a necessidade de rigor técnico e a mediação entre ciência e público. Assume um carácter aplicado, propondo um plano estratégico exequível que estabelece as bases conceptuais e operacionais para a criação futura do museu, reforçando o seu potencial como espaço de educação, investigação e reflexão crítica.

Palavras-chave: Gestão museológica; Património científico; Planeamento estratégico

Abstract

This master's dissertation examines the theoretical, normative, and strategic frameworks of museum management in Portugal, applied to the project for the creation of the Museum of Legal Medicine at the Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF-DN). Drawing on the contemporary understanding of museums as institutions serving society, it highlights their evolution into spaces of knowledge production, cultural mediation, and education, while emphasising the role of core museum functions in heritage valorisation.

The study brings together the Portuguese legal framework and international guidelines, demonstrating the consolidation of policies that recognise heritage as a key instrument for citizenship, inclusion, and development. From a management perspective, it stresses the importance of strategic planning, structured around mission, vision, values, and objectives, alongside the use of SWOT analysis for institutional diagnosis. Financial sustainability is addressed as a central concern, advocating hybrid funding models aligned with social impact and transparency. It also explores the operational dimensions of the museum project, including collections, inventory and documentation systems, security, educational programmes, communication, and digital mediation, proposing an integrated management model. The collections — comprising anatomical specimens and forensic materials — are examined as scientific heritage of significant historical value, whose musealisation raises ethical and conservation challenges.

Finally, it identifies key challenges specific to scientific museums, such as the management of human remains and the need for technical rigour in mediating scientific knowledge to the public. Adopting an applied approach, it proposes a feasible strategic plan establishing the conceptual and operational foundations for the museum's future development, reinforcing its potential as a space for education, research, and critical reflection.

Key-words: Museum management; Scientific heritage; Strategic planning

Índice de Tabelas

TABELA 1 – IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS.....	115
TABELA 2 – AVALIAÇÃO DE RISCOS (MÉTODO ABC)	116
TABELA 3 – TIPOS DE SEGUROS.....	125

Lista de Abreviaturas e Siglas

AAM	AMERICAN ALLIANCE OF MUSEUMS
AAT	ART & ARCHITECTURE THESAURUS
ART.	ARTIGO
DL	DECRETO-LEI
CCI	CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE
CIDOC	INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION
CIDOC CRM	CIDOC CONCEPTUAL REFERENCE MODEL
ICBAS	INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR
ICCROM	INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY / CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS PARA A CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS CULTURAIS
ICOM	INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS / CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS
ICOMOS	INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES / CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS
INMLCF-DN	INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES – DELEGACÃO NORTE
INMLCF	INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES, I. P.
GNR	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
MR	MAGNITUDE DE RISCO
QR	QUICK RESPONSE
RGPD	REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS
SCIE	SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM EDIFÍCIOS
SMART	SPECIFIC (ESPECÍFICO), MEASURABLE (MENSURÁVEL), ATTAINABLE/ACHIEVABLE (ATINGÍVEL), RELEVANT (RELEVANTE) E TIME-BOUND (TEMPORAL/PRAZO)
SWOT	STRENGTHS (FORÇAS), WEAKNESSES (FRAQUEZAS), OPPORTUNITIES (OPORTUNIDADES), THREATS (AMEAÇAS)

TFUE TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO
EUROPEIA

TGN GETTY THESAURUS OF GEOGRAPHIC NAMES

UE UNIÃO EUROPEIA

UNESCO UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND
CULTURAL ORGANIZATION / ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

WCAG WEB CONTENT ACCESSIBILITY GUIDELINES

Introdução

A crescente valorização do património cultural e científico nas sociedades contemporâneas tem reforçado o papel dos museus enquanto instituições fundamentais para a preservação da memória coletiva, para a produção de conhecimento e para a promoção da cidadania cultural. Tradicionalmente associados à conservação e exposição de objetos de valor histórico, artístico ou científico, os museus assumem atualmente funções muito mais amplas e complexas, afirmando-se como espaços de investigação, educação, mediação cultural e participação social. Neste sentido, os museus deixaram de ser entendidos apenas como locais de contemplação passiva do património para se tornarem agentes ativos na construção de discursos sobre o passado, na valorização das identidades coletivas e no estímulo à reflexão crítica sobre as sociedades contemporâneas.

A evolução do conceito de museu ao longo das últimas décadas acompanha profundas transformações sociais, culturais e tecnológicas que alteraram a relação entre instituições patrimoniais e públicos. A democratização do acesso à cultura, o desenvolvimento das tecnologias digitais, a crescente preocupação com a inclusão social e a valorização de experiências participativas conduziram à redefinição das práticas museológicas e dos modelos de gestão institucional. Os museus são hoje chamados a responder não apenas a exigências de conservação e investigação, mas também a desafios relacionados com acessibilidade, sustentabilidade financeira, captação de públicos, inovação tecnológica e responsabilidade social.

Consequentemente, a gestão museológica adquiriu uma importância estratégica cada vez maior, exigindo abordagens interdisciplinares capazes de integrar conhecimentos provenientes da museologia, da administração pública, da gestão cultural, da conservação e restauro, da educação patrimonial e da comunicação institucional.

Em Portugal, a gestão museológica desenvolve-se num contexto marcado pela diversidade histórica e cultural do território, mas também evidencia desigualdades estruturais ao nível do financiamento, da qualificação dos recursos humanos e da capacidade de implementação de estratégias de longo prazo. Conjuntamente, o

enquadramento legislativo português em matéria de património cultural estabelece princípios orientadores destinados a assegurar a proteção, conservação, valorização e fruição pública dos bens culturais, definindo igualmente responsabilidades institucionais e modelos de governação aplicáveis às entidades museológicas.

A legislação portuguesa relativa aos museus e ao património cultural procura, assim, conciliar a necessidade de preservação dos bens patrimoniais com a sua valorização social e educativa. Contudo, a concretização destes objetivos implica a adoção de modelos de gestão sustentáveis e estrategicamente orientados, capazes de responder às exigências contemporâneas da atividade museológica. Neste domínio, o planeamento estratégico assume-se como uma ferramenta essencial para a definição de prioridades institucionais, otimização de recursos e criação de mecanismos de avaliação e adaptação contínua. A definição clara de missão, visão e objetivos institucionais, bem como a implementação de políticas de comunicação, educação e mediação cultural, constituem atualmente dimensões centrais da gestão museológica. Tal perspetiva revela-se particularmente importante em contextos marcados por restrições financeiras e pela necessidade de justificar socialmente a relevância das instituições culturais perante a sociedade e os organismos financiadores.

É neste enquadramento que se insere a presente dissertação, centrada na conceção de um projeto museológico aplicado ao futuro Museu de Medicina Legal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses – Delegação Norte (doravante INMLCF-DN). A escolha deste objeto de estudo justifica-se, em primeiro lugar, pela singularidade patrimonial, científica e histórica das coleções associadas à medicina legal, cujo valor testemunhal permite compreender a evolução das ciências forenses, das práticas médico-legais e das transformações dos sistemas judiciais e científicos contemporâneos. Em segundo lugar, importa salientar a reduzida atenção que este tipo de património tem recebido no panorama museológico português, apesar da sua relevância para a história da medicina, da ciência e da justiça. Por fim, a realização deste estudo decorre igualmente da possibilidade concreta de desenvolvimento do projeto museológico, beneficiando da proximidade institucional ao INMLCF-DN e do

desafio lançado pelas respetivas chefias para a apresentação de uma proposta estruturada para a criação do museu.

Os objetos, instrumentos, documentos e espécimes associados à prática médico-legal constituem, assim, um acervo de elevado interesse histórico e científico, mas simultaneamente marcado por especificidades éticas e comunicacionais que exigem abordagens museológicas rigorosas, sensíveis e cuidadosamente estruturadas. A musealização da medicina legal levanta, de facto, desafios específicos relacionados com a exposição de materiais humanos, com a representação da morte e da violência e com os limites éticos da comunicação pública do conhecimento científico. Estas questões tornam indispensável a construção de estratégias de mediação cultural rigorosas e equilibradas, capazes de assegurar o respeito pela dignidade humana, pela deontologia profissional e pela sensibilidade dos diferentes públicos. Ao mesmo tempo, a valorização museológica deste património pode desempenhar um papel relevante na promoção da literacia científica, na divulgação da história da medicina e das ciências forenses e na aproximação entre instituições científicas e sociedade civil.

Importa sublinhar que o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN não existe atualmente enquanto instituição museológica formalmente constituída e aberta ao público. Apesar da existência de um conjunto patrimonial com elevado potencial científico, histórico e educativo, este património permanece disperso e sem um enquadramento museológico consolidado que assegure a sua preservação sistemática, valorização pública e integração em estratégias de comunicação cultural. Neste sentido, o presente estudo procura responder à necessidade de estruturar um projeto museológico consistente, definindo as bases conceptuais, administrativas, estratégicas e operacionais indispensáveis à futura concretização do museu. A pertinência desta investigação decorre igualmente da escassez de estudos académicos dedicados à gestão e musealização do património médico-legal em Portugal, sobretudo numa perspetiva aplicada à criação de novas instituições museológicas. Assim, esta dissertação pretende contribuir não apenas para a reflexão teórica em torno da gestão museológica e da museologia científica, mas também para o desenvolvimento de soluções práticas que permitam viabilizar a implementação futura do Museu de

Medicina Legal do INMLCF-DN. O trabalho assume, por isso, uma dimensão simultaneamente académica e estratégica, articulando análise teórica, enquadramento normativo, planeamento institucional e propostas concretas de atuação museológica.

Deste modo, o principal objetivo da presente dissertação consiste na elaboração de um plano exequível para a criação do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a apresentar aos responsáveis institucionais competentes. Pretende-se demonstrar a viabilidade do projeto museológico através da definição de estratégias integradas de gestão, conservação, inventário, segurança, comunicação e mediação cultural, considerando simultaneamente as especificidades científicas e éticas inerentes ao património em análise. Mais do que uma reflexão exclusivamente conceptual, este trabalho procura estabelecer um percurso concreto para a futura implementação do museu, contribuindo para a valorização de um património científico frequentemente marginalizado nos discursos museológicos tradicionais.

A presente dissertação organiza-se em vários capítulos que desenvolvem, de forma articulada, as diferentes dimensões necessárias à conceção e viabilização de um projeto museológico aplicado à medicina legal, assegurando uma progressão coerente entre enquadramento teórico, normativo e operacional. Após a introdução segue-se o capítulo que integra o enquadramento teórico da gestão museológica. O capítulo seguinte analisa a legislação e regulamentação dos museus em Portugal, estabelecendo o quadro normativo que orienta a criação e funcionamento destas instituições. O terceiro capítulo aborda os recursos financeiros e a sustentabilidade económica, refletindo sobre modelos de financiamento e viabilidade do projeto. Segue-se o capítulo dedicado ao planeamento estratégico e diagnóstico institucional, onde se definem missão, visão, valores e objetivos, complementados pela análise SWOT. Os capítulos seguintes assumem uma natureza mais aplicada, incidindo sobre: o edifício como dispositivo interpretativo; propostas de coleções a apresentar futuramente; o inventário e documentação do acervo existente; as estratégias de segurança e gestão de risco do museu e seu acervo; os programas educativos orientados para o reforço do papel do museu junto da comunidade; e o plano de comunicação e mediação digital que fará a ligação da instituição com a sociedade.

Todos estes capítulos contribuem para a construção de um modelo museológico integrado. Antes da parte final, inclui-se um capítulo dedicado aos principais desafios museológicos do projeto. O texto termina com as considerações finais, onde se sintetizam os principais resultados e se refletem as potencialidades e perspectivas futuras do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, reforçando o carácter aplicado da dissertação enquanto primeiro passo para a sua concretização.

1. Enquadramento Teórico

O presente capítulo pretende definir os fundamentos teóricos que enquadram a investigação desenvolvida nesta dissertação, incidindo sobre os principais referenciais conceptuais relacionados com a museologia contemporânea e com a administração de instituições museológicas. A análise da realidade museológica atual implica considerar as profundas transformações ocorridas nas últimas décadas, responsáveis pela redefinição do papel dos museus nas sociedades contemporâneas. De espaços predominantemente associados à guarda e apresentação de coleções, estas instituições passaram a assumir funções amplas no domínio da produção de conhecimento, da dinamização cultural, da formação de públicos e da promoção da participação social. Esta evolução trouxe consigo novos desafios organizacionais e operacionais, tornando indispensável a adoção de modelos de atuação capazes de conciliar preservação patrimonial, inovação, acessibilidade e relevância pública.

Paralelamente, importa compreender de que forma os princípios de administração institucional se articulam com as especificidades do universo museológico, marcado pela necessidade de garantir simultaneamente rigor científico, responsabilidade ética e proximidade com a sociedade. Esta reflexão assume especial pertinência no âmbito do futuro Museu de Medicina Legal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses – Delegação Norte (INMLCF-DN), cujo acervo apresenta características particularmente sensíveis do ponto de vista histórico, científico e deontológico. Deste modo, o capítulo procura estabelecer um quadro interpretativo sólido que permita sustentar as opções metodológicas e estratégicas desenvolvidas ao longo da dissertação, oferecendo instrumentos analíticos essenciais para a compreensão dos desafios inerentes à conceção e implementação de um projeto museológico dedicado à medicina legal.

1.1. O conceito de museu

O conceito contemporâneo de museu encontra atualmente uma das suas formulações mais influentes na definição aprovada pelo Conselho Internacional de Museus (doravante ICOM), segundo a qual é uma “instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o património material e imaterial, operando de forma ética, profissional e com a participação das comunidades” (ICOM, 2022). Esta definição representa uma profunda transformação conceptual relativamente às concepções museológicas tradicionais, nas quais o museu era predominantemente entendido como espaço de acumulação, preservação e exibição de objetos raros, artísticos ou científicos. A definição contemporânea desloca o enfoque da mera custódia patrimonial para a dimensão relacional, educativa, científica e social da instituição museológica, reconhecendo o museu enquanto agente ativo de produção de conhecimento, mediação cultural e construção de cidadania.

Esta transformação deve ser compreendida no contexto mais amplo da evolução da museologia contemporânea ao longo do século XX e início do século XXI. A chamada “nova museologia”, desenvolvida sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, contribuiu decisivamente para a redefinição do papel social dos museus, defendendo modelos institucionais mais participativos, inclusivos e orientados para as comunidades (Vergo, 1989). Neste quadro, os museus deixaram progressivamente de ser concebidos apenas como espaços de contemplação passiva do património para se afirmarem como instituições culturalmente ativas, comprometidas com a democratização do conhecimento, a inclusão social e a problematização crítica do passado e do presente. Sharon Macdonald (2011) sublinha que o museu contemporâneo deve ser entendido como espaço de negociação de significados, onde diferentes narrativas, memórias e perspetivas sociais são continuamente reinterpretadas.

O conceito contemporâneo de museu possui, assim, uma natureza multidimensional. Em primeiro lugar, apresenta uma dimensão científica, relacionada com a investigação,

documentação e produção de conhecimento sobre as coleções e os contextos históricos, culturais e sociais que lhes estão associados. Em segundo lugar, possui uma dimensão patrimonial, centrada na preservação, conservação e salvaguarda dos bens culturais materiais e imateriais. Em terceiro lugar, assume uma dimensão educativa e comunicacional, através da interpretação, exposição e mediação cultural junto de públicos diversificados. Finalmente, integra uma dimensão social e cívica, enquanto espaço de participação, inclusão, reflexão crítica e construção de memória coletiva. Estas diferentes dimensões articulam-se nas funções museológicas fundamentais, reconhecidas tanto pela museologia contemporânea como pelos enquadramentos jurídicos nacionais e internacionais. As funções museológicas compreendem, de forma integrada e interdependente, a investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, comunicação e educação. A investigação constitui a base científica do museu, permitindo produzir conhecimento rigoroso sobre os objetos, os seus contextos e significados. A incorporação assegura a entrada ética, legal e cientificamente fundamentada de bens nas coleções. A documentação e inventariação garantem o registo sistemático e a gestão da informação patrimonial, assegurando simultaneamente segurança, acessibilidade e partilha do conhecimento. A conservação preserva a integridade física e material das coleções, garantindo a sua transmissão às gerações futuras. A interpretação transforma os objetos em fontes inteligíveis de conhecimento e significado, através da construção de narrativas expositivas e enquadramentos científicos. A comunicação e a educação materializam a dimensão pública do museu, promovendo aprendizagem, participação e mediação cultural junto dos diferentes públicos (Desvallées e Mairesse, 2010). A importância destas funções reside precisamente na sua articulação sistémica. O museu contemporâneo não se limita a conservar património; transforma-o em recurso científico, educativo, cultural e socialmente significativo. As funções museológicas asseguram simultaneamente a salvaguarda científica do património e a democratização do acesso ao conhecimento, consolidando o papel do museu enquanto instituição ao serviço da sociedade (Soares e Bonilla-Merchav, 2025).

No contexto jurídico-administrativo, o conceito de museu encontra igualmente expressão normativa. Em Portugal, a Lei nº 47/2004, de 19 de agosto — Lei Quadro dos Museus Portugueses — define o museu como uma instituição permanente, sem fins lucrativos, dotada de estrutura organizacional que lhe permite garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação científica (Diário da República, 2004). Esta definição jurídica aproxima-se das formulações do ICOM, embora enfatize particularmente as dimensões administrativas, organizacionais e patrimoniais da instituição museológica. A Lei Quadro dos Museus Portugueses assume particular relevância por consolidar juridicamente o entendimento do museu enquanto entidade de interesse público, sujeita a critérios específicos de credenciação, avaliação, funcionamento, segurança, gestão patrimonial e responsabilidade científica. Como tal, o conceito jurídico de museu ultrapassa a simples existência de coleções ou espaços expositivos, exigindo a presença de funções museológicas efetivamente estruturadas, recursos humanos qualificados, políticas de conservação e mecanismos de acesso público. O museu surge, assim, simultaneamente como instituição cultural, científica, educativa e administrativa, integrada em redes nacionais de património e submetida a princípios de serviço público, acessibilidade e responsabilidade social.

Esta articulação entre museologia e enquadramento jurídico torna-se particularmente relevante no caso dos museus científicos e especializados, entre os quais se insere o futuro Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN. Os museus de medicina legal constituem uma tipologia específica de museus científicos, caracterizados pela preservação, investigação e comunicação de património associado às ciências médico-legais, forenses e anatómicas. Neste tipo de instituições, as funções museológicas adquirem especificidades próprias decorrentes da natureza sensível do acervo, frequentemente composto por espécimes anatómicos, instrumentos científicos, documentação pericial e objetos relacionados com práticas médico-legais e investigação criminal. Enquanto museu científico especializado, o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN situa-se na interseção entre património científico, história da

medicina, educação pública e divulgação científica. A sua função não se limita à preservação material das coleções, mas envolve igualmente a contextualização histórica e epistemológica da evolução das ciências forenses, das práticas médico-legais e das transformações dos sistemas científicos e judiciais. Tal como sublinha Tony Bennett (1995), os museus funcionam como espaços privilegiados de mediação entre conhecimento especializado e sociedade, permitindo a construção de relações significativas entre memória, ciência e cidadania.

Neste caso específico, a dimensão educativa e ética assume relevância acrescida. A musealização da medicina legal implica lidar com questões particularmente sensíveis relacionadas com a representação do corpo humano, da morte, da violência e da memória biológica. Consequentemente, a interpretação e comunicação das coleções exigem abordagens museológicas rigorosas, cientificamente fundamentadas e eticamente enquadradas. O museu de medicina legal deve, assim, equilibrar simultaneamente objetivos científicos, educativos, patrimoniais e deontológicos, garantindo o respeito pela dignidade humana, pela ética biomédica e pela sensibilidade dos públicos. Ao mesmo tempo, este tipo de museu desempenha um papel relevante na promoção da literacia científica e da compreensão pública das ciências forenses, aproximando a sociedade de áreas frequentemente percecionadas como excessivamente técnicas ou inacessíveis. Através da exposição, interpretação e contextualização das coleções, o museu transforma objetos científicos em instrumentos de conhecimento, reflexão crítica e aprendizagem. Sharon Macdonald (2011) refere precisamente que os museus científicos contemporâneos desempenham um papel fundamental na democratização do conhecimento especializado e na construção de uma cultura científica mais participativa. Os museus assumem hoje um papel ativo no diálogo intercultural, na promoção da inclusão social e na problematização de questões contemporâneas, como a sustentabilidade ambiental, a justiça social e os direitos humanos (Martins, 2023). Tornaram-se, assim, espaços de aprendizagem ativa, estimulando o pensamento crítico e a participação das comunidades.

Deste modo, o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN deve ser entendido não apenas como espaço de preservação patrimonial, mas como instituição museológica científica plenamente integrada nos princípios da museologia contemporânea e nos enquadramentos jurídicos aplicáveis aos museus em Portugal. A sua legitimidade museológica decorre precisamente da articulação entre investigação, conservação, comunicação científica, educação e responsabilidade social, consolidando a sua função enquanto espaço de mediação entre ciência, património e sociedade.

1.2. A gestão no contexto museológico

A gestão pode ser entendida como um processo sistemático de planeamento, organização, direção e controlo de recursos — humanos, financeiros, materiais e informacionais — orientado para a concretização eficiente e eficaz de objetivos previamente definidos (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2025). Trata-se de uma função transversal a qualquer organização, assumindo um papel determinante na sua sustentabilidade e no cumprimento da respetiva missão institucional. No contexto museológico, a gestão adquire uma complexidade acrescida: a preservação e valorização do património cultural e científico implicam competências técnicas especializadas, um rigoroso enquadramento normativo e um planeamento estratégico de longo prazo (Câmara dos Deputados, 2017). Neste sentido, uma gestão eficaz não se circunscreve à supervisão das operações quotidianas; abrange igualmente a definição de políticas institucionais, a implementação de sistemas de avaliação, a promoção da inovação contínua (Diário da República, 2023b) e o reforço do envolvimento com os públicos (Rede Portuguesa de Museus, 2026a).

No caso do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a gestão revela-se especialmente sensível devido à natureza específica do seu acervo, constituído por espécimes anatómicos de elevado valor científico e histórico. A manutenção de condições ambientais adequadas — controlo de temperatura, humidade e iluminação —, bem como a conservação preventiva e a monitorização contínua dos materiais, são indispensáveis para garantir a integridade física e científica das coleções. A ausência de uma gestão rigorosa poderia comprometer irreversivelmente este património. Gail

Lord (2024) alerta para as consequências de uma gestão deficiente, que podem incluir a deterioração dos bens culturais, a desmotivação das equipas, a perda de relevância social e, em casos extremos, o encerramento da instituição. Assim, a gestão no contexto museológico não é apenas um instrumento administrativo, mas uma prática multidisciplinar que requer visão estratégica, competência técnica e sensibilidade cultural. É através de uma gestão bem estruturada que os museus conseguem cumprir a sua missão de preservar o passado, inspirar o presente e contribuir para o futuro, garantindo que o património cultural e científico continue a desempenhar um papel central na sociedade.

Em museus especializados, como aqueles que conservam espécimes anatómicos, a complexidade da gestão torna-se ainda mais evidente. A conservação deste tipo de acervo implica o cumprimento rigoroso de protocolos técnicos, ambientais e éticos, cuja negligência pode conduzir à degradação irreversível dos bens culturais. Como alerta Gail Lord (2024), uma gestão inadequada pode comprometer a missão institucional, fragilizar a credibilidade pública e conduzir à perda de relevância social. A gestão museológica não deve, por conseguinte, ser entendida como mera administração rotineira, mas como um processo estratégico que assegura coerência entre missão, recursos disponíveis e impacto social.

As funções de gestão nos museus abrangem um conjunto diversificado de atividades fundamentais, entre as quais se incluem o planeamento de exposições, a conceção de programas educativos, a organização de eventos científicos e culturais, a gestão das coleções e a coordenação das equipas técnicas (Museu Nacional Soares dos Reis, 2026). Estas atividades devem ser concebidas de forma integrada, evitando a fragmentação entre áreas funcionais. Para tal, sublinha-se a necessidade de estruturar a gestão em três níveis interdependentes — estratégico, tático e operacional — que assegurem coerência entre visão institucional e prática quotidiana (Neves, 2021). Este modelo favorece a concretização eficaz da missão e a prossecução da visão do museu, ao mesmo tempo que potencia a sua capacidade de adaptação às transformações sociais, culturais e tecnológicas (Bryson, 2018).

O nível estratégico constitui o patamar mais elevado da governação institucional. É neste âmbito que se definem a missão, a visão e os objetivos de longo prazo do museu, bem como os valores que orientam a sua atuação. A gestão estratégica não se limita à formulação de declarações programáticas; implica a análise do contexto interno e externo, a identificação de oportunidades e constrangimentos e a definição de prioridades sustentáveis. John Bryson (2018) destaca que este nível é determinante para garantir que a organização permaneça fiel à sua razão de ser, adaptando-se de forma dinâmica às transformações sociais, culturais, tecnológicas e legislativas. Neste nível, a instituição deve definir com clareza a sua missão, visão e valores, estabelecendo orientações de longo prazo que enquadrem todas as decisões subsequentes. A formulação de objetivos específicos, mensuráveis, alcançáveis, realistas e temporalmente definidos (modelo SMART) contribui para a definição de metas concretas e avaliáveis. No âmbito museológico, tais objetivos podem incidir na preservação e valorização das coleções, na diversificação e alargamento de públicos, na inovação expositiva ou no reforço do impacto educativo. A gestão das coleções assume, neste nível, centralidade incontornável. A caracterização detalhada dos objetos, a elaboração de inventários sistemáticos e a documentação rigorosa constituem requisitos essenciais para garantir a preservação física e a integridade científica do acervo, bem como para assegurar o acesso qualificado à informação (Diário da República, 2020). A acessibilidade física e informativa das coleções também deve ser considerada um princípio estruturante. Tal implica a criação de condições que permitam o usufruto equitativo por diferentes públicos, incluindo pessoas com necessidades específicas, mediante a disponibilização de recursos educativos em formatos acessíveis e inclusivos (Garcia *et al.*, 2017).

Relativamente ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a gestão estratégica pode traduzir-se, por exemplo, no reforço do seu posicionamento enquanto espaço de divulgação científica e de reflexão ética sobre a medicina legal e a anatomia. Tal poderá implicar a incorporação de tecnologias interativas, a digitalização de acervos, o desenvolvimento de plataformas virtuais de acesso a conteúdos ou a adoção de metodologias pedagógicas inovadoras que favoreçam a aprendizagem ativa. Estas

opções estratégicas visam não apenas modernizar a comunicação científica, mas também aumentar a relevância do museu junto de públicos diversificados, incluindo estudantes, investigadores e comunidade em geral. O planeamento estratégico também se traduz na organização de exposições temporárias interativas que abordem temáticas contemporâneas relacionadas com a anatomia, a saúde pública e a medicina legal. Estas iniciativas não apenas aumentam o alcance do museu em relação a novos públicos, como reforçam a sua função educativa e científica, consolidando-o como espaço de reflexão crítica sobre questões atuais.

A gestão tática, por sua vez, constitui o nível intermédio que traduz as orientações estratégicas em planos de ação concretos e exequíveis. Trata-se de um planeamento de médio prazo, focado na coordenação de projetos, na calendarização de atividades e na alocação de recursos para a concretização dos objetivos definidos. Relativamente ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, este nível pode materializar-se na criação de programas educativos temáticos, na organização de exposições temporárias centradas em questões contemporâneas — como a genética forense ou a saúde pública — ou na formalização de parcerias com instituições académicas e científicas. A gestão tática assegura, assim, a operacionalização coerente da estratégia, funcionando como elo entre a definição conceptual e a execução prática.

Por fim, a gestão operacional incide sobre as atividades quotidianas da instituição. É neste nível que se garantem o funcionamento regular dos serviços, a manutenção adequada das coleções, a receção e acompanhamento dos visitantes, a conservação preventiva e a montagem técnica das exposições. Embora frequentemente associada a tarefas rotineiras, a gestão operacional é decisiva para a qualidade da experiência do público e para a salvaguarda efetiva do património. No tocante ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a correta monitorização das condições ambientais, o cumprimento de protocolos de conservação anatómica e a organização eficiente dos circuitos expositivos constituem exemplos de ações operacionais indispensáveis.

A eficácia institucional depende da articulação harmoniosa destes três níveis. A ausência de alinhamento entre estratégia, tática e operação pode gerar disfunções, desperdício de recursos ou perda de coerência institucional. Pelo contrário, quando

existe sinergia entre os diferentes patamares de gestão, torna-se possível assegurar simultaneamente a concretização de objetivos de longo prazo e a eficiência das operações diárias. Para que esta estrutura funcione adequadamente, é essencial que a organização interna do museu seja concebida com clareza, definindo responsabilidades, fluxos de comunicação e mecanismos de avaliação. A formação contínua das equipas assume, neste contexto, um papel central, sobretudo nas áreas de ética profissional, comunicação científica e gestão de coleções (Católica-Lisbon, 2022). Num museu com as especificidades do INMLCF-DN, a capacitação em técnicas de conservação anatómica, enquadramento deontológico e métodos de mediação científica é determinante para assegurar padrões elevados de qualidade e rigor.

A gestão financeira constitui igualmente um pilar estruturante. A sustentabilidade económica do museu exige uma análise criteriosa das fontes de financiamento disponíveis e a elaboração de um plano orçamental que preveja a diversificação de receitas (Jornal de Notícias, 2024). Para além do financiamento público, podem ser exploradas parcerias com universidades e centros de investigação, patrocínios privados, candidaturas a programas de apoio cultural e iniciativas geradoras de receita própria, como atividades formativas especializadas ou experiências educativas orientadas. Ao mesmo tempo, a adesão a princípios éticos e a promoção de práticas inclusivas são dimensões indissociáveis da gestão contemporânea. Um museu moderno deve afirmar-se como espaço acessível, onde a diversidade de perspetivas culturais e sociais é reconhecida e valorizada (Andrade, 2020). Quanto ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, esta orientação pode traduzir-se na conceção de estratégias de mediação cultural e científica que estimulem o diálogo informado entre visitantes, promovendo experiências participativas, críticas e eticamente enquadradas (Universidade Portucalense, 2024). Tal mediação deverá atender à especificidade do acervo anatómico, favorecendo a contextualização histórica e científica das peças expostas, bem como a problematização de questões contemporâneas relacionadas com a medicina, a saúde pública e a ética biomédica.

Ultrapassada a fase de definição estratégica, impõe-se a organização dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários à implementação das ações delineadas.

Esta etapa implica a distribuição clara de funções e responsabilidades no seio da equipa (Victor, 2005), bem como a coordenação eficaz entre diferentes áreas de especialização. Num museu com a especificidade do INMLCF-DN, tal organização pressupõe uma colaboração estreita entre médicos, investigadores, educadores, curadores e profissionais da comunicação, assegurando a coerência científica e pedagógica das exposições e atividades desenvolvidas. A direção, enquanto função de liderança, exige competências que ultrapassam a mera supervisão administrativa. Pressupõe capacidade de motivar equipas multidisciplinares, fomentar ambientes colaborativos e promover uma cultura institucional orientada para a inovação e a responsabilidade ética. Henry Mintzberg (2009) destaca a importância de uma liderança assente na comunicação clara e na articulação eficaz entre diferentes níveis organizacionais. No tocante ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, tal liderança implica promover a cooperação entre especialistas de áreas como medicina legal, genética, toxicologia, anatomia patológica, antropologia e virologia, garantindo que os contributos científicos de cada domínio se integrem de forma harmoniosa nos objetivos institucionais (Delicado, 2017).

Por fim, a função de controlo e avaliação constitui elemento determinante para a sustentabilidade institucional. A monitorização sistemática dos resultados alcançados, através da análise de indicadores quantitativos e qualitativos, permite identificar desvios face aos objetivos estabelecidos e introduzir ajustamentos estratégicos sempre que necessário (Relatório da Execução Orçamental, 2025). No âmbito do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, esta avaliação pode incluir a análise de dados de frequência, a recolha de *feedback* dos visitantes, a apreciação do impacto educativo das atividades e a verificação do cumprimento das metas orçamentais. A adoção de uma cultura de avaliação contínua não apenas promove a melhoria das práticas institucionais, como reforça a transparência e a responsabilização perante a tutela e a sociedade. Como salientam Mario Chagas *et al.* (2018), a relevância social dos museus depende, em larga medida, da sua capacidade de escutar as comunidades que servem e de ajustar as suas estratégias às expectativas e necessidades emergentes.

2. Enquadramento Jurídico-Legal dos Museus em Portugal

A regulamentação dos museus em Portugal deve ser entendida no quadro mais amplo das políticas públicas de salvaguarda do património cultural, cuja consolidação se intensificou sobretudo após a segunda metade do século XX. Embora a institucionalização museológica portuguesa remonte ao século XIX, apenas nas últimas décadas se verificou a construção de um sistema normativo coerente, progressivamente articulado com orientações internacionais e europeias. Neste contexto, a consagração constitucional do direito à cultura assume um papel estruturante. O art. nº 78 da Constituição da República Portuguesa, estabelece não apenas um direito fundamental, mas um verdadeiro programa normativo de ação pública. No plano das obrigações, o nº 1 deste artigo consagra expressamente o direito de todos à fruição e criação cultural, elevando-o à categoria de direito fundamental e impondo ao Estado um dever positivo de garantia, que não se esgota na mera abstenção de interferências. Trata-se de um direito que implica a criação de condições materiais, institucionais e simbólicas que tornem efetivo o acesso à cultura em sentido amplo. Por sua vez, o nº 2 densifica este comando constitucional ao explicitar um conjunto de incumbências estatais que traduzem uma atuação necessariamente ativa, continuada e estruturante. Entre estas, destaca-se a promoção da democratização da cultura, entendida como o alargamento efetivo do acesso aos bens e práticas culturais, superando desigualdades de natureza económica, social, territorial ou educativa, e garantindo que a cultura não permaneça circunscrita a elites. Em articulação com esta dimensão, emerge a vertente da cidadania cultural, que pressupõe não apenas o acesso, mas também a participação ativa dos indivíduos e comunidades na vida cultural, reconhecendo-os como sujeitos de criação, interpretação e transmissão de valores culturais (Assembleia da República, 2005).

Neste âmbito, o artigo 78.º impõe ainda ao Estado o dever de incentivar a participação dos cidadãos, valorizar e proteger o património cultural enquanto bem coletivo e identitário, e apoiar a criação artística e a difusão cultural. Acresce que esta norma constitucional apresenta uma dimensão marcadamente programática e axiológica, ao inscrever a cultura no núcleo da cidadania democrática e ao articulá-la com princípios

estruturantes como a igualdade de acesso, a inclusão, a participação e a coesão social. Estas disposições possuem natureza vinculativa, configurando deveres jurídicos que orientam a produção legislativa subsequente, incluindo a política museológica. O art. nº 78 também apresenta uma dimensão claramente orientadora, ao inscrever a cultura no núcleo da cidadania democrática e ao associá-la a princípios como a igualdade de acesso, a participação e a coesão social, tratando-se, assim, de uma norma programática densificada por legislação ordinária, nomeadamente pela Lei Quadro dos Museus Portugueses, que concretiza, no plano institucional e operativo, os desígnios constitucionais no setor museológico, como veremos adiante.

A legislação que regula os museus em Portugal estrutura-se num quadro normativo progressivamente consolidado desde o início do século XXI, refletindo a crescente centralidade do património cultural nas políticas públicas e na definição de estratégias de desenvolvimento sustentável. A Lei nº 47/2004, de 19 de agosto — Lei Quadro dos Museus Portugueses (Diário da República, 2004) — constitui o principal diploma estruturador neste domínio, estabelecendo os princípios orientadores da política museológica nacional e definindo os requisitos para a criação, reconhecimento e funcionamento das instituições museológicas. Contudo, a sua elaboração não pode ser dissociada de um enquadramento mais amplo, marcado pela crescente influência de organizações internacionais e, de forma particularmente relevante, da União Europeia (doravante UE). Embora a política cultural permaneça formalmente sob competência dos Estados-Membros, a intervenção da UE tem sido determinante na definição de orientações estratégicas comuns. O art. nº 167 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (doravante TFUE) estabelece que a União deve contribuir para o florescimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, ao mesmo tempo que promove a cooperação e a valorização do património cultural europeu (União Europeia, 2016). Neste sentido, a UE não legisla diretamente sobre museus, mas exerce uma função reguladora indireta, através de recomendações, programas de financiamento e definição de prioridades políticas.

A conjugação do art. nº 78 da Constituição da República Portuguesa com o art. nº 167 do TFUE evidencia uma relação estruturante de complementaridade e subsidiariedade

no domínio das políticas culturais. Por um lado, a Constituição consagra um conjunto de deveres diretos e vinculativos para o Estado, nomeadamente no que respeita à promoção, salvaguarda, valorização e democratização do acesso à cultura, entendida como um direito fundamental dos cidadãos e um elemento essencial da identidade coletiva. Por outro lado, o TFUE define um enquadramento de atuação a nível europeu que, respeitando plenamente a diversidade cultural e linguística dos Estados-Membros, privilegia mecanismos de cooperação, coordenação e apoio, recusando a harmonização legislativa obrigatória neste domínio sensível (União Europeia, 2018). Assim sendo, os museus assumem um papel central enquanto espaços privilegiados de materialização destas orientações normativas. Situam-se na interseção entre a garantia de direitos culturais a nível nacional e a implementação de políticas culturais europeias, funcionando como agentes de preservação do património, de mediação cultural e de promoção do acesso universal à cultura. Simultaneamente, contribuem para a inclusão social, a coesão territorial e a formação de uma cidadania crítica e informada, em consonância com os objetivos delineados tanto no plano interno como europeu (Ribeiro, 2014).

No plano internacional, importa enquadrar a Lei Quadro dos Museus Portugueses à luz das orientações emanadas pela UNESCO, designadamente a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972b), bem como da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003). Estas convenções reforçam a compreensão do património como bem coletivo, cuja proteção exige políticas públicas integradas e participação ativa das comunidades. No plano europeu, o Conselho Europeu desempenhou igualmente um papel estruturante, sobretudo através da Convenção-Quadro sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade, datada de 2005, designada por Convenção de Faro, que sublinha a centralidade da participação cívica e da dimensão social do património (Conselho Europeu, 2005). A legislação portuguesa relativa aos museus inscreve-se neste movimento internacional que concebe o património não apenas como objeto de conservação, mas como instrumento de coesão social e de exercício de direitos culturais.

A Lei Quadro dos Museus Portugueses, no seu art. nº 3, define o museu como uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, incumbida de adquirir, conservar, investigar, comunicar e expor testemunhos materiais e imateriais da humanidade e do seu meio envolvente (Diário da República, 2004). Este diploma estabelece os princípios orientadores da política museológica nacional, fixando o conceito jurídico de museu, os requisitos de criação e funcionamento, bem como as normas relativas à inventariação, documentação, conservação, segurança e qualificação dos recursos humanos. Não obstante a sua relevância estruturante, trata-se de um enquadramento legal que, decorridas mais de duas décadas sobre a sua aprovação, revela sinais de desajustamento face às transformações recentes do setor. Com efeito, embora a definição legal se aproxime daquela adotada pelo ICOM, a revisão de 2022 introduz dimensões — como a inclusão, a diversidade e a participação comunitária — que permanecem insuficientemente refletidas na legislação portuguesa (ICOM, 2022), evidenciando a necessidade de atualização normativa.

Por outro lado, a Lei Quadro dos Museus Portugueses não se limita a estabelecer um quadro formal de funcionamento, ao introduzir a obrigatoriedade de um plano museológico enquanto instrumento estratégico de gestão, o que traduz uma conceção alinhada com princípios contemporâneos de planeamento, avaliação e responsabilização institucional. Ainda assim, a sua aplicação prática nem sempre acompanha a complexidade crescente das instituições museológicas, particularmente no que respeita à integração de novas tecnologias, à democratização do acesso e à valorização de práticas participativas. A literatura tem sublinhado a centralidade desta planificação estratégica: Barry Lord, Gail Lord e Lindsay Martin (2012) defendem que a sustentabilidade institucional depende da articulação entre missão científica, gestão financeira e envolvimento comunitário. Assim sendo, embora a lei estabeleça critérios técnicos fundamentais — nomeadamente ao nível da inventariação, documentação, conservação preventiva, segurança e qualificação dos recursos humanos —, impõe-se uma reflexão crítica sobre a sua atualização, de modo a assegurar a sua adequação às exigências contemporâneas do campo museológico.

Neste cenário, a Rede Portuguesa de Museus, criada em 2000 e integrada no quadro legal subsequente, assume um papel estruturante na articulação entre instituições e na certificação de boas práticas (Rede Portuguesa de Museus, 2000). Esta Rede foi criada com o objetivo de promover padrões de qualidade e articulação institucional, desempenha um papel fundamental na redução de assimetrias territoriais e na promoção de boas práticas. A operacionalização prática da Lei nº 47/2004 (Diário da República, 2004) foi reforçada pelo Despacho Normativo nº 3/2006, de 25 de janeiro (Diário da República, 2006a), que estabelece critérios técnicos e administrativos para a credenciação e funcionamento dos museus integrados na Rede Portuguesa de Museus. Este despacho reforça a importância da cooperação interinstitucional, promovendo o intercâmbio de recursos técnicos, científicos e humanos. A partilha de conhecimento e a articulação em rede constituem instrumentos fundamentais para reduzir assimetrias territoriais e garantir uma oferta cultural mais equilibrada no território nacional. Num contexto mais recente, o DL nº 78/2023, de 4 de setembro (Diário da República, 2023a) veio atualizar o regime jurídico aplicável aos museus e à Rede Portuguesa de Museus, introduzindo mecanismos destinados a reforçar a sustentabilidade financeira e a eficiência organizacional das instituições. Este diploma reconhece explicitamente a necessidade de estabelecer parcerias estratégicas com o setor privado, promovendo modelos de financiamento mistos que conciliem apoio público com mecenato, patrocínio e outras formas de cooperação.

A valorização das parcerias público-privadas enquadra-se numa tendência mais ampla das políticas culturais contemporâneas, orientada para a diversificação das fontes de financiamento sem comprometer a missão pública das instituições. Ainda assim, esta orientação tem suscitado debates académicos relevantes, particularmente no que se refere ao equilíbrio entre autonomia científica e condicionamentos financeiros, bem como aos riscos inerentes à instrumentalização económica da cultura. Autores como Graham Black (2005) sublinham que a sustentabilidade financeira deve ser articulada com a missão pública e educativa dos museus, sob pena de se acentuar uma lógica de mercantilização cultural. De igual modo, Tony Bennett (1995) analisa o museu enquanto instrumento de construção social e política, oferecendo uma perspetiva

crítica útil para compreender as tensões entre função pública e instrumentalização económica. O DL nº 78/2023, reforça igualmente a dimensão territorial da política museológica, promovendo a cooperação entre instituições e incentivando a circulação de exposições, projetos educativos e programas de investigação. Esta lógica de rede visa consolidar uma oferta cultural diversificada, acessível e articulada, contribuindo para o desenvolvimento regional e para a coesão social. A digitalização de acervos e a disponibilização online de conteúdos culturais constituem hoje prioridades estratégicas, articulando-se com iniciativas como o programa “Património Cultural 360” (Património Cultural, 2025a). Esta aposta na digitalização responde tanto à necessidade de ampliar públicos como à exigência de preservar e documentar coleções de forma mais eficaz.

A transformação digital dos museus, acelerada pela pandemia de COVID-19, veio evidenciar a importância de plataformas digitais para a democratização do acesso ao património. Neste domínio, estudos recentes sublinham o potencial das tecnologias digitais no alargamento de públicos e na criação de experiências imersivas, transformando profundamente os modos de mediação cultural e a relação entre instituição e visitante. Contudo, é preciso tomar em atenção para a persistência de desigualdades no acesso tecnológico (Parry, 2010). Concomitantemente, outro eixo estruturante do DL nº 78/2023 prende-se com a formação contínua dos profissionais de museus. A qualificação técnica e científica dos recursos humanos é reconhecida como condição indispensável para assegurar padrões elevados de conservação, investigação e mediação cultural. A profissionalização do setor museológico acompanha uma tendência internacional de especialização crescente, integrando áreas como conservação preventiva, gestão cultural, educação patrimonial e comunicação digital. A acessibilidade e a inclusão social são igualmente enfatizadas como princípios orientadores. A legislação procura garantir que os museus se afirmem como espaços inclusivos, acessíveis a públicos diversificados, incluindo pessoas com deficiência, comunidades migrantes e grupos socialmente vulneráveis. Este compromisso alinha-se com as orientações internacionais em matéria de direitos culturais e com o entendimento do património como instrumento de cidadania ativa.

O Regulamento nº 615/2025, de 16 de maio, reforça esta orientação estratégica, sublinhando a valorização do património cultural enquanto recurso educativo e identitário (Diário da República, 2025b). A promoção da literacia patrimonial constitui um dos objetivos centrais das políticas museológicas contemporâneas, reconhecendo-se que a preservação só se torna efetiva quando acompanhada de apropriação social e consciência crítica.

Em síntese, o enquadramento legislativo português relativo aos museus evidencia um percurso de progressiva consolidação, amplamente alinhado com orientações internacionais e europeias que valorizam o património como dimensão estruturante da cidadania, da coesão social e do desenvolvimento sustentável. A Lei nº 47/2004, denominada Lei Quadro dos Museus Portugueses, constitui o eixo estruturante deste sistema, complementado por instrumentos normativos posteriores — como o Despacho Normativo nº 3/2006, o DL nº 78/2023 e o Regulamento nº 615/2025 — que procuram responder às exigências de modernização, profissionalização e abertura das instituições museológicas. Este quadro jurídico reflete uma conceção contemporânea do museu enquanto entidade dinâmica, simultaneamente científica, educativa e socialmente comprometida, em consonância com as orientações da UNESCO e do Conselho da Europa, que sublinham o papel do património na promoção de sociedades mais inclusivas e participativas.

Não obstante estes avanços, persistem desafios estruturais que exigem uma reflexão crítica continuada. Entre estes, destacam-se o equilíbrio entre financiamento público e privado, a mitigação de assimetrias territoriais e a concretização efetiva de políticas de inclusão e acesso alargado. Acresce que a aceleração da transformação digital e a crescente centralidade da participação cívica colocam novas exigências às instituições, nem sempre plenamente acompanhadas pelo atual quadro normativo. Neste sentido, iniciativas recentes — como o programa “Património Cultural 360” (Património Cultural, 2025a) — ilustram uma orientação estratégica relevante, ainda que carecida de maior articulação sistémica e enquadramento legislativo atualizado. Assim, mais do que um sistema plenamente estabilizado, o campo museológico português revela-se como uma estrutura em adaptação contínua, na qual a legislação desempenha um

papel fundamental, mas necessariamente incompleto. A sua atualização regular, articulada com a produção científica e com as boas práticas internacionais — como as promovidas pelo ICOM — será decisiva para assegurar que os museus se afirmem, de forma consistente, como espaços de produção de conhecimento, mediação cultural e construção de cidadania crítica.

No plano da aplicação concreta deste enquadramento jurídico-institucional, importa situar o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (doravante INMLCF) no contexto da organização administrativa do Estado português. Ainda que não se trate de uma instituição museológica em sentido estrito, a sua análise revela-se particularmente pertinente no âmbito da presente dissertação, na medida em que constitui o enquadramento institucional do projeto de criação do Museu de Medicina Legal, cuja conceptualização e desenvolvimento serão aprofundados nos capítulos subsequentes. Com efeito, pelas características das suas coleções, pelas práticas de conservação, investigação e potencial comunicação ao público, o INMLCF aproxima-se de lógicas museológicas e patrimoniais, configurando-se como um espaço privilegiado de articulação entre ciência, memória e cultura. Nos termos do ordenamento jurídico vigente, o INMLCF assume a natureza de instituto público integrado na Administração indireta do Estado, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, prosseguindo atribuições específicas sob a tutela do Ministério da Justiça, entidade pertencente à Administração central e direta. Esta inserção orgânica traduz o modelo de descentralização funcional adotado pelo Estado português, no qual determinadas funções técnicas e especializadas são confiadas a entidades autónomas, visando maior eficiência, especialização e capacidade de resposta (Diário da República, 2012; INMLCF, I. P., 2026a). Assim, o INMLCF deve ser entendido não apenas como uma estrutura técnico-científica ao serviço da justiça, mas também como uma potencial entidade produtora e depositária de património científico, cuja valorização museológica — materializada no projeto do Museu de Medicina Legal — se inscreve nos princípios gerais das políticas públicas de cultura e património anteriormente analisados.

3. Recursos Financeiros e Sustentabilidade Económica

A sustentabilidade financeira constitui um dos eixos estruturantes de qualquer projeto museológico contemporâneo, sobretudo quando inserido numa lógica de serviço público, valorização científica e responsabilidade patrimonial. Todavia, essa sustentabilidade não pode ser entendida de forma isolada ou exclusivamente contabilística, devendo ser necessariamente articulada com a sustentabilidade cultural, isto é, com a capacidade do museu de cumprir a sua missão científica, educativa e social, assegurando a preservação dos valores patrimoniais e o acesso democrático à cultura. Esta articulação é essencial para evitar processos de mercantilização cultural, nos quais a lógica de rentabilidade económica se sobrepõe às funções públicas de investigação, conservação e mediação cultural, comprometendo a integridade da missão museológica.

Num contexto marcado por restrições orçamentais, crescente exigência de transparência e necessidade de demonstrar impacto social, a gestão económica dos museus deixou de ser uma função meramente administrativa para se afirmar como dimensão estratégica da governação institucional. Assim, no âmbito de uma dissertação de mestrado dedicada ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, torna-se imprescindível desenvolver uma reflexão aprofundada sobre os recursos financeiros disponíveis, os instrumentos de planeamento orçamental e as estratégias de diversificação de receitas que permitam assegurar a viabilidade do projeto a médio e longo prazo. Assim, a análise que se segue parte de um enquadramento conceptual da gestão financeira em instituições museológicas, prossegue com a identificação das principais fontes de financiamento e culmina na definição de orientações estruturais para a elaboração de um plano financeiro sustentável. Procura-se, deste modo, articular teoria e prática, integrando referências normativas e contributos académicos relevantes para o contexto português e europeu.

3.1. Enquadramento conceptual da gestão financeira em instituições museológicas

A gestão financeira em museus tem vindo a assumir uma centralidade crescente na literatura académica e nos debates em torno das políticas culturais, acompanhando a transformação mais ampla do setor museológico nas últimas décadas.

Tradicionalmente dependentes do financiamento público, os museus enfrentam hoje contextos marcados por restrições orçamentais, maior escrutínio institucional e exigências acrescidas de eficiência e transparência. Neste quadro, a gestão financeira deixa de ser uma função meramente instrumental para se afirmar como dimensão estruturante da própria governação museológica. Como sublinham Bernardino e Santos (2021), uma gestão financeira eficaz exige não apenas o controlo rigoroso de receitas e despesas, mas também a capacidade de antecipar dinâmicas económicas e institucionais, integrando o planeamento financeiro na estratégia global da organização e evitando dissociações entre programação cultural e sustentabilidade económica.

Esta perspetiva encontra eco na obra *Financial Management in Museums: Theory, Practice, and Context*, editada por Yuha Jung, Rachel Shane e Jaleesa Wells (2025), que propõe uma abordagem integrada da gestão financeira enquanto componente essencial da missão museológica. As autoras defendem que os museus contemporâneos devem articular responsabilidade pública, viabilidade económica e relevância social, recorrendo a instrumentos de gestão que incluam planeamento plurianual, avaliação de desempenho e diversificação de receitas. Esta abordagem evidencia que a sustentabilidade financeira não pode ser dissociada da missão institucional, antes devendo ser concebida como condição para a sua continuidade e aprofundamento.

Neste contexto, importa enquadrar o conceito de gestão museológica como um campo multidimensional que integra práticas e processos de planeamento estratégico, administração de recursos, mediação cultural, comunicação e avaliação institucional, orientados para a concretização da missão e dos objetivos do museu. A gestão

museológica contemporânea assenta numa lógica integrada, em que as dimensões científica, cultural, educativa e financeira não podem ser dissociadas, sob pena de comprometer a coerência e a eficácia da ação institucional (Kotler e Kotler, 2000). Neste sentido, o museu deixa de ser entendido apenas como um espaço de conservação e exposição, passando a afirmar-se como uma organização complexa, orientada para públicos diversificados, sujeita a exigências de desempenho, sustentabilidade e relevância social. Esta perspetiva implica a adoção de instrumentos de gestão cada vez mais sofisticados, incluindo modelos de planeamento estratégico de médio e longo prazo, sistemas de avaliação de impacto e mecanismos de *accountability* que permitam aferir não apenas a eficiência económica, mas também o valor cultural e social gerado pela instituição. Conjuntamente, a crescente centralidade dos públicos na definição das políticas museológicas tem conduzido à valorização de práticas participativas e de estratégias de mediação cultural mais inclusivas, reforçando a dimensão relacional dos museus enquanto espaços de construção de conhecimento e cidadania.

Neste seguimento, autores como John Falk (2006) sublinham a importância da diversificação das fontes de financiamento como condição essencial para a estabilidade institucional. A dependência exclusiva de financiamento público expõe os museus à volatilidade dos ciclos políticos e económicos, podendo limitar a sua capacidade de inovação e a autonomia programática. Assim, a integração de receitas próprias, parcerias e mecanismos de financiamento alternativos não constitui apenas uma estratégia de sustentabilidade financeira, mas também um elemento estruturante da gestão museológica contemporânea, na medida em que permite reforçar a resiliência organizacional e ampliar o alcance das suas atividades científicas, educativas e culturais.

Deste modo, a adoção de modelos híbridos de financiamento — combinando apoio público, receitas próprias e contributos privados — revela-se fundamental para assegurar a resiliência organizacional e a autonomia programática (Jung, Shane e Wells, 2025). No caso específico do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, cuja natureza científica e patrimonial implica elevados padrões de conservação,

investigação e comunicação, a gestão financeira deve ser concebida como um instrumento estratégico de longo prazo. O planeamento económico deverá, neste sentido, contemplar não apenas os custos operacionais correntes, mas também investimentos estruturais em tecnologia, segurança, acessibilidade e qualificação dos recursos humanos. Tal orientação está em consonância com as abordagens mais recentes da literatura internacional, que sublinham a necessidade de alinhar sustentabilidade financeira com inovação institucional e responsabilidade social, garantindo que os museus se afirmem simultaneamente como centros de conhecimento, espaços de serviço público e organizações sustentáveis.

3.2. Fontes de financiamento e estratégias de diversificação

O financiamento público continuará a constituir a base essencial para o funcionamento do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN. Em Portugal, os museus operam num quadro normativo e programático que articula política cultural, desenvolvimento regional e preservação do património. O Despacho Normativo nº 4/2025 (Diário da República, 2025a) estabelece orientações claras para o acesso a financiamento público, destacando a necessidade de projetos estruturados, com objetivos definidos e indicadores de impacto mensuráveis. Esta exigência obriga o museu a desenvolver competências técnicas tanto na elaboração de candidaturas como na avaliação de resultados.

A nível regional, programas como o NORTE 2030 representam oportunidades estratégicas de financiamento. Inserido no quadro de política de coesão da UE, o NORTE 2030 visa promover o desenvolvimento económico e social da região Norte de Portugal, apoiando projetos culturais, educativos e patrimoniais que contribuam para a valorização do território (NORTE 2030, 2024). A participação do Museu de Medicina Legal em programas deste tipo pode viabilizar investimentos em modernização tecnológica, digitalização de acervos e melhoria das condições de acessibilidade. No plano europeu, o programa Europa Criativa constitui uma ferramenta essencial para promover a cooperação internacional e a inovação no setor cultural. Este programa apoia projetos que fomentem a mobilidade de bens, serviços e profissionais culturais,

incentivando parcerias entre instituições europeias e fortalecendo a capacidade de inovação museológica (Comissão Europeia, 2023). A integração do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN nestes programas permite não só o acesso a financiamento, mas também a diversificação de redes colaborativas e intercâmbios de conhecimento.

Para além do financiamento público, a captação de doações institucionais e individuais representa um eixo complementar de sustentabilidade. Leilane Lima (2021) sublinha que a transparência na comunicação do impacto social e científico das atividades museológicas é determinante para consolidar a confiança dos doadores. Em Portugal, o reforço do mecenato cultural é uma prioridade governamental, refletindo o interesse crescente do setor empresarial em associar-se a iniciativas com relevância pública (Lusa, 2025). A legislação portuguesa oferece incentivos fiscais às entidades que apoiam projetos culturais, criando condições favoráveis à captação de patrocínios e ao reforço de parcerias estratégicas (Direção-Geral das Artes, 2026).

No domínio das receitas próprias, a valorização económica do acervo por meio da comercialização de produtos associados à identidade institucional representa uma estratégia consolidada e multifuncional. A Rede Portuguesa de Museus, no âmbito do programa ProMuseus 2025 (Rede Portuguesa de Museus, 2026b), destaca a gestão profissional das lojas museológicas como instrumento de sustentabilidade. No caso do Museu de Medicina Legal, a venda de publicações científicas, catálogos, materiais pedagógicos e objetos simbólicos permite não apenas reforçar o equilíbrio orçamental, mas também difundir conhecimento e reforçar a visibilidade institucional. Esta estratégia articula a dimensão económica com a missão educativa e social do museu, convertendo produtos culturais em meios de maior impacto e interação com o público.

A programação de exposições temporárias, conferências, workshops e eventos culturais constitui um motor estratégico de dinamização institucional e geração de receitas. Modelos híbridos de financiamento, combinando acesso gratuito com eventos especializados pagos, permitem conciliar inclusão social com sustentabilidade financeira (Universidade Lusófona, 2024). Além do benefício económico, estas iniciativas fortalecem a presença do museu na comunidade, aumentam a participação pública e consolidam a sua reputação como centro de referência científica e cultural.

Parcerias interinstitucionais, tanto nacionais como internacionais, são determinantes para ampliar públicos e garantir viabilidade económica, promovendo intercâmbio de conhecimento e inovação nos serviços oferecidos (Museus e Monumentos de Portugal, 2025a).

Finalmente, a criação de um programa de associados constitui uma ferramenta eficaz de fidelização e financiamento recorrente. Ao reforçar o vínculo entre instituição e comunidade, este programa permite estabilidade financeira sustentada por quotas anuais e contribuições voluntárias. Para além das receitas, a consolidação de uma comunidade de associados reforça a legitimidade institucional, aumenta a participação pública e promove um sentimento de pertença à instituição. A médio e longo prazo, uma rede ativa de associados potencia não só recursos financeiros adicionais, mas também apoio social e institucional, criando uma base sólida para o desenvolvimento de projetos inovadores, programas educativos e iniciativas culturais de elevado impacto social.

3.3. Planeamento financeiro e sustentabilidade estratégica

O planeamento financeiro constitui um dos pilares estruturantes da governação museológica contemporânea, assumindo-se como instrumento fundamental para assegurar coerência entre missão institucional, programação cultural e viabilidade económica. Num contexto caracterizado por crescente exigência de transparência, limitação de recursos públicos e necessidade de demonstrar impacto social mensurável, a elaboração de um plano financeiro anual não pode ser entendida como mero exercício técnico de previsão contabilística, mas como parte integrante da estratégia global da instituição. A gestão financeira das organizações culturais exige articulação sistemática entre planeamento estratégico e controlo orçamental, garantindo que os objetivos programáticos encontram correspondência realista nos recursos disponíveis (Araújo e Lima, 2021). Tal articulação implica que o plano financeiro anual integre projeções fundamentadas de receitas, estimativas detalhadas de despesas correntes e de investimento, análise de risco e definição de indicadores de desempenho que permitam monitorizar a execução orçamental ao longo do exercício.

Esta perspetiva aproxima-se das abordagens contemporâneas de gestão pública orientada para resultados, nas quais a eficiência e a eficácia são avaliadas através de métricas previamente definidas.

O guia *Cultura e Desenvolvimento Local: Maximizar o Impacto – Um Guia para a Administração Local, Comunidades e Museus* (ICOM Portugal, 2023) enfatiza que a sustentabilidade financeira das instituições culturais depende da capacidade de integrar planeamento económico, impacto territorial e envolvimento comunitário. Os museus devem desenvolver instrumentos de avaliação contínua que permitam aferir não apenas o equilíbrio orçamental, mas também o contributo social e económico das suas atividades. Neste sentido, a avaliação financeira não se limita à dimensão interna da gestão, assumindo relevância enquanto instrumento de legitimação pública. A utilização de indicadores financeiros constitui elemento central deste processo. A taxa de autofinanciamento, a proporção de receitas próprias no orçamento global, o rácio entre despesas fixas e variáveis, bem como a margem operacional, são métricas que permitem avaliar a robustez económica da instituição. Contudo, deve-se evitar uma leitura exclusivamente quantitativa da performance museológica. Os indicadores financeiros devem ser articulados com indicadores qualitativos de impacto cultural e educativo, evitando a redução da missão museológica a critérios estritamente mercantis.

Camila Silva (2023) reforça a importância da transparência, da prestação de contas e da comunicação clara com financiadores e parceiros institucionais. A publicação de relatórios financeiros acessíveis ao público e a adoção de práticas de auditoria interna ou externa contribuem para consolidar a confiança dos diferentes *stakeholders*. A confiança, neste contexto, assume valor estratégico, pois influencia diretamente a capacidade de captar financiamento público e privado. A dimensão do controlo financeiro envolve igualmente a gestão de risco. As instituições museológicas encontram-se expostas a variáveis externas como alterações legislativas, flutuações económicas ou imprevistos relacionados com manutenção de infraestruturas e conservação de acervos. Segundo o relatório da Comissão Europeia (2006), a resiliência das instituições culturais depende da existência de reservas financeiras e de

mecanismos de diversificação de receitas que permitam absorver choques conjunturais. Assim, a constituição de fundos de reserva e a planificação plurianual devem integrar o modelo de governação do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN.

A sustentabilidade a longo prazo deve, por conseguinte, ser entendida como processo dinâmico que articula estabilidade financeira, inovação institucional e compromisso social. A literatura sobre economia da cultura tem vindo a sublinhar que os museus desempenham funções que transcendem a lógica do mercado, produzindo bens públicos associados à memória coletiva, à educação e à identidade cultural. David Throsby (2014) argumenta que o valor cultural possui dimensões simbólicas e sociais que não podem ser integralmente captadas por indicadores financeiros tradicionais. Esta perspetiva reforça a necessidade de conciliar racionalidade económica com responsabilidade patrimonial. No contexto português, Leilane Lima (2021) salienta que a demonstração clara do impacto das atividades desenvolvidas constitui fator determinante para reforçar a confiança dos financiadores e legitimar o investimento público e privado. A comunicação estratégica deve evidenciar resultados tangíveis, como número de visitantes, programas educativos realizados e parcerias estabelecidas, mas também impactos intangíveis relacionados com formação cívica e valorização científica. A integração de relatórios de impacto social no planeamento financeiro contribui para reforçar a credibilidade institucional. A sustentabilidade estratégica implica igualmente investimento contínuo em inovação tecnológica e qualificação de recursos humanos. A digitalização de acervos, a implementação de sistemas de gestão integrada e a adoção de ferramentas de análise de dados representam não apenas custos iniciais, mas investimentos estruturais com retorno a médio prazo. A transformação digital pode ampliar o alcance dos museus, diversificar públicos e criar novas fontes de receita, nomeadamente através de conteúdos online e programas híbridos.

A articulação entre planeamento financeiro e visão estratégica deve refletir-se na definição de objetivos plurianuais. Em vez de limitar o horizonte temporal ao exercício anual, recomenda-se a adoção de planos estratégicos com duração mínima de três a cinco anos, permitindo alinhar investimentos estruturais com metas institucionais. Esta

abordagem integra o planeamento financeiro com a avaliação de impacto e estratégia de desenvolvimento territorial. No caso específico do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a sustentabilidade a longo prazo dependerá da capacidade de equilibrar financiamento público, mecenato e receitas próprias, mantendo coerência com a sua missão científica e educativa. A consolidação de práticas de governação transparente, orientadas por indicadores de desempenho e sustentadas por planeamento estratégico rigoroso, permitirá não apenas assegurar viabilidade operacional, mas também reforçar a posição do museu enquanto referência nacional na sua área de especialização. Em resumo, o planeamento financeiro e os instrumentos de controlo não devem ser encarados como mecanismos burocráticos isolados, mas como componentes estruturais de uma estratégia de sustentabilidade institucional. A integração de análise económica, avaliação de impacto social e visão estratégica de longo prazo constitui condição indispensável para que o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN possa cumprir plenamente a sua missão científica, patrimonial e educativa, afirmando-se como instituição resiliente, inovadora e socialmente relevante.

4. O Museu de Medicinal Legal do INMLCF-DN: Planeamento Estratégico e Diagnóstico Institucional

A definição clara de missão, visão e valores constitui um dos pilares fundamentais da gestão estratégica de qualquer organização, nomeadamente as instituições culturais. Nos museus contemporâneos, estas dimensões desempenham um papel central na orientação das atividades institucionais, no desenvolvimento de políticas de conservação e comunicação, bem como na relação estabelecida com a sociedade. A museologia contemporânea reconhece que os museus deixaram progressivamente de ser apenas espaços de conservação e exposição de objetos para se afirmarem como instituições de produção de conhecimento, educação pública e mediação cultural (Hooper-Greenhill, 2000). Esta transformação está profundamente ligada à evolução do conceito de museu ao longo do século XX e início do século XXI, período durante o qual se verificou uma crescente valorização do papel social destas instituições.

A formulação de uma missão clara permitirá, neste contexto, estabelecer o propósito central do futuro museu e a sua contribuição específica para a valorização do património científico, histórico e médico-legal. A visão institucional deverá, por sua vez, projetar o desenvolvimento desejado da instituição a médio e longo prazo, enquadrando as decisões estratégicas relativas à sua implementação e consolidação. Já os valores organizacionais serão determinantes na definição da identidade ética e profissional do projeto, orientando as práticas de gestão, conservação, comunicação e mediação cultural. Como referem Kotler e Kotler (2000), estes três elementos constituem a base do planeamento estratégico em instituições culturais, na medida em que permitem alinhar objetivos institucionais, recursos disponíveis e expectativas dos públicos.

No caso dos museus científicos e médicos, estas dimensões assumem particular relevância, uma vez que estas instituições se encontram frequentemente situadas na interseção entre ciência, educação e património cultural. Estes museus desempenham um papel importante na divulgação do conhecimento científico, na promoção da literacia científica e na valorização do património associado à história da ciência e da

medicina. A sua função não se limita à preservação de objetos históricos, mas inclui igualmente a interpretação e contextualização desses objetos, permitindo ao público compreender a evolução do conhecimento científico e o impacto das práticas médicas na sociedade. Sharon Macdonald (2011) sublinha que os museus científicos desempenham um papel fundamental na mediação entre conhecimento especializado e o público em geral, contribuindo para a democratização do acesso à ciência e para a construção de uma cultura científica mais informada.

O projeto do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN insere-se nesta lógica, embora se trate ainda de uma iniciativa em fase embrionária, não estando, neste momento, formalmente constituído enquanto instituição museológica. Trata-se, contudo, de um projeto com clara vontade institucional de implementação, sustentado pelo reconhecimento interno da relevância científica, histórica e cultural do património existente. A instituição reúne características que a colocam na convergência entre património científico, investigação académica e divulgação pública do conhecimento. O seu acervo, composto por peças anatómicas, instrumentos médico-legais e objetos associados a investigações criminais, constitui um testemunho singular da evolução histórica da medicina legal em Portugal. O trabalho em curso de organização, catalogação e recuperação deste espólio, desenvolvido no âmbito da atividade profissional da autora no INMLCF-DN, assume-se como etapa fundamental e estruturante para a futura musealização deste património, permitindo não apenas a sua salvaguarda, mas também o seu conhecimento sistemático e científico. Em simultâneo, encontram-se em curso obras de adaptação de um edifício destinado a acolher o museu no futuro, o que evidencia a materialização progressiva da intenção institucional de criação do museu. Este conjunto de dinâmicas reforça a necessidade de uma reflexão estratégica aprofundada sobre os fundamentos conceptuais e organizacionais do projeto, de modo a assegurar a sua viabilidade e coerência enquanto futura instituição museológica.

Neste enquadramento, o presente capítulo dedica-se à análise do planeamento estratégico do futuro Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, através da definição da sua missão, visão e valores institucionais, bem como da identificação dos objetivos

estratégicos que orientarão a sua implementação. Complementarmente, recorre-se à metodologia de análise SWOT enquanto instrumento de diagnóstico institucional, permitindo avaliar de forma sistemática o contexto atual do projeto, identificando os seus principais pontos fortes e fragilidades, bem como as oportunidades e desafios que se colocam à sua concretização.

4.1. Missão, visão e valores

A missão institucional representa a declaração formal que define o propósito fundamental de uma organização. No contexto museológico, a missão permite clarificar o papel do museu na sociedade, orientando as suas atividades e contribuindo para a coerência das suas políticas culturais e educativas. A formulação de uma missão clara constitui uma etapa fundamental no planeamento estratégico, uma vez que estabelece os princípios orientadores que devem guiar todas as ações da instituição. De acordo com a definição proposta pelo ICOM, os museus são instituições permanentes, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público e dedicadas à aquisição, conservação, investigação, comunicação e exposição do património material e imaterial da humanidade (ICOM, 2022). Esta definição reflete a evolução do conceito de museu nas últimas décadas, enfatizando a dimensão social destas instituições e a sua responsabilidade na preservação e transmissão do património cultural. A missão de um museu deve, portanto, refletir estes princípios fundamentais, integrando simultaneamente as especificidades do seu acervo e do contexto institucional em que se insere. Esta missão assume particular relevância num contexto em que a literacia científica se tornou uma questão central nas sociedades contemporâneas e onde os museus científicos desempenham um papel fundamental na mediação entre conhecimento especializado e público em geral, contribuindo para a democratização do acesso à ciência (Macdonald, 2011). John Falk e Lynn Dierking (2013) defendem que uma missão bem definida orienta as experiências de aprendizagem proporcionadas pelo museu, garantindo que exposições e programas educativos contribuem efetivamente para a construção do conhecimento dos visitantes. Segundo estes autores, os museus devem ser entendidos como espaços

de aprendizagem informal, nos quais os visitantes constroem significados a partir da interação com objetos, narrativas expositivas e experiências sensoriais.

No que concerne ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a missão é clara e inequívoca: educar o público sobre o corpo humano, a saúde e os processos médico-legais, promovendo uma compreensão científica rigorosa da medicina legal e da investigação forense. Esta missão traduz-se na utilização das suas coleções, exposições permanentes e temporárias, bem como em atividades educativas e programas de mediação científica, concebidos para tornar acessíveis conceitos complexos das ciências biomédicas e forenses. Ao apresentar casos, técnicas e descobertas de investigação médico-legal, o museu procura despertar interesse e curiosidade científica, estimulando a reflexão crítica sobre questões de saúde, justiça e ética (INMLCF, I. P., 2026b).

Além de fomentar o conhecimento especializado, o museu assume um papel central na promoção da literacia científica em diferentes públicos, incluindo estudantes, profissionais de saúde, investigadores e cidadãos em geral. Esta função educativa é particularmente relevante num contexto contemporâneo em que a compreensão científica se tornou uma necessidade social, permitindo que a sociedade interprete melhor informação médica, científica e legal, e desenvolva capacidade para tomar decisões informadas. Ao integrar conhecimento académico e experiência prática, o museu contribui para criar uma ponte entre ciência e sociedade, fortalecendo a perceção pública sobre a importância da investigação forense e da medicina legal enquanto áreas de interesse social e científico. Desta forma, a missão do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN vai além da mera conservação de objetos; ela orienta todas as suas atividades para a educação, a divulgação científica e o estímulo ao pensamento crítico, consolidando o papel do museu como um espaço de referência no ensino, na investigação e na promoção de uma cultura científica acessível e envolvente.

Enquanto a missão define o propósito presente da instituição, a visão estabelece a direção estratégica futura. A visão corresponde, portanto, à imagem do que a instituição aspira tornar-se num determinado horizonte temporal. Nos museus

contemporâneos, a visão institucional está frequentemente associada a objetivos de inovação, diversificação dos públicos e reforço do impacto social. Stephen Weil (1999) argumenta que os museus do século XXI devem orientar-se cada vez mais para o visitante, adotando modelos de gestão que valorizem a experiência do público e a relevância social das exposições. Assim, a visão de um museu pode incluir objetivos como: tornar-se uma referência internacional na área temática do museu; promover a inovação nas práticas expositivas e educativas; ampliar o acesso ao património cultural através da digitalização e da tecnologia. A visão de um museu deve traduzir de forma inequívoca aquilo a que a instituição aspira a longo prazo e como pretende alcançar esses objetivos.

No que respeita ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a visão é tornar-se uma instituição de referência nacional e internacional na divulgação científica da medicina legal, reconhecida pela excelência das suas exposições, programas educativos e investigação aplicada. Para concretizar esta visão, o museu irá apostar na modernização das exposições e das coleções, incorporando tecnologias interativas e ferramentas de digitalização que permitam ampliar o acesso ao património médico-científico português. Simultaneamente, a instituição desenvolverá estratégias de mediação e programas educativos inovadores, concebidos para envolver públicos diversificados, desde estudantes e profissionais de saúde até cidadãos interessados em ciência e justiça. Este aumento do público será complementado por parcerias nacionais e internacionais, iniciativas de comunicação científica e eventos que reforcem a relevância social do museu, consolidando o seu papel como espaço de referência para a educação, a investigação e a promoção da literacia científica. Desta forma, a visão do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN não se limita à conservação e exposição do acervo, mas integra um projeto estratégico de inovação, inclusão e impacto social, orientado para criar experiências educativas significativas e reforçar a posição do museu como elo entre ciência, sociedade e património cultural.

Os valores institucionais representam os princípios éticos e culturais que orientam o funcionamento da organização. Nos museus, estes valores são particularmente importantes, uma vez que influenciam diretamente a forma como as coleções são

interpretadas, apresentadas e comunicadas ao público. Entre os valores mais frequentemente associados às instituições museológicas encontram-se o rigor científico, a responsabilidade patrimonial, a inclusão social e o compromisso com a educação. Richard Sandell (2007) destaca que a acessibilidade constitui um princípio central na museologia contemporânea, uma vez que os museus devem procurar garantir que os seus espaços e conteúdos sejam acessíveis a diferentes públicos, incluindo pessoas com deficiência, crianças e comunidades socialmente marginalizadas. No Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, os valores institucionais incluem um forte compromisso com o rigor científico, a acessibilidade, a inovação educativa, a colaboração interdisciplinar e o respeito pela diversidade cultural e científica. A natureza interdisciplinar da medicina legal torna particularmente relevante a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, incluindo medicina, biologia, direito, antropologia e criminologia.

4.2. Objetivos

Os objetivos de uma instituição museológica devem ser claros, específicos e mensuráveis. A definição de objetivos constitui um elemento essencial da gestão estratégica, permitindo orientar as atividades do museu e avaliar o impacto das suas ações. Entre os objetivos mais comuns nas instituições museológicas encontram-se: preservação e conservação do acervo; desenvolvimento de programas educativos; aumento e diversificação do público; modernização das exposições; e o reforço da investigação científica. De acordo com Stephen Weil (2002), a eficácia da gestão museológica depende da capacidade de alinhar estes objetivos com a missão e a visão institucional. No contexto português, a Rede Portuguesa de Museus sublinha a importância do planeamento estratégico na gestão museológica e destaca a necessidade de desenvolver modelos de gestão que integrem a preservação do património com estratégias de valorização cultural e educativa (Rede Portuguesa de Museus, 2026a). O Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN tem como objetivos estratégicos reforçar o papel da instituição enquanto espaço de preservação patrimonial, investigação científica, educação e divulgação do conhecimento no

domínio da medicina legal. Neste sentido, pretende afirmar-se como uma plataforma de valorização do património médico-científico e de promoção da literacia científica junto da sociedade. Estes objetivos visam, simultaneamente, valorizar e contextualizar o acervo museológico existente, ampliar o impacto cultural e social do museu e aproximar diferentes públicos de um campo científico frequentemente percecionado como especializado ou distante do quotidiano. Ao promover estratégias de mediação cultural e de comunicação científica, o museu procura, assim, contribuir para uma compreensão mais ampla do papel da medicina legal na história da ciência, na investigação criminal e no funcionamento da justiça. Com vista à concretização destes objetivos, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

Aumento do número de visitantes

Um dos objetivos centrais consiste em ampliar o número de visitantes anuais. O aumento da afluência de público constitui um indicador relevante da vitalidade cultural de uma instituição museológica e da sua capacidade de se afirmar como espaço de interesse científico e educativo. Para alcançar este objetivo, torna-se necessário desenvolver estratégias de comunicação e marketing cultural que permitam aumentar a visibilidade do museu junto da comunidade local, nacional e internacional. Nesse sentido, poderão ser reforçadas as ações de divulgação através de diferentes canais, incluindo redes sociais, plataformas digitais, parcerias com instituições de ensino, colaboração com entidades culturais e participação em eventos científicos e culturais. A criação de campanhas de comunicação dirigidas a públicos específicos, bem como a participação em iniciativas como a Noite Europeia dos Museus ou as Jornadas Europeias do Património, poderá igualmente contribuir para aumentar a notoriedade da instituição.

Outra estratégia relevante consiste no estabelecimento de parcerias com escolas, universidades, centros de investigação e instituições culturais, permitindo a organização de visitas de estudo, seminários e eventos científicos que integrem o museu nos circuitos educativos e académicos. A articulação com o turismo cultural da cidade também poderá favorecer a integração do museu em roteiros temáticos relacionados com a história da ciência, da medicina e da investigação forense.

Diversificação dos programas educativos

Outro objetivo importante consiste na diversificação dos programas educativos, incluindo atividades dirigidas a diferentes públicos, como escolas, famílias, estudantes universitários e público em geral. Os museus contemporâneos assumem um papel cada vez mais relevante enquanto espaços de educação não formal, promovendo o contacto direto com o conhecimento científico e estimulando o pensamento crítico. Neste contexto, os programas educativos poderão incluir visitas guiadas temáticas orientadas por especialistas, que permitam explorar diferentes dimensões da medicina legal, desde a história da disciplina até às suas aplicações contemporâneas. Estas visitas poderão abordar temas como a evolução das técnicas de investigação forense, a história das autópsias médico-legais ou o contributo da medicina legal para a justiça e para a investigação criminal. Em simultâneo, poderão ser organizados workshops científicos destinados a estudantes e ao público interessado, permitindo uma abordagem prática a determinadas metodologias utilizadas na investigação forense. Estas atividades poderão incluir demonstrações de técnicas laboratoriais, análise de evidências ou simulações de investigação científica, sempre adaptadas ao contexto museológico e ao público participante.

As atividades pedagógicas dirigidas às escolas constituem igualmente um eixo fundamental da programação educativa. A criação de programas educativos alinhados com os currículos escolares poderá facilitar a integração do museu nas práticas pedagógicas de professores e alunos. Através de atividades interativas, jogos educativos ou materiais didáticos específicos, os estudantes poderão compreender de forma acessível conceitos científicos relacionados com a medicina, a biologia, a anatomia ou a investigação criminal. Outro elemento relevante consiste na promoção de programas de divulgação científica dirigidos ao público em geral. Conferências, ciclos de palestras, exposições temporárias temáticas e encontros com investigadores poderão contribuir para reforçar o papel do museu como espaço de produção e disseminação de conhecimento científico.

Promoção da inclusão e acessibilidade

A promoção da inclusão constitui igualmente um objetivo fundamental para o desenvolvimento do museu. As instituições museológicas contemporâneas procuram garantir que os seus conteúdos e atividades sejam acessíveis a todos os públicos, independentemente das suas condições físicas, cognitivas ou sociais. Neste âmbito, o museu poderá desenvolver iniciativas dirigidas a pessoas com necessidades especiais, incluindo materiais educativos adaptados, conteúdos em formatos acessíveis e exposições concebidas de acordo com princípios de acessibilidade universal. A disponibilização de recursos em braille, audioguias adaptados ou conteúdos em língua gestual poderá contribuir para ampliar o acesso ao conhecimento científico.

Além disso, poderão ser desenvolvidos programas específicos destinados a públicos tradicionalmente menos representados nos espaços museológicos, promovendo uma maior democratização do acesso à cultura científica. Parcerias com instituições sociais, associações culturais e organizações comunitárias poderão facilitar a participação de diferentes grupos sociais nas atividades do museu. A promoção da inclusão não se limita apenas à dimensão física da acessibilidade, mas envolve também a criação de experiências museológicas capazes de dialogar com diferentes níveis de conhecimento e interesse. Assim, a diversificação de formatos de comunicação – desde conteúdos científicos mais especializados até abordagens mais interativas e pedagógicas – permitirá alcançar públicos mais amplos e heterogêneos.

Modernização das exposições

A modernização das exposições constitui igualmente uma prioridade estratégica para o museu. A atualização das formas de apresentação do acervo museológico permite não apenas valorizar os objetos e coleções existentes, mas também proporcionar experiências de visita mais envolventes e informativas. Esta modernização poderá incluir a integração de tecnologias digitais e recursos multimédia que permitam enriquecer a experiência do visitante. A utilização de painéis interativos, conteúdos audiovisuais, realidade aumentada ou aplicações digitais poderá facilitar a compreensão de temas científicos complexos, tornando a exposição mais dinâmica e

acessível. Os recursos multimédia poderão também permitir contextualizar historicamente os objetos expostos, apresentando narrativas que relacionem a evolução da medicina legal com o desenvolvimento da ciência, da justiça e das práticas médicas ao longo do tempo. Desta forma, o visitante poderá compreender não apenas a função dos objetos apresentados, mas também o seu significado histórico e científico. A criação de exposições temporárias temáticas poderá igualmente contribuir para renovar periodicamente o interesse do público, permitindo explorar diferentes tópicos relacionados com a medicina legal, a história da medicina ou a investigação científica. Estas exposições poderão ser desenvolvidas em colaboração com investigadores, universidades e outras instituições museológicas, reforçando a dimensão científica e cultural do museu.

4.3. A análise SWOT como ferramenta estratégica

A análise SWOT constitui uma das ferramentas mais utilizadas no domínio do planeamento estratégico, sendo aplicada em múltiplos contextos institucionais, incluindo organizações culturais, instituições científicas e museus. O método baseia-se na identificação e análise de quatro dimensões fundamentais: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). Através desta abordagem, torna-se possível obter uma visão estruturada da situação de uma organização, permitindo compreender os seus recursos internos, identificar limitações estruturais e analisar fatores externos que podem influenciar o seu desenvolvimento (Kotler e Kotler, 2000). No contexto do planeamento estratégico, a análise SWOT assume particular relevância por permitir articulação entre fatores internos e externos. As forças e fraquezas correspondem a elementos internos da organização, relacionados com os seus recursos, competências, infraestruturas e capacidade de gestão. Já as oportunidades e ameaças dizem respeito a fatores externos, que podem resultar de mudanças sociais, económicas, tecnológicas ou institucionais que afetam o contexto de atuação da organização. Nos museus, esta metodologia tem sido amplamente utilizada como instrumento de diagnóstico institucional, contribuindo para processos de modernização, definição de estratégias de gestão e

desenvolvimento de programas culturais e educativos. A aplicação da análise SWOT permite, por exemplo, identificar o potencial de valorização de determinadas coleções, avaliar as condições de conservação do acervo, refletir sobre a qualidade das exposições e analisar as relações do museu com o público e com a comunidade científica. Além disso, a análise SWOT constitui um instrumento particularmente útil para apoiar processos de transformação institucional. Muitos museus enfrentam atualmente desafios significativos relacionados com a necessidade de modernizar exposições, ampliar a participação do público, incorporar tecnologias digitais e garantir a sustentabilidade financeira das suas atividades. Neste contexto, a identificação sistemática de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças permite orientar decisões estratégicas e definir prioridades de intervenção.

No caso de museus científicos e especializados, como os museus de medicina ou de história da ciência, a análise SWOT pode contribuir para compreender de que forma o património científico pode ser valorizado e comunicado ao público. Estes museus frequentemente dispõem de coleções de grande relevância histórica e científica, mas enfrentam simultaneamente desafios relacionados com a conservação de materiais sensíveis, a complexidade dos conteúdos científicos e a necessidade de tornar as exposições acessíveis a públicos diversos. A aplicação desta ferramenta ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN permite, assim, identificar um conjunto de fatores internos e externos que influenciam o funcionamento e o potencial de desenvolvimento desta instituição. A análise apresentada a seguir procura evidenciar os principais elementos que caracterizam as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças associadas ao museu.

4.3.1. Análise SWOT do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN

Forças

Uma das principais forças do museu reside na **riqueza do seu acervo histórico**. A coleção integra um conjunto significativo de peças anatómicas, instrumentos médico-legais, documentação científica e objetos associados a investigações criminais, constituindo um património científico e histórico de grande valor. Este conjunto de

materiais permite documentar a evolução da medicina legal ao longo do tempo e testemunhar o desenvolvimento das práticas científicas associadas à investigação forense. A singularidade deste acervo confere ao museu uma identidade própria no panorama museológico nacional. Trata-se de um património especializado, que não se encontra amplamente representado noutras instituições museológicas portuguesas, o que reforça o interesse científico e cultural da coleção.

Outra força relevante consiste na **diversidade do espólio**. O museu reúne objetos provenientes de diferentes períodos históricos e associados a diversas áreas da medicina legal, incluindo anatomia patológica, toxicologia, antropologia forense e investigação criminal. Esta diversidade permite apresentar ao público uma visão abrangente da evolução das técnicas e metodologias utilizadas na investigação médico-legal.

Para além do seu valor científico, o acervo possui também uma dimensão histórica significativa, permitindo compreender a evolução das instituições médico-legais em Portugal e o papel que estas desempenharam no desenvolvimento da medicina e da justiça. Neste sentido, o museu desempenha um papel importante na **preservação da história da medicina legal portuguesa**, contribuindo para a salvaguarda de um património científico relevante para investigadores, estudantes e público interessado na história da ciência.

A natureza singular das coleções constitui igualmente um fator de **atratividade para o público**. Temas relacionados com a medicina, a investigação forense e a criminologia despertam frequentemente grande interesse social e mediático. Esta curiosidade pode constituir uma oportunidade para aproximar o público da ciência, promovendo a compreensão do papel da medicina legal na investigação criminal e na administração da justiça. Assim, a combinação entre valor científico, relevância histórica e potencial de comunicação científica constitui um dos principais pontos fortes do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN.

Fraquezas

Apesar das suas qualidades patrimoniais e científicas, o museu enfrenta igualmente um conjunto de limitações que condicionam o seu desenvolvimento. Uma das principais fragilidades relaciona-se com os **custos elevados de manutenção** associados à conservação de coleções médico-legais. Muitos dos materiais presentes no acervo, incluindo peças anatómicas e preparações biológicas, exigem condições específicas de conservação, controlo ambiental e manutenção regular. Estas exigências podem implicar custos significativos em termos de recursos técnicos, equipamentos e pessoal especializado. A gestão adequada destas coleções constitui, por isso, um desafio permanente para a instituição.

Outra importante limitação refere-se às **restrições do espaço expositivo**. A dimensão física das instalações pode limitar a capacidade de apresentar ao público uma parte significativa do acervo, obrigando à seleção de um número reduzido de objetos para exposição. Esta situação pode dificultar a valorização de determinadas peças e restringir a possibilidade de desenvolver exposições temporárias ou temáticas.

As **dificuldades de conservação** constituem igualmente um desafio relevante. Os materiais orgânicos, frequentemente presentes em coleções médico-legais, são particularmente sensíveis à variação de temperatura, humidade e exposição à luz. A preservação destes objetos exige, por isso, condições técnicas adequadas e monitorização contínua do estado de conservação.

Além disso, o museu pode enfrentar **limitações relacionadas com a iluminação natural**, fator que pode afetar tanto a experiência de visita como as condições de conservação do acervo. A gestão da iluminação constitui um elemento essencial no equilíbrio entre acessibilidade visual e proteção das coleções.

Por fim, a **escassez de conteúdos educativos interativos** constitui outra fragilidade. Em muitos museus contemporâneos, a utilização de recursos interativos e multimédia desempenha um papel importante na comunicação científica e na mediação cultural. A ausência ou insuficiência destes recursos pode reduzir o potencial educativo do museu e afetar a experiência do visitante, sobretudo entre públicos mais jovens.

Oportunidades

Apesar das limitações identificadas, o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN beneficia de várias oportunidades que podem contribuir para o seu desenvolvimento institucional. Uma dessas oportunidades consiste na possibilidade de **expansão do espaço expositivo**, permitindo ampliar a área destinada à exposição permanente e criar condições para a organização de exposições temporárias.

A criação de **novas exposições temáticas** constitui outra oportunidade relevante. Estas exposições poderiam explorar diferentes dimensões da medicina legal, como a história da investigação criminal, a evolução das técnicas forenses ou o contributo da medicina legal para a justiça. Exposições deste tipo poderiam atrair novos públicos e incentivar visitas repetidas.

A **integração de tecnologias digitais** representa igualmente uma oportunidade significativa para a modernização do museu. A utilização de recursos como realidade virtual, realidade aumentada, aplicações interativas ou conteúdos audiovisuais pode contribuir para tornar a exposição mais dinâmica e acessível. Estas tecnologias também permitem apresentar conteúdos científicos complexos de forma mais clara e envolvente.

Outra oportunidade importante reside no **desenvolvimento de parcerias institucionais**. A colaboração com universidades, centros de investigação, escolas e outras instituições culturais pode favorecer a organização de atividades científicas, exposições conjuntas e programas educativos. Estas parcerias podem contribuir para reforçar a dimensão científica do museu e promover a investigação sobre o seu acervo.

A **criação de ateliers educativos** e programas pedagógicos constitui igualmente uma oportunidade para reforçar o papel do museu enquanto espaço de divulgação científica. Atividades dirigidas a estudantes e professores podem facilitar a integração do museu em programas educativos e estimular o interesse pelas ciências biomédicas e forenses.

Por fim, o **desenvolvimento de circuitos temáticos** relacionados com a história da medicina, da ciência ou da investigação criminal pode contribuir para integrar o museu

em roteiros culturais mais amplos, aumentando a sua visibilidade no contexto do turismo científico e cultural.

Ameaças

Para além dos fatores internos e das oportunidades externas, o museu enfrenta também um conjunto de ameaças que podem afetar o seu funcionamento e desenvolvimento. Uma das mais relevantes diz respeito às **restrições orçamentais** que frequentemente afetam instituições culturais e científicas. A limitação de recursos financeiros pode dificultar investimentos em conservação, modernização das exposições ou desenvolvimento de novos programas educativos.

Outra ameaça significativa consiste na **possível deterioração do acervo**. Como já referido, muitas das peças da coleção são particularmente sensíveis a fatores ambientais e exigem condições específicas de conservação. A falta de recursos técnicos ou financeiros pode comprometer a preservação de alguns destes materiais.

A **concorrência de outras instituições culturais** representa um desafio potencial. Museus, centros de ciência e outras entidades culturais competem frequentemente pela atenção do público e pelo acesso a financiamentos. Neste contexto, torna-se importante que o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN consiga afirmar a sua especificidade e valor científico.

Os **impactos das alterações climáticas** constituem igualmente uma preocupação crescente no domínio da conservação do património. Alterações nas condições ambientais, como variações de temperatura e humidade, podem afetar a estabilidade de materiais sensíveis e aumentar os desafios associados à preservação das coleções.

Finalmente, as **flutuações no turismo** podem influenciar o número de visitantes e, consequentemente, a visibilidade pública do museu. Fatores económicos, sociais ou políticos podem afetar os fluxos turísticos e reduzir temporariamente a procura por atividades culturais. Em conjunto, estas ameaças sublinham a importância de uma gestão estratégica cuidadosa e da implementação de políticas de conservação adequadas. A análise SWOT permite, assim, identificar os principais desafios e oportunidades associados ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, contribuindo

para orientar decisões futuras e apoiar a definição de estratégias de desenvolvimento sustentado.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo evidencia que o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN possui um património científico e histórico de grande relevância, capaz de contribuir de forma significativa para a divulgação da história da medicina legal e para a promoção da literacia científica junto de diferentes públicos. A definição clara de missão, visão e valores institucionais constitui um elemento essencial para orientar o desenvolvimento estratégico da instituição, permitindo alinhar as suas atividades com os objetivos de preservação do património, produção de conhecimento e educação pública. Neste contexto, o planeamento estratégico assume um papel fundamental na gestão museológica contemporânea, contribuindo para reforçar a relevância social dos museus e para garantir a sustentabilidade das suas atividades.

Apesar das potencialidades identificadas, o diagnóstico institucional revela igualmente a existência de desafios importantes relacionados com a conservação do acervo, as limitações do espaço expositivo e a necessidade de modernização das exposições. A adoção de estratégias de inovação museológica, a integração de tecnologias digitais e o desenvolvimento de parcerias institucionais poderão desempenhar um papel determinante na superação destes desafios. Ao investir na valorização do seu património científico e na melhoria da experiência dos visitantes, o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN poderá reforçar a sua posição como espaço de divulgação científica, educação patrimonial e reflexão histórica sobre o desenvolvimento da medicina legal em Portugal.

5. O Edifício

A conceção arquitetónica e museológica de um museu contemporâneo envolve um conjunto complexo de decisões teóricas, técnicas e comunicacionais que determinam a forma como o património é preservado, interpretado e apresentado ao público. No caso de instituições dedicadas ao património científico, como o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, estas questões assumem particular relevância, uma vez que os objetos expostos possuem simultaneamente valor histórico, científico e pedagógico. Assim, o edifício museológico não deve ser entendido apenas como um espaço físico destinado à guarda de coleções, mas como um dispositivo interpretativo que estrutura a relação entre o visitante, o conhecimento científico e os objetos musealizados.

A museologia contemporânea tem enfatizado precisamente esta dimensão comunicativa e interpretativa do espaço expositivo. De acordo com a perspetiva defendida por autores como Eilean Hooper-Greenhill (2000), os museus deixaram de ser concebidos como instituições centradas exclusivamente na conservação de objetos para se afirmarem como espaços de produção e mediação de conhecimento, onde a experiência do visitante assume um papel central no processo de construção de significado. Nesta perspetiva, a arquitetura e a museografia tornam-se elementos fundamentais para estruturar narrativas expositivas coerentes e promover experiências educativas significativas para públicos diversificados. De forma semelhante, Tony Bennett (1995) argumenta que os museus funcionam como dispositivos culturais que estruturam formas específicas de relação entre conhecimento, poder e público.

Neste contexto, a organização espacial do museu, os percursos de circulação, as soluções de acessibilidade e a integração de recursos tecnológicos são fatores determinantes para garantir a eficácia da comunicação museológica. Como sublinham Barry Lord, Gail Lord e Lindsay Martin (2012), a museografia contemporânea procura articular de forma equilibrada três dimensões essenciais: a preservação das coleções, a interpretação científica dos conteúdos e a criação de experiências de visita envolventes e acessíveis. No caso específico dos museus científicos e médicos, esta

dimensão comunicativa assume particular relevância. Estes museus apresentam frequentemente conteúdos complexos, que exigem estratégias específicas de mediação para tornar o conhecimento científico acessível ao público não especializado. A museografia científica recorre, por isso, a dispositivos interpretativos variados — textos, imagens, modelos tridimensionais, dispositivos interativos e recursos audiovisuais — que facilitam a compreensão de conceitos abstratos e processos biológicos ou tecnológicos (Macdonald, 2011).

O Museu de Medicina Legal do Instituto Nacional de Medicina Legal do INMLCF-DN insere-se neste enquadramento conceptual. A sua conceção arquitetónica e museográfica procura articular a preservação de coleções científicas com estratégias de comunicação e educação, transformando o espaço museológico num ambiente de aprendizagem e descoberta. Nesta perspetiva, o edifício não deve ser entendido apenas como um contentor de coleções, mas como um verdadeiro dispositivo interpretativo, capaz de estruturar a relação entre os visitantes, os objetos musealizados e o conhecimento científico que estes representam.

5.1. O edifício como dispositivo interpretativo

O Instituto de Medicina Legal do Porto representa uma das mais antigas e relevantes instituições do sistema médico-legal português, cuja origem remonta à transformação das primeiras morgues oficiais criadas em 1899 nas principais cidades do país, incluindo o Porto, com a finalidade de realizar perícias médico-legais imparciais ao serviço da justiça e da saúde pública. A partir de 1918, com a nova legislação que instituiu formalmente os Institutos de Medicina Legal, o serviço no Porto consolidou-se como um centro especializado na prática pericial médico-legal, abrangendo áreas como a autópsia forense, exame clínico pericial, toxicologia, genética forense e outras disciplinas que articulam Medicina e Justiça. Ao longo do século XX, o Instituto desempenhou um papel essencial no apoio técnico-científico aos tribunais, às forças de investigação criminal e a outras entidades públicas e privadas, reforçando a objetividade e a credibilidade das perícias médico-legais no país. Com a reforma de 2001 que criou o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF)

como organismo central, o Instituto do Porto passou a funcionar como uma das suas delegações regionais, mantendo a sua função histórica de prestação de serviços periciais, promoção da formação especializada e contributo para a investigação científica na área forense (Vieira, 2009).

O edifício histórico que acolhe o INMLCF-DN é uma construção de arquitetura judicial do início do século XX, localizada na Travessa do Carregal, na freguesia da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória. Encontra-se adjacente ao Jardim do Carregal (Carrilho Videira) e ao Hospital de Santo António, confrontando diretamente com o edifício do ICBAS – Edifício Abel Salazar e com o antigo Convento dos Carmelitas Descalços, atualmente sede do Comando Territorial do Porto da GNR. Insere-se, assim, num tecido urbano consolidado e densamente edificado, característico do centro histórico do Porto. Este enquadramento urbano assume particular relevância em contexto museológico, na medida em que a inserção em centros históricos tende a reforçar a atratividade cultural e turística das instituições, ao mesmo tempo que coloca desafios significativos ao nível da acessibilidade, da logística e das condições de conservação. Neste tipo de contexto, os centros históricos constituem simultaneamente espaços de valorização patrimonial e territórios de tensão entre a preservação do legado construído e as exigências funcionais da contemporaneidade (Graham, 2002). Foi originalmente projetado no quadro da expansão das infraestruturas de medicina legal no Porto, com o projeto elaborado em 1913 pela Direção das Obras Públicas do Distrito do Porto, tendo a sua construção sido realizada em fases entre 1915 e 1925, com o objetivo de acolher os serviços periciais e de antropologia criminal que então se encontravam dispersos por diferentes edifícios académicos (Filipe, 2014).

Do ponto de vista morfológico, o edifício do INMLCF-DN apresenta uma configuração composta, resultante da articulação de vários corpos de planta predominantemente retangular e irregular, organizados de acordo com as necessidades funcionais do conjunto. A volumetria é diferenciada, integrando um edifício principal de construção mais antiga, ao qual se associam outros volumes complementares, incluindo um pavilhão e uma capela, formando um conjunto arquitetónico heterogéneo, mas

coerente. Implantado num tecido urbano consolidado da cidade do Porto, o edifício estabelece confrontações diretas com construções envolventes de carácter residencial e institucional, adaptando-se à malha urbana envolvente. As fachadas, de expressão sóbria, evidenciam o uso de materiais tradicionais, com predominância da alvenaria rebocada e pintada, pontuada por elementos estruturais e decorativos em cantaria de granito, nomeadamente molduras de vãos, cornijas e platibandas, que conferem robustez e unidade formal ao conjunto. Os vãos distribuem-se de forma regular, acompanhando a organização interna dos espaços, enquanto as coberturas em telha cerâmica contribuem para a integração do edifício na paisagem urbana portuense. No interior, destaca-se o recurso a soluções construtivas tradicionais, como estruturas em madeira e revestimentos cerâmicos, refletindo práticas construtivas correntes do século XX. No seu conjunto, o edifício evidencia uma arquitetura funcional de carácter institucional, onde a diversidade volumétrica e a adaptação ao contexto urbano traduzem as exigências específicas da sua utilização médico-legal, sem perder a coerência com a envolvente edificada (Filipe, 2014).

A arquitetura museológica contemporânea tem sido objeto de reflexão crescente no campo dos estudos museológicos. Segundo Suzanne MacLeod (2005), os edifícios de museus não são estruturas neutras: a organização espacial, os percursos de circulação e as soluções arquitetónicas influenciam diretamente a experiência do visitante e a construção de significado. Neste sentido, o espaço museológico pode ser interpretado como uma narrativa tridimensional, na qual os visitantes percorrem diferentes ambientes que estruturam, progressivamente, o acesso à informação e aos objetos. A disposição dos espaços, a sequência das salas e os elementos de transição — como corredores, escadas ou zonas de circulação — desempenham um papel semelhante ao da estrutura narrativa de um texto, guiando o visitante através de diferentes momentos interpretativos. No tocante ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a organização espacial foi concebida de forma a favorecer uma progressão gradual entre introdução conceptual, aprofundamento científico e contextualização histórica. Esta lógica narrativa é particularmente adequada à comunicação de conteúdos relacionados com a anatomia e a medicina legal, áreas científicas que implicam

frequentemente a articulação entre conhecimento técnico, história da ciência e prática profissional. Além disso, a conceção do espaço museológico integra princípios de acessibilidade, inclusão e interatividade, alinhando-se com as orientações internacionais definidas pelo ICOM (2026). Estas orientações sublinham a importância de garantir que os museus sejam acessíveis a diferentes públicos, independentemente das suas capacidades físicas, cognitivas ou culturais.

5.2. A área de receção como espaço de mediação institucional

O percurso expositivo do museu inicia-se na área de receção, espaço que desempenha um papel fundamental na mediação entre a instituição e o público visitante. Para além da sua função operacional de acolhimento e orientação, a receção constitui um primeiro momento de contextualização da experiência museológica, funcionando como um espaço de preparação cognitiva e simbólica para a visita. É neste local que o visitante estabelece o primeiro contacto direto com a instituição, sendo introduzido aos princípios, objetivos e enquadramento temático que estruturam o discurso expositivo. Nesse sentido, a receção não deve ser entendida apenas como um espaço de passagem, mas como uma componente integrante da estratégia de comunicação do museu. Segundo Stephen Weil (2002), o contacto inicial entre o visitante e o museu influencia significativamente a forma como a visita é percebida e interpretada. A clareza das informações disponibilizadas, a forma de acolhimento e a organização espacial do ponto de entrada contribuem para moldar as expectativas do público e para orientar a leitura das exposições subsequentes. Assim, os espaços de entrada devem ser concebidos de modo a proporcionar informação clara e acessível sobre a identidade institucional, os objetivos científicos da instituição e a organização geral do percurso expositivo. A presença de elementos interpretativos, sinalética adequada e materiais informativos contribui para facilitar a orientação do visitante e para enquadrar a experiência museológica desde o primeiro momento.

Tendo em conta o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a receção encontra-se equipada com balcões de atendimento e pontos de informação, onde são disponibilizados materiais interpretativos relativos às exposições permanentes e

temporárias, bem como às atividades educativas, às visitas guiadas e aos eventos científicos promovidos pela instituição. Estes recursos permitem estabelecer um primeiro nível de comunicação entre o museu e os seus públicos, oferecendo informações essenciais que auxiliam na compreensão dos conteúdos e na organização da visita. Ao mesmo tempo, a presença de profissionais especializados no atendimento ao público contribui para esclarecer dúvidas, fornecer orientações e adaptar a experiência às necessidades específicas de diferentes perfis de visitantes. Este espaço funciona igualmente como ponto de distribuição de fluxos de visitantes, permitindo organizar o acesso às diferentes áreas do museu e assegurar uma circulação equilibrada ao longo do percurso expositivo. A definição de circuitos claros e a existência de orientações visuais ou informativas são particularmente importantes em instituições cujos conteúdos podem suscitar curiosidade científica, mas também exigir enquadramento contextual, como é o caso dos museus associados às ciências médico-legais. A receção assume, assim, um papel estratégico na gestão da visita, contribuindo para garantir uma experiência fluida e estruturada.

Para além da sua dimensão funcional, a receção desempenha também um papel simbólico, marcando a transição entre o espaço exterior e o universo museológico. Este momento de passagem corresponde a uma mudança de enquadramento cognitivo e cultural, na medida em que o visitante abandona o quotidiano para entrar num espaço dedicado à produção e transmissão de conhecimento científico. Neste sentido, a receção constitui o primeiro contacto do visitante com a narrativa institucional e com os valores científicos, pedagógicos e culturais que orientam a missão do museu. Ao introduzir o público no contexto da instituição, este espaço contribui para estabelecer os fundamentos interpretativos que irão sustentar a compreensão das exposições e da história da medicina legal que o museu se propõe comunicar.

5.3. O hall principal e a introdução à narrativa científica

A partir da receção, o visitante é conduzido ao hall principal, concebido como um espaço de acolhimento expositivo e de distribuição funcional para as restantes áreas

do museu. Este núcleo central desempenha uma função estruturante no percurso museográfico, atuando como ponto de convergência entre os diferentes circuitos de visita. Em termos de organização espacial, o hall assume simultaneamente funções de orientação, contextualização e introdução temática, permitindo ao visitante adquirir uma visão inicial global da narrativa científica e histórica que será desenvolvida ao longo do percurso expositivo. Nos museus contemporâneos, estes espaços intermédios são frequentemente concebidos como zonas de transição interpretativa, onde o público é progressivamente introduzido aos conteúdos da exposição, através de dispositivos visuais, objetos simbólicos ou instalações de carácter pedagógico.

Neste espaço encontra-se uma instalação expositiva de carácter introdutório composta por modelos de esqueletos humanos e réplicas anatómicas de órgãos em escala real. Estes elementos desempenham simultaneamente funções pedagógicas, estéticas e simbólicas. Do ponto de vista pedagógico, os modelos anatómicos constituem instrumentos fundamentais na comunicação do conhecimento médico e científico, permitindo apresentar, de forma clara e acessível, estruturas biológicas complexas que, de outro modo, permaneceriam invisíveis ao olhar do público. A tridimensionalidade destas representações facilita a perceção espacial das diferentes partes do corpo humano e contribui para uma melhor compreensão das relações entre órgãos, sistemas e funções fisiológicas.

Do ponto de vista museográfico, as representações anatómicas tridimensionais constituem ferramentas particularmente eficazes para a comunicação do conhecimento científico. Como observa Ludmilla Jordanova (2012), o uso de objetos, imagens e modelos materiais desempenha um papel essencial na transmissão de conhecimento histórico e científico, na medida em que permite tornar visíveis fenómenos e estruturas que não são imediatamente observáveis na experiência quotidiana. A autora destaca que a cultura visual e material desempenha uma função central na forma como os indivíduos interpretam e compreendem o passado e o conhecimento científico, sendo os objetos expositivos elementos fundamentais na construção de narrativas museológicas e na mediação entre especialistas e públicos não especializados. No contexto específico dos museus de medicina e de ciências da

saúde, os modelos anatómicos possuem ainda uma longa tradição histórica como instrumentos de ensino e de divulgação científica. Desde o Período Moderno — grosso modo, desde o século XVI — modelos em cera, madeira ou outros materiais foram utilizados em universidades e escolas médicas para ilustrar a anatomia humana e facilitar a aprendizagem da dissecação. Nos espaços museológicos contemporâneos, estas representações continuam a desempenhar um papel relevante, permitindo estabelecer uma ponte entre a história da medicina, o conhecimento científico atual e a educação do público.

Para além da sua função educativa, esta instalação central funciona igualmente como dispositivo de enquadramento conceptual. Ao proporcionar um primeiro contacto visual com a anatomia humana, prepara o visitante para os conteúdos científicos que serão explorados ao longo do percurso expositivo, particularmente aqueles relacionados com a medicina legal, a patologia e a análise forense do corpo humano. Assim, o hall principal assume um papel introdutório fundamental, orientando a leitura das exposições subsequentes e estabelecendo as bases interpretativas necessárias para a compreensão das práticas médico-legais. Em termos simbólicos, a presença do esqueleto humano e das réplicas anatómicas reforça também a dimensão científica e epistemológica do museu, remetendo para o corpo humano como objeto central de investigação da medicina legal. Ao colocar estas representações no núcleo do espaço expositivo, a museografia sublinha a importância do corpo como fonte de evidência científica e como elemento fundamental para a produção de conhecimento nas áreas da medicina, da anatomia e da investigação forense.

5.4. Museografia interativa e comunicação científica

O percurso expositivo prossegue em direção à sala dedicada à autópsia e à anatomia forense, concebida segundo princípios de museografia interativa e comunicação científica contemporânea. Este espaço constitui um dos núcleos temáticos centrais do museu, na medida em que aborda diretamente os procedimentos e metodologias associados à investigação médico-legal. A sua conceção museográfica procura articular rigor científico com estratégias pedagógicas acessíveis ao público não especializado,

permitindo explicar processos técnicos complexos sem perder de vista a dimensão ética e educativa inerente à apresentação de conteúdos relacionados com o corpo humano e a morte. Nos museus de ciência contemporâneos, a interação desempenha um papel fundamental nos processos de aprendizagem. A investigação desenvolvida no campo da educação museológica demonstra que a experiência de visita é profundamente influenciada pelo grau de envolvimento ativo do público. Segundo John Falk e Lynn Dierking (2013), a aprendizagem em contexto museológico resulta de uma combinação de fatores pessoais, sociais e físicos que estruturam a experiência do visitante. Os autores defendem que os visitantes tendem a reter mais informação quando participam ativamente na exploração dos conteúdos, através de dispositivos que incentivem a experimentação, a descoberta e a interação direta com os objetos ou com os sistemas interpretativos. Esta abordagem, conhecida como “modelo contextual da aprendizagem”, enfatiza a importância da participação ativa na construção do conhecimento durante a visita ao museu.

Neste contexto, a exposição integra diversos dispositivos digitais concebidos para estimular a participação do visitante e facilitar a compreensão dos conteúdos científicos apresentados. Entre estes recursos incluem-se ecrãs táteis interativos, painéis multimédia, conteúdos audiovisuais explicativos e modelos anatómicos digitais em três dimensões. Estes instrumentos permitem ao público explorar de forma dinâmica os diferentes sistemas do corpo humano, observar representações anatómicas detalhadas e compreender os procedimentos associados à autópsia médico-legal. A utilização de modelos digitais tridimensionais revela-se particularmente eficaz na comunicação de estruturas internas do organismo, possibilitando a visualização de órgãos, tecidos e sistemas fisiológicos a partir de diferentes perspetivas e níveis de detalhe. A integração destes recursos tecnológicos responde também às transformações mais amplas que têm vindo a ocorrer nas práticas museográficas ao longo das últimas décadas. A incorporação de tecnologias digitais nas exposições científicas permite desenvolver estratégias de comunicação mais diversificadas e adaptadas a diferentes perfis de visitantes, incluindo públicos escolares, estudantes universitários e visitantes interessados em temas científicos ou

médicos. Ao favorecer a exploração autónoma dos conteúdos, estes dispositivos contribuem para criar experiências de aprendizagem mais personalizadas e participativas.

A este respeito, Ross Parry (2010) sublinha que os museus contemporâneos operam cada vez mais num ambiente “pós-digital”, no qual as tecnologias interativas deixaram de constituir elementos acessórios para se tornarem componentes estruturais da experiência museológica. Neste âmbito, os dispositivos digitais não são apenas ferramentas de apoio à exposição, mas parte integrante da forma como o conhecimento é produzido, apresentado e interpretado no espaço do museu. A integração destas tecnologias contribui para transformar a relação entre o visitante e a exposição, favorecendo modelos de aprendizagem mais participativos e colaborativos. Neste modelo museográfico, o visitante deixa de ser um mero observador passivo e assume um papel ativo na construção do conhecimento. A interação com conteúdos digitais, modelos anatómicos virtuais e recursos multimédia permite explorar os temas apresentados de forma autónoma, incentivando a curiosidade científica e promovendo uma compreensão mais aprofundada dos processos biológicos e médico-legais. Assim, a sala dedicada à autópsia e à anatomia forense não se limita a apresentar informação, mas procura envolver o público num processo de descoberta e aprendizagem que articula ciência, tecnologia e museografia contemporânea.

5.5. A escadaria como elemento das narrativas

A escadaria que estabelece a ligação entre os diferentes pisos do edifício foi igualmente concebida como um espaço de mediação interpretativa. Longe de constituir apenas um elemento funcional de circulação, este percurso vertical foi integrado na estratégia museográfica como uma oportunidade de aprofundamento temático e contextualização histórica. Ao longo deste trajeto desenvolve-se uma linha do tempo dedicada à evolução da anatomia e da medicina legal, permitindo ao visitante acompanhar, de forma progressiva, os principais momentos do desenvolvimento destas áreas científicas. A utilização da escadaria como suporte narrativo responde a uma tendência frequente na museografia contemporânea, que

procura transformar espaços de transição em oportunidades de aprendizagem e reflexão, integrando-os plenamente no percurso expositivo. A narrativa cronológica apresentada neste espaço permite contextualizar o desenvolvimento da anatomia e da medicina legal desde a Antiguidade até à contemporaneidade. A organização temporal dos conteúdos facilita a compreensão da evolução do conhecimento científico, evidenciando as continuidades e ruturas que marcaram a história destas disciplinas. Ao acompanhar esta linha do tempo, o visitante é introduzido aos diferentes contextos culturais, científicos e institucionais que contribuíram para a formação das práticas médicas e forenses atuais.

A exposição integra reproduções de instrumentos médicos utilizados em diferentes períodos históricos, referências a obras fundamentais da literatura anatómica e menções a descobertas científicas que marcaram o progresso do conhecimento sobre o corpo humano. Estes elementos permitem ilustrar a evolução das técnicas de observação, dissecação e análise do corpo humano, demonstrando de que forma o avanço tecnológico e metodológico contribuiu para o desenvolvimento da medicina e das ciências forenses. A presença de reproduções de instrumentos e de referências bibliográficas históricas contribui igualmente para aproximar o público das práticas científicas do passado, revelando os contextos em que o conhecimento anatómico foi produzido, transmitido e transformado. A apresentação da história da ciência em contexto museológico permite, assim, evidenciar o carácter cumulativo e interdisciplinar do conhecimento científico. Como observa Peter Burke (2012), o desenvolvimento do saber resulta frequentemente de processos complexos de circulação de ideias, práticas e tecnologias entre diferentes regiões, instituições e comunidades intelectuais. A história do conhecimento científico não se desenvolve de forma linear ou isolada, mas através de múltiplas interações entre investigadores, instituições académicas, tradições culturais e contextos políticos e sociais. Esta perspetiva permite compreender a anatomia e a medicina legal como campos científicos em constante transformação, moldados por processos históricos de troca e difusão de saberes.

Paralelamente, a linha do tempo inclui também referências à história institucional do próprio museu, destacando a evolução das suas direções e o papel desempenhado pela instituição no desenvolvimento da investigação médico-legal em Portugal. A integração desta dimensão institucional permite reforçar a ligação entre a história global da ciência e o contexto nacional em que o museu se insere. Ao apresentar momentos-chave da trajetória da instituição, a exposição evidencia o contributo do museu para a preservação de coleções científicas, para a divulgação do conhecimento médico-legal e para o desenvolvimento da investigação neste domínio. Desta forma, a escadaria assume uma função dupla no percurso expositivo. Por um lado, atua como elemento de ligação física entre os diferentes níveis do edifício; por outro, constitui um espaço narrativo que introduz o visitante à dimensão histórica da anatomia e da medicina legal. Ao transformar um espaço de circulação num dispositivo interpretativo, a museografia contribui para enriquecer a experiência de visita e para reforçar a compreensão do carácter histórico, cumulativo e interdisciplinar do conhecimento científico.

5.6. Biblioteca e extensão do discurso científico

No piso superior do edifício encontra-se a biblioteca do museu, concebida como um espaço de aprofundamento científico e de extensão do discurso expositivo. Este núcleo não se limita à função de arquivo ou de depósito de livros; antes, é integrado na experiência museológica como um recurso educativo e interpretativo, oferecendo aos visitantes a oportunidade de explorar de forma mais detalhada os temas abordados ao longo do percurso. A biblioteca permite estabelecer uma continuidade entre a observação dos objetos expositivos e a consulta de fontes especializadas, fortalecendo a relação entre conhecimento prático e teórico. O acervo da biblioteca inclui obras especializadas nas áreas da anatomia, medicina legal, patologia e história da ciência, abrangendo tanto textos clássicos como publicações contemporâneas. Esta seleção bibliográfica permite aos visitantes interessados aprofundar os conhecimentos adquiridos durante a visita e consultar referências científicas que contextualizam os conteúdos expostos. A integração de uma biblioteca num espaço museológico

evidencia a dimensão investigativa da instituição, sublinhando o papel do museu não apenas como espaço de exposição, mas também como centro de produção, preservação e disseminação do conhecimento científico. Como destacam Eilean Hooper-Greenhill (2000) e Sharon Macdonald (2002), a presença de recursos bibliográficos e de leitura nos museus contribui para consolidar o museu como espaço de aprendizagem informal, oferecendo aos públicos múltiplas formas de acesso à informação e ao conhecimento especializado.

Para além da sua função científica, a biblioteca foi organizada de forma a criar um ambiente confortável e propício à leitura e à reflexão. Inclui uma área de descanso equipada com mesas, bancos e iluminação adequada, que permite aos visitantes consultar obras, tomar notas ou simplesmente refletir sobre os conteúdos apresentados ao longo da visita. Esta dimensão do espaço reforça o caráter inclusivo e educativo da instituição, proporcionando um ritmo mais pausado e reflexivo que complementa a experiência expositiva. Segundo John Falk e Lynn Dierking (2013), a diversidade de ambientes dentro de um museu — desde zonas de circulação até espaços de estudo ou contemplação — contribui significativamente para a retenção do conhecimento e para a qualidade da experiência de aprendizagem. Desta forma, a biblioteca assume uma dupla função dentro do percurso museológico: por um lado, atua como espaço de aprofundamento científico, permitindo o acesso a fontes especializadas e à investigação atual na área da anatomia e da medicina legal; por outro, cria condições para que os visitantes interiorizem e consolidem os conteúdos apresentados. A inclusão deste espaço evidencia o compromisso do museu com a educação contínua, com a investigação e com a democratização do acesso ao conhecimento, reforçando o seu papel enquanto instituição científica e cultural.

5.7. O anfiteatro e a dimensão académica do museu

Ainda neste piso localiza-se o anfiteatro do museu, concebido como um espaço multifuncional destinado à realização de conferências, seminários, aulas, workshops e outras atividades académicas. Mais do que uma simples sala de apresentações, o anfiteatro integra-se na estratégia museográfica como um recurso pedagógico e

comunicativo, permitindo que a instituição amplie a sua função educativa e científica para além da exposição permanente. Este tipo de espaço favorece a criação de momentos de interação direta entre investigadores, estudantes e público em geral, promovendo o diálogo e a partilha de conhecimento de forma dinâmica e estruturada. A integração de espaços educativos nos museus tem sido amplamente discutida na literatura museológica contemporânea. Segundo Eilean Hooper-Greenhill (2007), os museus contemporâneos devem assumir-se como instituições educativas ativas, que vão para além da função tradicional de preservação e exibição de coleções. Estes espaços educativos permitem aos museus desenvolver estratégias de aprendizagem diversificadas, adaptadas a diferentes perfis de visitantes, e consolidar o seu papel como centros de produção, difusão e interpretação do conhecimento. Ao criar um anfiteatro equipado para múltiplas finalidades, o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN promove uma experiência de aprendizagem que articula conteúdos expositivos, investigação científica e debate académico.

O anfiteatro permite organizar atividades de formação e eventos científicos que reforçam a dimensão académica da instituição, promovendo o envolvimento de públicos variados. Conferências sobre anatomia, medicina legal, investigação forense e história da ciência podem ser realizadas num contexto que aproxima o público da prática científica, enquanto seminários e aulas contribuem para a formação especializada de estudantes e investigadores. Este espaço evidencia a transformação dos museus em plataformas de aprendizagem ativa, onde o conhecimento não é apenas transmitido, mas também discutido e problematizado em interação direta com especialistas. Além da sua função educativa e académica, o anfiteatro contribui para reforçar a identidade institucional do museu como espaço de produção e circulação de conhecimento científico. Através da realização de atividades programadas, a instituição articula pesquisa, divulgação científica e educação informal, consolidando o seu papel no ecossistema cultural e académico. A presença de espaços multifuncionais dentro do museu permite alargar o alcance da instituição, tornando-a um centro vivo de aprendizagem, debate e investigação (Hooper-Greenhill, (2007).

5.8. Núcleos expositivos e investigação forense

As salas de exposição localizadas no piso superior do museu encontram-se organizadas segundo uma lógica temática cuidadosamente estruturada, centrada na evolução da investigação forense nos diferentes departamentos do Instituto. Cada núcleo expositivo procura apresentar de forma clara e acessível os avanços científicos, metodológicos e tecnológicos que marcaram o desenvolvimento das ciências forenses, estabelecendo uma ligação direta entre a investigação científica e a sua aplicação prática no contexto da medicina legal. Esta abordagem permite aos visitantes compreender não apenas os resultados das práticas forenses, mas também os processos de investigação e os princípios que sustentam as técnicas utilizadas. Entre os recursos expositivos presentes, destacam-se dispositivos digitais e experiências de realidade virtual, concebidos para proporcionar uma exploração imersiva da anatomia interna do corpo humano e dos procedimentos médico-legais. Estes recursos permitem visualizar estruturas anatómicas complexas, simular intervenções forenses e compreender, de forma interativa, os processos científicos envolvidos na análise de evidências. Como sublinham John Falk e Lynn Dierking (2013), a aprendizagem em contextos museológicos é significativamente reforçada quando os visitantes são envolvidos de forma ativa, explorando conteúdos por si próprios e interagindo com dispositivos que estimulam a curiosidade, a observação e a experimentação.

Estes dispositivos digitais são complementados por espaços laboratoriais integrados nas exposições, destinados à realização de workshops, experiências práticas e atividades experimentais. A existência destes laboratórios permite que os visitantes participem de forma direta em processos de aprendizagem ativa, reproduzindo métodos científicos de forma controlada e segura. Este modelo pedagógico aproxima o público da prática científica real, promovendo não apenas a aquisição de conhecimento factual, mas também o desenvolvimento de competências interpretativas e analíticas que são centrais na compreensão da investigação forense contemporânea. Do ponto de vista museográfico, a integração de tecnologia interativa e de experiências práticas reflete uma tendência crescente nos museus de ciência e tecnologia, na qual a narrativa expositiva se complementa com recursos imersivos que

estimulam múltiplos sentidos e promovem uma aprendizagem experiencial. A conjugação de exposições temáticas, dispositivos digitais e espaços laboratoriais assegura que o visitante compreenda não apenas os conteúdos, mas também os métodos, as técnicas e as aplicações práticas que fundamentam a medicina legal. Desta forma, as salas de exposição deste nível do museu combinam apresentação científica, interatividade tecnológica e aprendizagem prática, oferecendo uma experiência educativa completa. Ao articular conteúdos expositivos com atividades experimentais e recursos digitais imersivos, o museu promove uma compreensão aprofundada das ciências forenses, reforçando, simultaneamente, a sua função pedagógica, científica e social enquanto espaço de mediação do conhecimento.

5.9. Loja do museu e extensão da experiência educativa

No piso de entrada localiza-se também a loja de merchandising do museu, concebida como um prolongamento da experiência educativa proporcionada ao visitante ao longo do percurso expositivo. Este espaço não se limita a uma função meramente comercial, mas integra-se na estratégia museográfica como instrumento de disseminação do conhecimento e de promoção da cultura científica. A loja oferece aos visitantes a oportunidade de prolongar a aprendizagem para além do espaço expositivo, permitindo adquirir materiais que reforçam os conteúdos explorados durante a visita e facilitam o estudo autónomo. O acervo da loja inclui modelos anatómicos, réplicas de órgãos, publicações científicas, livros de referência nas áreas da anatomia, medicina legal e história da ciência, bem como materiais pedagógicos dirigidos a diferentes públicos, desde estudantes a educadores. A presença destes produtos permite aos visitantes consolidar e aprofundar o conhecimento adquirido, ao mesmo tempo que torna tangível a relação entre objetos, conceitos e práticas científicas apresentadas no museu. Como sublinha Eilean Hooper-Greenhill (2000), os museus contemporâneos devem oferecer múltiplos pontos de contacto e experiências de aprendizagem, sendo os espaços complementares, como lojas educativas, parte integrante dessa oferta educativa.

Para além da sua função educativa e científica, a loja contribui para a difusão cultural, permitindo ao público levar consigo elementos que prolongam a experiência museológica e estimulam a reflexão sobre os conteúdos apresentados. Ao disponibilizar objetos e publicações que combinam rigor científico e acessibilidade pedagógica, a loja transforma-se num ponto de encontro entre investigação, educação e participação do público. Esta articulação entre comércio, educação e comunicação científica exemplifica a tendência contemporânea nos museus de integrar atividades económicas com objetivos culturais e educativos, reforçando o papel da instituição enquanto mediadora do conhecimento. Deste modo, a loja de merchandising do museu desempenha uma função dupla: por um lado, permite o acesso a recursos que consolidam a aprendizagem e promovem a exploração autónoma dos conteúdos expositivos; por outro, atua como veículo de difusão cultural e científica, contribuindo para alargar o impacto da instituição nos diferentes públicos e fortalecendo a missão educativa e social do museu. A integração de espaços comerciais com finalidades pedagógicas evidencia uma abordagem museológica contemporânea que combina experiências de aprendizagem, envolvimento do visitante e sustentabilidade institucional.

5.10. Áreas técnicas e conservação do acervo

A par das áreas abertas ao público, uma parte do edifício é reservada às atividades técnicas de gestão, estudo e conservação do acervo museológico. Estes espaços desempenham um papel crucial no funcionamento do museu, assegurando a preservação, documentação e estudo das coleções de acordo com os mais elevados padrões científicos e museológicos. Destinados à equipa de curadoria, conservação e investigação, estes núcleos técnicos permitem realizar diagnósticos, tratamentos especializados, catalogação detalhada e armazenamento seguro das peças que não se encontram em exposição, garantindo a sua integridade e longevidade. A separação física entre os espaços técnicos e as áreas de visita constitui uma prática consolidada na gestão museológica, refletindo princípios de conservação preventiva e preservação do património científico. A criação de áreas de trabalho reservadas é essencial para

controlar fatores ambientais, como temperatura, humidade, luz e poluição, que podem comprometer a estabilidade e a durabilidade dos objetos. Estes espaços técnicos permitem implementar protocolos rigorosos de manuseio, acondicionamento e monitorização, assegurando que cada peça do acervo seja tratada de acordo com normas científicas e éticas reconhecidas internacionalmente (Caple, 2012).

Para além da conservação física, estes núcleos técnicos desempenham também funções de investigação e documentação científica. Através da análise detalhada de objetos, da realização de estudos técnicos e da manutenção de registos precisos, a equipa de curadoria contribui para o conhecimento histórico, científico e material das coleções. Esta atividade permite que futuras exposições se baseiem em informação rigorosa, apoiando a interpretação expositiva e garantindo que os conteúdos transmitidos ao público se sustentem em dados concretos e verificáveis. A implementação de áreas técnicas especializadas evidencia ainda a dimensão institucional e científica do museu, reforçando a ideia de que a preservação do acervo não se limita à simples exibição, mas envolve um conjunto de práticas profissionais e metodologicamente fundamentadas. A articulação entre os espaços de conservação e as áreas de visita permite conciliar a proteção do património com a experiência educativa e interpretativa oferecida aos visitantes, refletindo uma abordagem museológica contemporânea que integra preservação, investigação e mediação do conhecimento.

5.11. Acessibilidade e inclusão nos museus contemporâneos

A acessibilidade constitui um dos princípios fundamentais da museologia contemporânea, e é atualmente considerada uma dimensão essencial da missão social dos museus. As instituições museológicas são cada vez mais chamadas a garantir condições que assegurem o acesso equitativo ao conhecimento, às coleções e às experiências culturais oferecidas ao público. Neste contexto, a acessibilidade não se limita à eliminação de barreiras físicas, mas também envolve a criação de condições que favoreçam a participação plena de visitantes com diferentes necessidades, capacidades e perfis socioculturais. De acordo com as orientações do ICOM (2026), os

museus devem assegurar que os seus espaços, serviços e conteúdos expositivos sejam concebidos de forma inclusiva, permitindo a participação de todos os públicos, independentemente das suas limitações físicas, sensoriais ou cognitivas. Esta perspetiva está refletida em diversos documentos orientadores da organização, nos quais se sublinha que os museus devem promover a acessibilidade como parte integrante das suas responsabilidades sociais e educativas. Assim, a acessibilidade é entendida não apenas como uma questão técnica ou arquitetónica, mas como um compromisso institucional com a inclusão e com a democratização do acesso à cultura e ao conhecimento científico.

A propósito do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, foram implementadas soluções que procuram responder às limitações estruturais do edifício. Como frequentemente sucede em edifícios históricos adaptados a funções museológicas, a configuração arquitetónica existente pode apresentar desafios à plena implementação de infraestruturas de acessibilidade. Uma dessas limitações prende-se com a impossibilidade de instalação de um elevador convencional, devido às características estruturais do edifício. Face a esta condicionante, foram adotadas soluções alternativas destinadas a facilitar a circulação de visitantes com mobilidade reduzida no interior do espaço museológico. Entre estas medidas destaca-se a disponibilização de uma cadeira de rodas elétrica, concebida para facilitar a mobilidade de visitantes com dificuldades de locomoção ao longo do percurso expositivo. Este equipamento permite ultrapassar parte das limitações impostas pela estrutura arquitetónica do edifício, garantindo que visitantes com mobilidade condicionada possam aceder às diferentes áreas do museu com maior autonomia e conforto. A presença deste tipo de recurso demonstra o esforço da instituição em adaptar as suas condições de visita às necessidades de públicos diversificados, procurando minimizar as barreiras que possam limitar o acesso à experiência museológica.

Esta solução insere-se numa perspetiva mais ampla de acessibilidade universal, conceito que defende a criação de ambientes inclusivos capazes de acomodar diferentes necessidades de utilização desde a fase de conceção dos espaços e serviços. Segundo Richard Sandell (2007), os museus desempenham um papel relevante na

promoção da inclusão social, devendo desenvolver estratégias que permitam reduzir desigualdades no acesso à cultura e ao conhecimento. A acessibilidade, neste quadro, deve ser entendida como parte integrante das políticas institucionais dos museus, contribuindo para reforçar o seu papel enquanto espaços públicos de aprendizagem, participação e cidadania. Ao procurar responder às limitações arquitetónicas do edifício através de soluções adaptativas, o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN demonstra uma preocupação em alinhar-se com os princípios da museologia inclusiva. Embora determinadas restrições estruturais possam limitar a implementação de algumas infraestruturas permanentes, a adoção de medidas alternativas permite alargar o acesso aos conteúdos expositivos e contribuir para uma experiência de visita mais inclusiva. Desta forma, a acessibilidade assume-se como um elemento essencial na gestão museológica contemporânea, refletindo o compromisso das instituições culturais com a diversidade dos seus públicos.

A conceção arquitetónica e museológica do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN evidencia, de forma clara, a importância de integrar múltiplas dimensões da prática museológica contemporânea, articulando de forma equilibrada preservação patrimonial, comunicação científica, acessibilidade e educação pública. A distribuição dos espaços, desde a receção até às salas de exposição especializadas, passando pelo hall central, a escadaria interpretativa, a biblioteca e o anfiteatro, revela uma atenção cuidadosa à experiência do visitante, promovendo a mediação do conhecimento de forma progressiva e contextualizada. A integração de dispositivos digitais, experiências de realidade virtual e laboratórios pedagógicos complementa a apresentação tradicional de objetos e modelos anatómicos, permitindo uma aprendizagem ativa e imersiva que aproxima o público das práticas científicas reais, ao mesmo tempo que reforça a dimensão educativa do museu.

Por sua vez, a acessibilidade sensorial implica a implementação de soluções que permitam a fruição dos conteúdos por pessoas com deficiências visuais ou auditivas. A disponibilização de audioguias, conteúdos em língua gestual, legendas e materiais táteis constitui uma prática recomendada por diversas organizações internacionais, como o ICOM e a UNESCO. Estas medidas contribuem para garantir uma experiência

mais equitativa e inclusiva. A dimensão digital da acessibilidade tem vindo a adquirir crescente importância, particularmente no contexto da transformação tecnológica. A disponibilização de conteúdos online acessíveis permite alargar o alcance das instituições e responder às necessidades de públicos diversificados. As orientações do World Wide Web Consortium (2025), nomeadamente as *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG), constituem uma referência fundamental para o desenvolvimento de plataformas digitais inclusivas.

Este modelo híbrido, que combina funções científicas, culturais e pedagógicas, reflete as transformações profundas que os museus têm vindo a experienciar nas últimas décadas, posicionando a instituição como um espaço dinâmico de produção, circulação e disseminação do conhecimento. Ao articular investigação, conservação, comunicação e envolvimento do público, o museu não só preserva e valoriza o património científico, mas também contribui para a construção de literacia científica e cultural nos diversos públicos. Em termos estratégicos, esta abordagem permite conciliar objetivos académicos e educativos com práticas inclusivas e acessíveis, consolidando o papel do museu como instituição contemporânea, capaz de responder às exigências sociais, educativas e científicas do presente, enquanto preserva a memória e a história da medicina legal em Portugal. Importa ainda referir que a acessibilidade está intrinsecamente ligada à noção de responsabilidade social das instituições culturais. Segundo Graham Black (2012), os museus devem assumir um compromisso ativo com a inclusão, desenvolvendo estratégias que promovam a diversidade e a participação. Esta abordagem não só reforça a relevância social dos museus, como também contribui para a construção de públicos mais amplos e diversificados. A promoção da acessibilidade e da inclusão exige uma abordagem integrada, que articule intervenções físicas, estratégias comunicacionais e soluções tecnológicas. Ao adotar práticas inclusivas, os museus afirmam-se como espaços abertos, capazes de responder aos desafios contemporâneos e de promover uma participação cultural mais equitativa.

6. Inventário e Documentação

A concretização do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN exige que os princípios teóricos, jurídicos, financeiros e estratégicos anteriormente analisados encontrem expressão na complexidade inerente à musealização do património médico-legal, assegurando o seu conhecimento sistemático, bem como a sua transmissão às gerações vindouras. Com efeito, a especificidade deste acervo — composto por peças anatómicas, instrumentos médico-legais, documentação técnica e objetos associados à evolução das ciências forenses em Portugal — coloca desafios particulares no domínio da ética, da conservação, da interpretação pública e da relação entre ciência e sociedade. A organização rigorosa da informação relativa a estes bens patrimoniais revela-se indispensável não apenas para garantir a sua conservação e segurança, mas também para permitir a sua contextualização científica, a produção de conhecimento e a futura comunicação junto dos públicos. Assim, o presente capítulo analisa os princípios, metodologias e práticas associados ao inventário e à documentação museológica, refletindo sobre a sua aplicação ao acervo do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN enquanto etapa essencial para a consolidação do projeto museológico e para a valorização patrimonial, científica e educativa das suas coleções.

A construção de um inventário e de um sistema de documentação em contexto museológico constitui uma das bases estruturantes da prática museológica contemporânea. Longe de se limitar a uma função técnica de registo e controlo, o inventário assume-se como um instrumento central na produção de conhecimento, na definição de narrativas institucionais e na mediação entre os objetos e os seus públicos. De acordo com Susan Pearce (1992), os objetos não possuem significado intrínseco; este emerge através dos processos de classificação, interpretação e contextualização que lhes são aplicados. Assim, o inventário não apenas organiza coleções, mas também constrói sentidos. Num contexto marcado pela crescente digitalização e pela expansão das tecnologias da informação, os sistemas de documentação museológica atravessam um processo de transformação profunda. Esta transformação implica não apenas a adoção de novas ferramentas, mas também uma reconfiguração conceptual das práticas de registo, acesso e interpretação do

património. O presente capítulo analisa criticamente estas dinâmicas, articulando dimensões técnicas, epistemológicas e éticas, com especial enfoque no Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN.

Tradicionalmente associado a uma função técnico-administrativa de registo e controlo das coleções, o inventário museológico tem vindo a ser progressivamente reconfigurado enquanto instrumento fundamental na produção de conhecimento.

Longe de constituir uma mera operação neutra de listagem, o inventário implica decisões conceptuais, terminológicas e metodológicas que influenciam diretamente a forma como os objetos são compreendidos, interpretados e integrados em narrativas museológicas. A descrição, categorização e articulação relacional dos bens culturais não apenas organizam a informação, como também estruturam os quadros interpretativos através dos quais o património é comunicado ao público. Assim, o inventário não pode ser entendido como um dispositivo neutro: ao selecionar categorias, definir critérios de relevância e estabelecer relações entre objetos, participa ativamente na construção de significados e na legitimação de determinadas leituras em detrimento de outras. Esta perspetiva articula-se com abordagens críticas do património que enfatizam o seu carácter socialmente construído e politicamente situado. Laurajane Smith (2006), por exemplo, argumenta que o património não corresponde a uma realidade objetiva ou intrínseca aos objetos, mas antes a um processo discursivo através do qual determinados valores e significados são atribuídos e institucionalizados. Deste modo, os sistemas de inventário desempenham um papel central na reprodução — ou contestação — dessas narrativas dominantes, podendo contribuir tanto para a sua consolidação como para a sua problematização.

Ao mesmo tempo, a reflexão contemporânea sobre documentação museológica tem vindo a destacar a necessidade de encarar o inventário como um processo dinâmico e reflexivo. De acordo com Fiona Cameron (2007), os sistemas digitais de registo e gestão de coleções ampliam significativamente as possibilidades de reinterpretação, permitindo integrar múltiplas vozes e perspetivas, bem como atualizar continuamente a informação disponível. Este potencial reforça a ideia de que o inventário deve ser concebido como um espaço aberto, sujeito a revisões constantes e atento às

transformações historiográficas e sociais. Neste quadro, a revisão crítica das terminologias e categorias utilizadas assume particular relevância, sobretudo em contextos marcados por heranças coloniais ou por desigualdades estruturais. A incorporação de novas interpretações, a valorização de perspetivas anteriormente marginalizadas e a abertura à participação de diferentes comunidades tornam-se, assim, elementos essenciais para garantir a pertinência e a responsabilidade ética dos sistemas de documentação. O património deve ser entendido como um processo em constante negociação, no qual diferentes atores sociais intervêm na definição dos seus significados e usos (Harrison, 2012). Deste modo, o inventário afirma-se não apenas como uma ferramenta de gestão, mas como um verdadeiro dispositivo epistemológico, onde se cruzam práticas técnicas, escolhas interpretativas e responsabilidades éticas. A sua atualização contínua — sustentada em investigação rigorosa e numa postura crítica — é fundamental para assegurar que as instituições museológicas permanecem relevantes, inclusivas e cientificamente robustas no tratamento e na comunicação do património cultural.

Paralelamente às dimensões epistemológicas e interpretativas, a proteção do inventário e da documentação museológica encontra-se fortemente enquadrada por instrumentos jurídicos nacionais e internacionais que regulam a salvaguarda, gestão e acesso ao património cultural. Em Portugal, a Lei Quadro dos Museus Portugueses estabelece que os museus devem assegurar obrigatoriamente funções de inventário, documentação e conservação das coleções, determinando igualmente a existência de normas técnicas adequadas ao registo, identificação e gestão dos bens culturais musealizados (Diário da República, 2004). A referida lei sublinha que o inventário constitui um requisito essencial para a credenciação museológica e para a integração dos museus na Rede Portuguesa de Museus, reconhecendo-o como instrumento fundamental de salvaguarda patrimonial, gestão científica e responsabilidade administrativa. Complementarmente, a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro — Lei de Bases do Património Cultural — consagra a inventariação e documentação como mecanismos essenciais de proteção, valorização e transmissão do património cultural português, estabelecendo princípios gerais relativos ao dever de preservação, acesso e

proteção da informação patrimonial (Diário da República, 2001). No plano internacional, a Convenção da UNESCO de 1970 relativa às *Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais* reforça igualmente a importância da inventariação rigorosa enquanto instrumento de combate ao tráfico ilícito de património cultural (UNESCO, 1972a). Esta Convenção foi transposta para o enquadramento jurídico nacional pelo Decreto do Governo nº 26/85, de 26 de julho (Diário da República, 1985). A documentação museológica encontra-se ainda sujeita ao enquadramento jurídico da proteção de dados e do acesso à informação, nomeadamente através do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (doravante RGPD), particularmente relevante em instituições que preservam documentação sensível ou associada a indivíduos identificáveis, como sucede frequentemente nos museus médico-legais (DGPR TEXT, 2018). Em Portugal, a aplicação do RGPD é complementada pela Lei nº 58/209, de 8 de agosto (Diário da República, 2019). Acresce que a preservação digital dos registos documentais implica a adoção de normas internacionais de interoperabilidade, segurança e conservação digital, recomendadas por organismos como o ICOM e o CIDOC. Desta forma, o inventário museológico deve ser entendido simultaneamente como instrumento científico, dispositivo jurídico de proteção patrimonial e mecanismo de responsabilidade institucional, assegurando autenticidade, rastreabilidade, transparência e salvaguarda da memória cultural.

6.1. Digital vs. Digitalização

No contexto contemporâneo das instituições museológicas, marcadas por processos acelerados de transformação tecnológica, torna-se fundamental estabelecer uma distinção conceptual rigorosa entre os termos “digital” e “digitalização”, frequentemente utilizados de forma indistinta, mas que remetem para realidades distintas e com implicações específicas na gestão, interpretação e comunicação do património. O termo “digital” refere-se à existência de informação produzida, estruturada e disponibilizada em formato nativamente digital. Trata-se, portanto, de conteúdos que não possuem necessariamente um correlato material direto, incluindo

bases de dados, sistemas de metadados, exposições virtuais, reconstituições digitais ou objetos nascidos digitais (*born-digital*). Neste domínio, a informação é concebida desde a sua origem para circulação em ambientes digitais, obedecendo a lógicas próprias de organização, interoperabilidade e acesso. Como sublinha Fiona Cameron (2007), o digital não constitui apenas um suporte técnico, mas um novo regime epistemológico que reconfigura a relação entre objetos, conhecimento e públicos, permitindo a emergência de formas mais dinâmicas, distribuídas e participativas de produção de significado.

Por sua vez, a “digitalização” corresponde ao processo de conversão de objetos físicos em representações digitais, recorrendo a técnicas como a fotografia digital, o scanning bidimensional, a digitalização documental ou a modelação tridimensional. Neste caso, o objeto original mantém a sua materialidade, sendo criada uma reprodução digital que pode ser utilizada para fins de documentação, preservação, estudo ou difusão. A digitalização constitui, assim, uma ponte entre o mundo material e o digital, permitindo a transposição de coleções físicas para ambientes virtuais, sem que tal implique, necessariamente, uma transformação estrutural dos paradigmas museológicos. Contudo, esta distinção conceptual não é meramente terminológica, tendo implicações profundas nas práticas e estratégias das instituições. A digitalização tem sido amplamente reconhecida como uma ferramenta essencial para a preservação e o acesso ao património, contribuindo para a redução do manuseamento de objetos frágeis, a mitigação de riscos associados à sua conservação e o aumento do acesso por parte de públicos geograficamente dispersos. Ross Parry (2007) diz-nos que a digitalização não deve ser entendida apenas como um processo técnico de reprodução, mas como um fenómeno que desencadeia transformações significativas nas práticas museológicas, influenciando a forma como os objetos são documentados, interpretados e comunicados.

De facto, o ambiente digital introduz novas possibilidades, mas também novos desafios. A transição para plataformas digitais implica uma reconfiguração das formas de acesso ao património, que deixa de estar circunscrito ao espaço físico do museu para se integrar em redes globais de informação. Neste contexto, as coleções tornam-

se potencialmente acessíveis a uma audiência alargada e diversificada, sendo reinterpretadas em múltiplos contextos e através de diferentes mediações. Esta desmaterialização relativa do acesso transforma profundamente o papel das instituições museológicas, que passam a atuar não apenas como guardiãs de objetos, mas como produtoras e mediadoras de conteúdos digitais. Desta forma, emerge a necessidade de desenvolver práticas de curadoria digital capazes de responder às especificidades destes novos ambientes. A curadoria deixa de incidir exclusivamente sobre objetos materiais, passando a abranger também dados, metadados e representações digitais, que exige novas competências técnicas e analíticas. Neste sentido, Christiane Paul (2015) destaca que os ambientes digitais implicam novas formas de organização e apresentação da informação, nas quais a interatividade, a modularidade e a conectividade desempenham um papel central na construção de experiências significativas para os utilizadores. Os ambientes digitais não devem ser entendidos como meros repositórios de informação, mas antes como espaços interpretativos que influenciam a experiência do público e a construção de significado.

A forma como a informação é organizada e apresentada — através de interfaces, narrativas digitais ou exposições virtuais — condiciona diretamente a interpretação dos objetos, pelo que a curadoria digital emerge como uma prática fundamental, exigindo competências específicas e uma reflexão crítica sobre os modelos de mediação. Simultaneamente, a participação dos públicos, facilitada pelas tecnologias digitais, introduz novas dinâmicas na produção de conhecimento, uma vez que, como destaca Melissa Terras (2015), a disponibilização de conteúdos digitais promove formas inovadoras de interação, incluindo a reutilização criativa e a colaboração. Simultaneamente, a crescente dependência de infraestruturas digitais coloca desafios significativos ao nível da gestão e preservação da informação. A obsolescência tecnológica, a fragilidade dos suportes digitais e a necessidade de garantir a interoperabilidade e a sustentabilidade dos sistemas de dados exigem estratégias de preservação a longo prazo que vão muito além das práticas tradicionais de conservação. A preservação digital implica uma abordagem ativa e contínua, baseada

na gestão de ciclos de vida da informação e na adaptação constante às mudanças tecnológicas (Owens, 2018).

A eficácia dos sistemas de documentação museológica depende, em larga medida, da sua capacidade de assegurar consistência, fiabilidade e interoperabilidade, três dimensões fundamentais para a gestão sustentável e a circulação do conhecimento em contextos institucionais cada vez mais interligados. Neste quadro, a normalização emerge como um elemento estruturante, permitindo não apenas a uniformização de práticas, mas também a criação de condições para a integração e reutilização da informação em diferentes plataformas e contextos. A consistência dos dados, entendida como a coerência interna dos registos ao longo do tempo, é essencial para garantir a sua inteligibilidade e utilidade. A fiabilidade, por sua vez, relaciona-se com a precisão e a credibilidade da informação registada, sendo particularmente relevante em contextos científicos e patrimoniais, onde os dados servem de base à investigação e à interpretação. Finalmente, a interoperabilidade refere-se à capacidade de diferentes sistemas comunicarem entre si, partilhando e integrando informação de forma eficaz. Num cenário marcado pela crescente digitalização e pela interligação de bases de dados, esta última dimensão assume uma importância crescente, exigindo o desenvolvimento de linguagens comuns e estruturas compatíveis. É neste quadro que as normas internacionais desempenham um papel decisivo. O Spectrum 5.1, desenvolvido pela organização Collections Trust (2022), constitui um dos principais referenciais para a gestão de coleções museológicas. Este standard define um conjunto de procedimentos essenciais — incluindo inventário, aquisição, documentação, localização e controlo de movimentos — que visam garantir boas práticas na administração do património. Ao estabelecer orientações claras e sistematizadas, o Spectrum 5.1 contribui para a uniformização de processos e facilita a partilha de informação entre instituições, promovendo uma maior eficiência e transparência na gestão das coleções.

Conjuntamente, o ICOM, através do seu comité internacional CIDOC (*International Committee for Documentation*), desenvolveu o *CIDOC Conceptual Reference Model*

(doravante CIDOC CRM)¹, um modelo conceptual amplamente reconhecido para a estruturação de dados em contexto patrimonial. Este modelo oferece uma ontologia formal que permite descrever entidades — como objetos, agentes, eventos, lugares e períodos — e, sobretudo, as relações complexas que se estabelecem entre elas. Ao privilegiar uma abordagem relacional e semântica, o CIDOC CRM possibilita a integração de dados provenientes de sistemas distintos, favorecendo a interoperabilidade e a construção de redes de conhecimento mais amplas e interconectadas (Doerr, 2003). A adoção destes referenciais não se limita, contudo, a uma dimensão técnica. De acordo com David Bearman (2008), a representação do conhecimento museológico implica a construção de estruturas de dados suficientemente flexíveis para acomodar a complexidade, a heterogeneidade e a evolução contínua das coleções. Em vez de sistemas rígidos e hierárquicos, torna-se necessário desenvolver modelos capazes de integrar múltiplas perspectivas, contextos e níveis de interpretação. Esta abordagem exige um equilíbrio entre normalização e adaptabilidade, garantindo simultaneamente a coerência dos dados e a abertura à sua reinterpretação. Deste modo, a normalização deve ser entendida não como um processo de simplificação redutora, mas como uma estratégia que permite gerir a complexidade de forma estruturada e sustentável. A utilização de standards como o Spectrum 5.1 e de modelos conceptuais como o CIDOC CRM contribui para a criação de ecossistemas informacionais mais robustos, nos quais os dados podem ser partilhados, reutilizados e reinterpretados em diferentes contextos. Num cenário marcado pela crescente digitalização e pela intensificação das redes de colaboração entre instituições, esta capacidade revela-se essencial para potenciar o valor científico, cultural e social das coleções museológicas.

Os sistemas de metadados desempenham um papel central na organização, gestão e recuperação da informação em contexto museológico, constituindo uma infraestrutura essencial para a produção e circulação do conhecimento. Mais do que simples instrumentos descritivos, os metadados estruturam a forma como os objetos são

¹ Para consultar a versão atual do modelo, ver: <https://www.cidoc-crm.org/>

representados, pesquisados e interpretados, influenciando diretamente o acesso e a inteligibilidade das coleções. Os metadados não se limitam a descrever objetos: eles configuram sistemas de conhecimento, determinando as formas de acesso e as possibilidades de interpretação disponíveis aos utilizadores (Baca, 2016). A definição de campos de registo normalizados — tais como identificação, título, descrição, proveniência, materiais, técnicas, dimensões e estado de conservação — constitui um passo fundamental para garantir a consistência dos dados e facilitar a sua recuperação. Estes campos permitem estruturar a informação de forma sistemática, promovendo a comparabilidade entre registos e a eficácia dos sistemas de pesquisa. No entanto, importa reconhecer que a seleção e a hierarquização destes elementos não são neutras. Pelo contrário, refletem prioridades institucionais, tradições disciplinares e enquadramentos teóricos específicos, que condicionam a forma como os objetos são descritos e compreendidos. Como argumenta Anne J. Gilliland (2016), os esquemas de metadados incorporam pressupostos culturais e epistemológicos, influenciando a visibilidade e a interpretação da informação.

Neste âmbito, a normalização terminológica assume uma importância decisiva. A utilização de vocabulários controlados e tesouros permite reduzir ambiguidades, evitar variações linguísticas inconsistentes e assegurar maior coerência nos registos.

Ferramentas como o *Art & Architecture Thesaurus* (AAT) ou o *Getty Thesaurus of Geographic Names* (TGN), desenvolvidas pelo *Getty Research Institute*, exemplificam este esforço de padronização, oferecendo estruturas terminológicas que facilitam a indexação e a interoperabilidade entre sistemas distintos. Ao promover uma linguagem comum, estes instrumentos tornam possível a integração de dados provenientes de diferentes instituições e contextos, reforçando a capacidade de partilha e reutilização da informação. No contexto digital, a relevância dos metadados torna-se ainda mais evidente. Em ambientes online, onde a mediação humana direta é frequentemente substituída por sistemas automatizados, os metadados constituem a principal via de acesso aos conteúdos. São eles que permitem a indexação por motores de busca, a recuperação da informação através de *queries* complexas e a integração em plataformas agregadoras de dados, como repositórios digitais ou portais de

património. A qualidade e a estrutura dos metadados são determinantes para a eficácia dos sistemas de informação, influenciando diretamente a descoberta, o acesso e a reutilização dos conteúdos digitais (Haynes, 2017). Assim, os sistemas de metadados devem ser entendidos como componentes estratégicos da infraestrutura informacional das instituições museológicas. A sua conceção e implementação exigem não apenas rigor técnico, mas também uma reflexão crítica sobre os pressupostos que orientam a descrição e organização do conhecimento. Num cenário marcado pela crescente digitalização e pela interligação de sistemas, a qualidade, consistência e interoperabilidade dos metadados tornam-se condições indispensáveis para garantir a acessibilidade, a relevância e a sustentabilidade da informação patrimonial.

6.2. Metodologias de inventário

No plano metodológico, o inventário de coleções museológicas segue princípios amplamente reconhecidos na literatura, que destacam a necessidade de rigor técnico, consistência e auditabilidade. Buck e Gilmore (2011) enfatizam a atribuição de identificadores únicos a cada objeto como prática essencial para assegurar a sua individualização e rastreabilidade, bem como a manutenção de registos atualizados, auditáveis e coerentes, fatores indispensáveis para a gestão profissional e científica das coleções. Esta abordagem não se limita à identificação física dos objetos; ela integra também informação contextual sobre proveniência, condições de aquisição, estado de conservação e relações com outras peças, estabelecendo um sistema de conhecimento estruturado que sustenta tanto a investigação científica como a mediação pública.

No âmbito desta dissertação, foi definido um sistema de codificação normalizado, baseado no código institucional “MINMLCF-DN”, que identifica o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN. Este código constitui o elemento estruturante do inventário, funcionando como base para a incorporação de identificadores adicionais adaptados a cada coleção específica. Essa abordagem hierárquica permite organizar as coleções de forma coerente, garantindo que cada objeto possa ser rastreado individualmente e, ao mesmo, tempo integrado num sistema global de gestão. Além da codificação, cada

objeto recebe um registo detalhado que contempla informações essenciais como tipologia, materiais, dimensões, datação, proveniência, modo e data de aquisição, localização, estado de conservação, restrições de acesso e notas complementares de valor científico, histórico ou ético. Este método assegura não apenas a consistência e a rastreabilidade da informação, mas também a possibilidade de análise estatística, auditoria interna e interoperabilidade com outras bases de dados museológicas.

No plano operacional, foi desenvolvido um catálogo digital em Microsoft Excel, funcionando como base de dados operativa para o registo e gestão da informação. Este catálogo integra tanto dados originalmente digitais quanto informação resultante da digitalização de objetos físicos, evidenciando a articulação entre os domínios físico e digital. A estrutura da base de dados foi concebida em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Spectrum 5.1 (Collections Trust, 2022), assegurando a organização sistemática e normalizada dos registos. Campos de registo específicos, como código de inventário, nome do objeto, descrição detalhada, tipologia, materiais, dimensões, datação, proveniência, modo de aquisição, data de aquisição, localização, estado de conservação, restrições, notas, valor e autor do inventário, refletem as recomendações de boas práticas e permitem compatibilidade com normas internacionais de documentação museológica. A utilização do Excel apresenta vantagens significativas, nomeadamente a acessibilidade, a familiaridade institucional e a flexibilidade na inserção de dados. Contudo, é necessário reconhecer as suas limitações em termos de normalização, interoperabilidade e escalabilidade. Por exemplo, a integração com outros sistemas digitais, a aplicação de vocabulários controlados e a gestão de objetos digitais complexos, como modelos tridimensionais ou arquivos multimédia, torna-se limitada. A médio e longo prazo, a adoção de plataformas de gestão de coleções compatíveis com padrões internacionais (como

CollectionSpace², PastPerfect³ ou EMu⁴) pode reforçar a sustentabilidade do sistema, possibilitando uma gestão integrada de objetos físicos, digitais e de representações resultantes de processos de digitalização.

A implementação de sistemas digitais de gestão de coleções, como destacam Tallon e Walker (2008), não se limita à adoção de ferramentas tecnológicas. Trata-se de um processo de transformação institucional, que implica a revisão de fluxos de trabalho, a redefinição de responsabilidades, a formação contínua de profissionais e a criação de protocolos de segurança, preservação e acessibilidade. A digitalização, quando acompanhada de metadados rigorosos, possibilita não apenas o acesso remoto, mas também a integração em redes de investigação internacionais, aumentando o valor científico do acervo. Além disso, contribui para a transparência institucional, permitindo que investigadores e cidadãos possam compreender e analisar o património de forma mais aberta e participativa. No Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, esta abordagem metodológica assume particular relevância devido à sensibilidade ética das coleções, que incluem restos humanos, espécimes anatómicos e materiais associados à prática médico-legal. A codificação e a documentação rigorosa asseguram que cada objeto é tratado com respeito, de forma rastreável e acompanhado por informação contextual, garantindo a conformidade com princípios éticos e legais, conforme estabelecido no Código de Ética do ICOM (2025). A integração de objetos digitais ou digitalizados exige ainda atenção acrescida quanto à reprodução de imagens e à disponibilização online, garantindo que o acesso público

² Sistema de gestão de coleções *open-source*, desenvolvido para instituições culturais como museus, arquivos e bibliotecas. Permite gerir objetos, documentação, exposições, empréstimos e conservação, integrando *workflows* flexíveis e personalizáveis. Destaca-se pela sua adaptabilidade a diferentes tipos de coleções e pela possibilidade de integração com outras plataformas digitais. Ver: <https://collectionspace.org/>

³ *Software* comercial amplamente utilizado por museus pequenos e médios, especialmente nos EUA. Permite catalogar coleções, gerir fotografias, registos de proveniência, empréstimos e inventários, e gerar relatórios para documentação e exposições. É valorizado pela interface amigável e pelo suporte técnico acessível. Ver: <https://museumsoftware.com/>

⁴ Sistema profissional de gestão de coleções desenvolvido pela Axiell, usado por museus de grande porte e instituições internacionais. Suporta coleções de diferentes tipologias (arte, ciência, história natural) e oferece funcionalidades avançadas para catalogação, documentação multimédia, relatórios complexos e integração com bases de dados externas. Destaca-se pela robustez e escalabilidade. Ver: <https://www.axiell.com/solutions/product/emu/>

não comprometa a dignidade ou a privacidade associadas aos materiais. Esta metodologia aplicada ao inventário e ao catálogo digital do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN evidencia a articulação entre rigor técnico, organização hierárquica e reflexão ética, enquanto se insere num contexto de transformação digital.

O inventário e a documentação em contexto museológico devem ser compreendidos como processos dinâmicos, interpretativos e profundamente enraizados em práticas epistemológicas. Mais do que instrumentos técnicos, constituem mecanismos fundamentais de produção de conhecimento, organização da informação e construção de narrativas institucionais. No contexto do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, estes processos assumem uma importância acrescida, dada a natureza científica e sensível das coleções, que exige uma articulação rigorosa entre precisão técnica, enquadramento conceptual e responsabilidade ética. A integração do digital e dos processos de digitalização reforça significativamente o potencial de acesso, preservação e difusão do património, mas introduz simultaneamente novos desafios. A necessidade de garantir a qualidade dos dados, a interoperabilidade dos sistemas e o respeito por princípios éticos torna-se central num contexto em que a circulação da informação é ampliada e acelerada. Assim, a consolidação de sistemas de documentação sustentáveis dependerá da capacidade das instituições para conjugar inovação tecnológica com reflexão crítica, assegurando práticas museológicas responsáveis e socialmente conscientes.

7. As Coleções

O Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN constitui um espaço singular de preservação e interpretação do património científico associado à história da medicina legal em Portugal. As suas coleções são o resultado direto de práticas periciais, laboratoriais e académicas desenvolvidas ao longo de décadas no âmbito institucional. Mais do que um simples conjunto de objetos, estes materiais constituem testemunhos da evolução das metodologias científicas, dos paradigmas epistemológicos e dos enquadramentos ético-jurídicos que estruturaram a disciplina médico-legal.

Enquanto área situada na intersecção entre medicina, direito e investigação criminal, a medicina legal desenvolveu-se historicamente como um campo científico dedicado à análise do corpo humano enquanto evidência. A partir do século XIX, o desenvolvimento das ciências médicas, da anatomia patológica e da antropologia física permitiu consolidar métodos cada vez mais sofisticados de identificação humana e determinação das causas de morte. Estes avanços contribuíram para a institucionalização da medicina legal em diversos países europeus, acompanhando transformações mais amplas na administração da justiça e na organização do conhecimento científico (Burney e Pemberton, 2016; Watson, 2011).

Neste cenário, as coleções preservadas no museu constituem testemunhos materiais dessas transformações. Instrumentos laboratoriais, restos humanos, objetos associados a investigações criminais ou elementos do quotidiano institucional documentam as práticas científicas e administrativas que caracterizaram o trabalho médico-legal. Como sublinha Susan Pearce (1992), os objetos de museu não devem ser entendidos apenas como artefactos materiais, mas como portadores de múltiplas camadas de significado que resultam da sua utilização, preservação e reinterpretação ao longo do tempo. A museologia contemporânea tem vindo a enfatizar precisamente esta dimensão interpretativa dos objetos científicos. Segundo Eilean Hooper-Greenhill (2000), os museus são espaços de produção de conhecimento nos quais os objetos funcionam como mediadores entre saberes especializados e públicos diversos. No caso específico das coleções médico-legais, esta função interpretativa adquire particular

relevância, uma vez que muitos dos materiais preservados dizem respeito diretamente ao corpo humano e a contextos de morte ou violência. Assim, a musealização destes objetos implica necessariamente uma reflexão ética sobre as formas de exposição e interpretação do corpo humano em contextos museológicos (Alberti *et al.*, 2009).

A musealização deste património científico permite compreender a forma como a medicina legal se consolidou enquanto campo interdisciplinar, situado na interseção entre medicina, direito, antropologia e ciências naturais. Neste contexto, os objetos preservados no museu representam não apenas instrumentos técnicos ou evidências periciais, mas também artefactos culturais que documentam práticas de produção de conhecimento e formas históricas de relação entre ciência e sociedade. A análise das coleções revela igualmente a centralidade do corpo humano no discurso museológico do museu. O corpo surge simultaneamente como objeto de estudo científico, suporte de identidade individual, evidência probatória em processos judiciais e arquivo biológico de informação. Esta multiplicidade de significados confere às coleções uma dimensão particularmente complexa, exigindo abordagens interpretativas que integrem perspetivas da museologia, da história da ciência e da ética contemporânea.

A organização temática das coleções do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN permite compreender a diversidade de dimensões associadas à prática médico-legal, desde os processos de identificação humana até ao desenvolvimento de tecnologias científicas. Cada núcleo expositivo constitui, assim, uma entrada privilegiada para a análise das relações entre ciência, corpo e sociedade. Assim, este capítulo propõe uma análise das coleções do museu enquanto testemunhos materiais da história da medicina legal e enquanto dispositivos museológicos de produção de conhecimento. Através da caracterização dos principais núcleos temáticos, pretende-se compreender de que forma estes objetos contribuem para a construção de narrativas científicas, históricas e éticas sobre o corpo, a morte e a investigação criminal. Para uma leitura mais detalhada dos conteúdos curatoriais de cada uma das coleções, bem como para a consulta de um modelo de legendagem, remete-se para o Anexo 1.

7.1. Memórias Gravadas – Tatuagens, marginalidade e identidade

O núcleo dedicado às tatuagens reúne fragmentos de pele humana preservados contendo marcas corporais utilizadas historicamente em processos de identificação médico-legal. Estes vestígios foram recolhidos e conservados sobretudo no contexto de práticas de medicina legal e de investigação criminal, em períodos nos quais a identificação individual dependia frequentemente da observação de características físicas singulares. As tatuagens, enquanto marcas permanentes inscritas no corpo, assumiam assim um papel relevante na distinção entre indivíduos, podendo revelar elementos relativos à identidade, à pertença social ou profissional, bem como a experiências de vida específicas.

Este conjunto constitui, por isso, um testemunho particularmente significativo das formas como o corpo humano foi interpretado como suporte de identidade e de informação biográfica. Para além do seu valor médico-legal, estas peças permitem compreender a dimensão cultural e simbólica das tatuagens em diferentes contextos históricos, evidenciando práticas de inscrição corporal associadas a tradições, trajetórias individuais ou processos de estigmatização social. Ao preservar estas marcas, o acervo documenta não apenas técnicas de identificação forense do passado, mas também as múltiplas leituras científicas e sociais do corpo enquanto arquivo material de experiências humanas.

7.2. Entre Lentes e Balanças – Instrumentação científica e evolução tecnológica

O desenvolvimento da medicina legal enquanto disciplina científica esteve profundamente ligado à criação e utilização de instrumentos de observação, medição e registo. A consolidação deste campo do saber, particularmente entre os séculos XIX e XX, dependeu em grande medida da incorporação de métodos e tecnologias provenientes de outras áreas científicas, como a medicina, a química ou a física. A observação rigorosa de vestígios corporais, a análise de substâncias e a documentação sistemática de provas tornaram-se elementos fundamentais para sustentar conclusões

periciais com base em critérios científicos, contribuindo para reforçar a credibilidade da medicina legal no âmbito judicial.

O núcleo dedicado à instrumentação científica reúne microscópios, balanças de precisão e equipamentos fotográficos que documentam a evolução tecnológica associada às práticas periciais. Estes instrumentos testemunham a crescente sofisticação das técnicas utilizadas na investigação médico-legal, permitindo examinar detalhes invisíveis a olho nu, determinar massas com elevado grau de exatidão ou registar visualmente lesões e evidências relevantes para análise posterior. Para além do seu valor técnico, este conjunto ilustra também a progressiva institucionalização da medicina legal, evidenciando como o recurso a dispositivos especializados contribuiu para transformar a observação do corpo e dos vestígios materiais num processo sistemático de produção de prova científica.

7.3. Do Laboratório ao Museu – Materialidade e prática pericial

Para além dos instrumentos científicos mais sofisticados, as coleções incluem uma ampla variedade de objetos associados ao quotidiano do laboratório médico-legal. Estes materiais, muitas vezes de uso aparentemente banal, eram essenciais para a realização de análises, para a preparação de amostras e para a conservação de vestígios recolhidos no âmbito das investigações. Frascos, tubos de ensaio, recipientes graduados e outros utensílios de vidro permitiam manipular substâncias químicas e biológicas com rigor, assegurando condições adequadas para a observação e para o registo de resultados. A presença destes objetos evidencia a dimensão laboratorial da medicina legal e a importância de procedimentos técnicos padronizados no processo de produção de conhecimento pericial.

Recipientes de vidro, instrumentos cirúrgicos e diversos materiais auxiliares constituem, assim, testemunhos das rotinas e práticas institucionais que estruturaram o trabalho pericial ao longo do tempo. Utilizados na realização de autópsias, na recolha de amostras ou na preparação de exames complementares, estes artefactos revelam a materialidade do trabalho médico-legal e o conjunto de gestos técnicos que sustentavam a análise científica dos casos. Para além da sua função prática, o conjunto permite compreender a organização do espaço laboratorial e a forma como a medicina legal se consolidou enquanto prática institucional, assente em procedimentos específicos, instrumentos adequados e protocolos de investigação cuidadosamente estabelecidos.

7.4. Móveis de Outra Era – Memória material dos serviços médico-legais

O mobiliário institucional reflete a organização funcional dos serviços médico-legais, traduzindo-se em peças concebidas para responder às exigências específicas do trabalho pericial. Mesas de dissecação, bancadas de laboratório, armários para armazenamento de instrumentos e prateleiras para conservações de amostras ilustram a forma como os espaços eram estruturados para permitir um fluxo de trabalho eficiente, seguro e sistemático. Cada peça do mobiliário desempenhava um papel concreto na rotina diária dos peritos, garantindo que os procedimentos de análise e documentação pudessem ser realizados com precisão e dentro das normas técnicas vigentes.

Para além da sua função prática, o mobiliário institucional possui também uma dimensão simbólica, evidenciando a autoridade científica e a formalização da medicina legal enquanto disciplina profissional. A disposição dos equipamentos, a solidez dos materiais e o cuidado na conceção do espaço laboral comunicavam, tanto a profissionais como a visitantes, o rigor e a seriedade das práticas periciais. Assim, estes objetos não apenas suportavam a atividade técnica, mas também reforçavam a legitimidade institucional dos serviços médico-legais, funcionando como testemunhos

tangíveis da organização e da cultura profissional que moldaram a investigação e a aplicação do conhecimento científico no âmbito judicial.

7.5. A Face e o Corpo que o Tempo Não Apaga – Moldes anatómicos

Moldes faciais permitem o registo tridimensional de características morfológicas de cadáveres, oferecendo uma forma precisa de documentar a aparência individual de cada sujeito. Estes moldes eram obtidos a partir da aplicação de materiais moldáveis sobre o rosto do cadáver, preservando contornos, proporções e particularidades anatómicas que poderiam ser úteis para fins de identificação. Ao capturar detalhes que escapam à fotografia bidimensional, estes registos forneciam uma representação mais completa e fiável da fisionomia humana, sendo particularmente relevantes em contextos de medicina legal, antropologia forense e investigação criminal.

Para além do seu valor técnico, os moldes faciais constituem um testemunho das práticas históricas de estudo do corpo humano e da importância atribuída à identificação individual. Através destes objetos, é possível compreender como os profissionais do campo pericial procuravam sistematizar a documentação de cadáveres e organizar informações biográficas de forma tangível e reproduzível. Estes moldes refletem também a interseção entre ciência, tecnologia e ética, revelando os métodos utilizados para investigar e preservar os vestígios humanos, bem como a atenção dada à fidelidade morfológica na construção de registos duradouros e comparáveis.

7.6. O Silêncio dos Instrumentos – Armas e objetos de agressão

Instrumentos de agressão analisados como evidências forenses documentam padrões de violência, permitindo compreender a natureza e a intensidade das ações criminais. Facas, bastões, armas de fogo e outros objetos utilizados em agressões ou homicídios são examinados com rigor técnico para identificar marcas, traços de uso e sinais de impacto que possam esclarecer a dinâmica dos eventos. Através da análise detalhada destes instrumentos, peritos conseguem reconstruir comportamentos agressivos, estabelecer sequências de acontecimentos e avaliar o contexto em que ocorreu o

crime, fornecendo informações essenciais para processos judiciais e investigações criminais.

Para além da função prática na resolução de casos, estes objetos revelam também trajetórias balísticas e padrões de utilização que contribuem para o estudo histórico e científico da criminalidade. A documentação sistemática das armas e das suas marcas permite comparar diferentes incidentes, identificar tendências de violência e compreender a evolução tecnológica das ferramentas de agressão ao longo do tempo. Como tal, estes instrumentos funcionam não apenas como provas legais, mas também como testemunhos das práticas periciais e da forma como a ciência forense se desenvolveu para interpretar a relação entre objeto, corpo e ação no contexto da investigação criminal.

7.7. Entre Ossos e Crânios – Antropologia forense e identificação humana

O núcleo dedicado à antropologia forense reúne crânios e outros elementos do esqueleto humano utilizados em estudos de identificação, constituindo um recurso central para a investigação médico-legal e a reconstrução de perfis biológicos. Estes vestígios ósseos permitem aos peritos examinar detalhadamente a morfologia humana, estabelecendo correspondências entre características anatómicas e indivíduos específicos. O estudo sistemático dos crânios, vértebras, ossos longos e outros elementos esqueléticos fornece informações essenciais sobre identidade, contribuindo para a resolução de casos criminais, desaparecimentos e investigações históricas de restos humanos, ao mesmo tempo que documenta práticas científicas e metodologias desenvolvidas ao longo do tempo.

A análise osteológica permite determinar características biológicas fundamentais, incluindo idade, sexo biológico, estatura e possíveis patologias, oferecendo uma visão detalhada da vida e das condições de saúde dos indivíduos estudados. Além disso, o exame dos ossos pode revelar sinais de trauma, deformidades ou intervenções cirúrgicas, permitindo compreender tanto aspetos médicos como contextos de violência ou hábitos culturais. Este conjunto evidencia não apenas o valor funcional da

antropologia forense na identificação humana, mas também a importância de métodos científicos rigorosos para interpretar o corpo como documento histórico e biológico, reforçando a intersecção entre ciência, justiça e investigação histórica.

7.8. Arquivo do Corpo – Preparações anatómicas e conservação

Este núcleo expositivo apresenta uma coleção de espécimes humanos preservados através de técnicas históricas, evidenciando os métodos desenvolvidos para estudar o corpo em contextos científicos e médicos. Permite observar como a anatomia humana foi documentada e sistematizada ao longo do tempo, destacando práticas de dissecação, fixação e conservação que transformaram o corpo em um recurso de conhecimento detalhado e rigoroso. Os objetos em exibição oferecem uma perspectiva singular sobre a precisão e o cuidado das técnicas anatómicas, ilustrando não apenas os avanços tecnológicos, mas também a evolução da compreensão da biologia humana em diferentes períodos históricos.

Para além do seu valor científico, o núcleo sublinha a dimensão educativa e cultural das preparações anatómicas. Estas peças permitem compreender os processos de observação e investigação que sustentam a medicina e as ciências da vida, enquanto colocam em diálogo questões éticas relacionadas com a preservação e o estudo de restos humanos. Ao reunir diferentes tipos de preparações, desde órgãos isolados a coleções integrais, o núcleo evidencia a interseção entre ciência, prática pedagógica e memória material, reforçando a importância histórica e contemporânea do estudo do corpo humano como arquivo de conhecimento.

Em síntese, a análise das coleções do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN evidencia a forma como os objetos científicos podem funcionar simultaneamente como testemunhos materiais da prática pericial e como dispositivos museológicos de produção de conhecimento histórico e cultural. Os diferentes núcleos expositivos analisados demonstram que a medicina legal se construiu através de uma complexa articulação entre instrumentos técnicos, métodos científicos e interpretações do corpo humano enquanto evidência. Fragmentos de pele tatuada, instrumentos laboratoriais, mobiliário institucional, moldes anatómicos, armas analisadas em contexto forense,

restos osteológicos e preparações anatómicas revelam não apenas os procedimentos científicos utilizados na investigação médico-legal, mas também as formas pelas quais o corpo foi transformado em documento, prova e objeto de estudo ao longo do tempo. Neste sentido, as coleções do INMLCF-DN constituem um património científico de elevado valor histórico, permitindo compreender a evolução das práticas periciais e o processo de institucionalização da medicina legal no contexto português.

Paralelamente, a musealização destes materiais coloca desafios interpretativos e éticos que exigem uma abordagem crítica e interdisciplinar. A presença de restos humanos e de objetos associados a contextos de morte ou violência implica refletir sobre os limites e as responsabilidades da exposição museológica, procurando equilibrar o valor científico e pedagógico das coleções com o respeito pela dignidade humana. Assim, mais do que simples objetos de exposição, estes materiais tornam-se mediadores entre ciência, memória e sociedade, permitindo aos visitantes compreender os processos através dos quais o conhecimento médico-legal foi produzido, aplicado e reinterpretado ao longo do tempo. Desta forma, o museu afirma-se como um espaço privilegiado para a reflexão sobre a história da ciência forense e sobre o papel do corpo humano enquanto arquivo de experiências biológicas, sociais e culturais.

8. Estratégias de Segurança e Gestão de Risco

A gestão de risco em instituições museológicas constitui um dos pilares fundamentais para a preservação, valorização e comunicação do património cultural. Num contexto em que os acervos apresentam elevada diversidade material, valor histórico e, frequentemente, carácter insubstituível, torna-se imperativo desenvolver estratégias sistemáticas que permitam identificar, avaliar e mitigar os riscos associados à sua conservação e utilização. O risco, entendido como a possibilidade de perda de valor patrimonial resultante da ação de diversos agentes — físicos, ambientais, humanos ou institucionais —, exige uma abordagem contínua e integrada, capaz de articular prevenção, monitorização e resposta a emergências (Instituto Brasileiro de Museus, 2023). Neste quadro, a gestão de risco em museus não se limita a uma lógica reativa, mas assume-se como um instrumento estratégico de planeamento e tomada de decisão. A sua aplicação permite estabelecer prioridades de intervenção, otimizar recursos e garantir a sustentabilidade das coleções a longo prazo, através da identificação sistemática das ameaças e da avaliação do respetivo impacto potencial. Programas institucionais recentes evidenciam esta orientação, estruturando-se em fases que incluem a identificação, análise, tratamento e monitorização dos riscos, bem como a definição de protocolos de resposta e recuperação (Instituto Brasileiro de Museus, 2021).

O presente capítulo tem como objetivo analisar o plano de segurança e proceder a uma avaliação de riscos aplicada a um museu de medicina legal localizado no centro histórico do Porto. Para tal, recorre-se a uma abordagem integrada, que articula a caracterização do território envolvente — incluindo fatores urbanos, acessibilidade e vulnerabilidades externas — com a análise das condições físicas e funcionais do edifício, tais como infraestruturas, sistemas de segurança, controlo ambiental e organização dos espaços. Esta perspetiva multidimensional permite compreender como diferentes escalas de análise (territorial, arquitetónica e museológica) influenciam a exposição ao risco. A metodologia adotada baseia-se no método ABC de avaliação de risco, desenvolvido por José Luiz Pedersoli Jr., Catherine Antomarchi e Stefan Michalski, no âmbito do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e

Restauração de Bens Culturais (doravante ICCROM) e o *Canadian Conservation Institute* (doravante CCI). Este método propõe uma abordagem sistemática e quantitativa à gestão de riscos, centrada na análise da magnitude do risco, definida como a combinação da probabilidade de ocorrência e da severidade das suas consequências. A sua aplicação permite comparar diferentes tipos de ameaças — desde eventos catastróficos, como incêndios ou inundações, até processos cumulativos, como degradação ambiental ou manuseamento inadequado —, estabelecendo prioridades de intervenção com base no impacto estimado sobre o valor dos bens culturais. O método estrutura-se em etapas sequenciais que incluem o estabelecimento do contexto, a identificação dos riscos, a sua análise e avaliação, e, por fim, o tratamento e monitorização contínua. Esta lógica processual, alinhada com normas internacionais de gestão de risco, como a ISO 31000, permite uma aplicação adaptável a diferentes tipologias de instituições museológicas. Ao privilegiar uma visão global e comparativa dos riscos, o método ABC contribui para uma gestão mais eficiente e fundamentada, promovendo a articulação entre conhecimento técnico, experiência institucional e tomada de decisão estratégica (Pedersoli Jr., Antomarchi e Michalski, 2016).

A aplicação desta metodologia ao caso de estudo em análise permitirá não apenas identificar os principais fatores de risco que afetam o museu de medicina legal, mas também propor medidas de mitigação adequadas ao seu contexto específico. Deste modo, pretende-se demonstrar a relevância da gestão de risco como ferramenta essencial para a salvaguarda do património cultural, particularmente em instituições inseridas em centros históricos, onde a conjugação de vulnerabilidades estruturais, pressão urbana e limitações espaciais potencia a complexidade dos desafios enfrentados.

8.1. Enquadramento legal da segurança em instituições museológicas

A segurança em instituições museológicas encontra-se enquadrada por um conjunto articulado de diplomas legais e normas técnicas que visam garantir a proteção de pessoas, bens culturais e infraestruturas. Em Portugal, este enquadramento resulta da conjugação de legislação específica do setor museológico com regimes gerais

aplicáveis à segurança contra incêndios, à proteção de edifícios e à gestão de riscos. No domínio museológico, a Lei Quadro dos Museus Portugueses estabelece os princípios fundamentais da política museológica nacional, definindo obrigações claras no que respeita à segurança e conservação do património. O diploma determina que os museus devem dispor de condições de segurança adequadas, incluindo sistemas de vigilância, controlo ambiental e planos de emergência, assegurando a proteção dos bens culturais e dos seus utilizadores. A lei sublinha, ainda, a responsabilidade das instituições na implementação de medidas preventivas e na articulação com as entidades competentes em matéria de proteção civil (Diário da República, 2004).

Complementarmente, o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios (SCiE), estabelecido pelo DL nº 220/2008, de 12 de novembro, e regulamentado pela Portaria nº 1532/2008, constitui um dos pilares fundamentais da segurança em equipamentos culturais. Este enquadramento normativo estabelece um conjunto abrangente de requisitos técnicos obrigatórios que visam garantir não apenas a prevenção de incêndios, mas também a sua deteção precoce e o combate eficaz, minimizando potenciais danos humanos, materiais e patrimoniais. Acresce que este regime contempla igualmente disposições específicas relativas à evacuação segura dos ocupantes, assegurando que, em situações de emergência, existam condições adequadas para uma saída rápida, ordenada e segura. Os museus, enquanto edifícios de utilização pública, são classificados de acordo com categorias de risco previamente definidas, em função de fatores como a dimensão, a capacidade de ocupação, a natureza das atividades desenvolvidas e as características construtivas do imóvel. Tal classificação implica o cumprimento de exigências diferenciadas, nomeadamente à instalação e manutenção de sistemas automáticos de deteção e alarme de incêndio, à existência de sinalização de emergência clara e visível, à implementação de sistemas de iluminação de segurança e à elaboração de planos de evacuação devidamente estruturados e testados. Para além disso, estes dispositivos devem ser periodicamente verificados e submetidos a manutenção, garantindo a sua operacionalidade contínua. Importa ainda sublinhar que o cumprimento destas normas não se limita a uma dimensão meramente técnica ou regulamentar, mas assume igualmente uma

relevância estratégica na salvaguarda do património cultural à guarda destas instituições (Diário da República, 2008c, 2008c).

No quadro da salvaguarda do património cultural, importa ainda considerar a Lei de Bases do Património Cultural, que estabelece o dever geral de proteção e valorização dos bens culturais, impondo ao Estado e às entidades gestoras a adoção de medidas adequadas à sua conservação e segurança. Este diploma reforça a ideia de que a proteção do património não se limita à conservação material, mas inclui a prevenção de riscos e a mitigação de ameaças que possam comprometer a sua integridade (Diário da República, 2001). Ao nível europeu e internacional, destacam-se igualmente normas e orientações que influenciam as práticas de segurança em museus. A norma ISO 31000:2018, relativa à gestão do risco, fornece um quadro conceptual amplamente adotado, promovendo uma abordagem sistemática baseada na identificação, análise e tratamento dos riscos (Associação Portuguesa para a Qualidade, 2018; ISO, 2018). No domínio específico da conservação preventiva, normas como a EN 16893:2018, relativa à conservação de bens culturais em armazéns e reservas, estabelecem requisitos para a segurança e estabilidade dos espaços de armazenamento, incluindo aspetos relacionados com controlo ambiental e proteção contra riscos físicos (Collections Trust, 2018).

No plano operativo, a legislação portuguesa impõe igualmente a obrigatoriedade de elaboração de planos de segurança internos, frequentemente designados como planos de prevenção e emergência, os quais assumem um papel central na gestão integrada de riscos em diferentes tipologias de instituições e infraestruturas. Estes instrumentos devem contemplar procedimentos detalhados e devidamente estruturados para a atuação em situações de risco, incluindo, mas não se limitando a, cenários de incêndio, inundações, intrusões ou outras ocorrências suscetíveis de comprometer a segurança de pessoas, bens e instalações. Para além da definição de protocolos de resposta imediata, estes planos devem prever mecanismos de coordenação interna, identificação de responsáveis, estratégias de evacuação e sistemas de comunicação eficazes. Tais planos não podem ser concebidos de forma isolada, devendo antes ser articulados com o regime jurídico da proteção civil, assegurando coerência com os

princípios e orientações estabelecidos a nível nacional. Neste contexto, destaca-se a Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, conhecida como Lei de Bases da Proteção Civil, que define o enquadramento geral das políticas públicas neste domínio, bem como os princípios estruturantes e os objetivos da prevenção, mitigação e resposta a acidentes graves e catástrofes. Assim, a integração destes planos no sistema mais amplo de proteção civil contribui para uma resposta mais eficaz, coordenada e resiliente face a situações de emergência, reforçando a capacidade de antecipação e gestão de riscos (Diário da República, 2006a).

A articulação entre estes diferentes instrumentos legais evidencia a natureza multidimensional da segurança em museus, que integra componentes jurídicas, técnicas e organizacionais. Como sublinha a literatura, o cumprimento do enquadramento legal não deve ser entendido apenas como uma obrigação normativa, mas como um elemento estruturante da gestão de risco, contribuindo para a criação de instituições mais resilientes e sustentáveis (Boylan, 2004). Neste sentido, a integração e articulação entre medidas de segurança contra incêndio e políticas de conservação preventiva revelam-se essenciais para mitigar riscos e assegurar a proteção de bens culturais insubstituíveis, reforçando a resiliência institucional face a situações de emergência e para garantir a proteção eficaz do património cultural, dos profissionais e do público.

8.2. Plano de segurança

O edifício do INMLCF-DN e o jardim envolvente integram o perímetro de segurança da instituição, delimitados por um sistema físico composto por muro e gradeamento, constituindo uma primeira linha de defesa contra intrusões e acessos não autorizados. O controlo de entradas é assegurado por um portão automático destinado a viaturas e por uma entrada pedonal independente, solução que permite uma gestão diferenciada dos fluxos de circulação e uma maior eficácia na monitorização de acessos. Esta separação funcional contribui para a mitigação de riscos, sobretudo em contextos de elevada afluência de visitantes, onde a sobreposição de circuitos pode comprometer a segurança. No domínio da segurança contra incêndio, o edifício encontra-se equipado

com um sistema de alarme conectado diretamente aos bombeiros, bem como com detetores de fumo e extintores distribuídos de forma estratégica. Estas medidas correspondem às boas práticas internacionais no âmbito da proteção do património cultural, que enfatizam a importância da deteção precoce e da intervenção imediata (Canadian Conservation Institute, 2018). A literatura sublinha que o fogo constitui uma das principais ameaças ao património museológico, sendo responsável por perdas irreversíveis, o que justifica a centralidade dos sistemas de prevenção e resposta rápida. Contudo, a eficácia destas medidas depende da sua integração num plano de segurança mais amplo, que inclua procedimentos operacionais claros, formação contínua dos colaboradores e a realização de simulacros periódicos. De acordo com Patrick Boylan (2004), a gestão de risco em museus deve basear-se numa abordagem sistemática, que articule prevenção, preparação, resposta e recuperação. Neste sentido, a existência de planos de emergência e evacuação devidamente estruturados é fundamental para garantir a segurança de pessoas e bens em situações críticas.

A vigilância é assegurada por uma equipa de segurança subcontratada, responsável pelo controlo de acessos e pela supervisão do espaço. Apesar da relevância da presença humana, a ausência de sistemas de videovigilância constitui uma fragilidade significativa, particularmente fora do horário de funcionamento. A proteção eficaz do património cultural exige a combinação de vigilância humana e tecnológica, sendo os sistemas de videovigilância um instrumento essencial tanto na dissuasão como na documentação de incidentes. Para além disso, autores como Valerie Dorge e Sharon Jones (1999) defendem que a segurança em instituições culturais deve integrar tecnologias complementares, como sensores de movimento, controlo eletrónico de acessos e sistemas de alarme perimetral, de modo a criar uma rede de proteção redundante. A adoção destas soluções permite reduzir vulnerabilidades e melhorar a capacidade de resposta a situações imprevistas. Embora o edifício apresente um conjunto de medidas de segurança alinhadas com as práticas recomendadas, a ausência de determinados dispositivos tecnológicos e a necessidade de formalização de procedimentos apontam para a importância de um reforço do plano de segurança. A implementação de uma estratégia integrada, baseada em normas internacionais e

sustentada numa lógica de melhoria contínua, revela-se fundamental para assegurar a proteção eficaz do património e dos seus utilizadores.

8.3. O clima e a adaptação de edifícios históricos

O clima na cidade do Porto caracteriza-se por um padrão temperado com influência mediterrânica atlântica, em que se alternam estações bem definidas ao longo do ano. Os verões são geralmente quentes e relativamente secos, com temperaturas máximas médias diárias a rondar os 24 °C e pouca precipitação, enquanto os invernos se apresentam frescos e mais chuvosos, com temperaturas máximas médias na ordem dos 14 °C e ocorrência frequente de chuvas persistentes. Ao longo do ano, as temperaturas médias variam tipicamente entre cerca de 6 °C nas mínimas de inverno e os 24 °C nas máximas de verão, raramente atingindo valores extremos abaixo de 1 °C ou acima de 30 °C, e a precipitação distribui-se de forma marcadamente sazonal, sendo mais intensa nos meses de outono e inverno e mais reduzida durante o verão. Esta variação climática traduz-se, ainda, em diferenças na nebulosidade e na duração do dia ao longo das estações, com períodos mais soalheiros e menos nublados no verão e céus mais encobertos no inverno, refletindo a dinâmica própria do clima costeiro do norte de Portugal (Weather Spark, 2026). Estas variações sazonais têm impacto direto nas condições de conservação dos materiais e dos acervos, exigindo sistemas eficazes de controlo ambiental no interior do edifício. De acordo com Garry Thomson (1986), a estabilidade térmica e higrométrica constitui um dos fatores mais críticos na preservação de coleções museológicas.

A adaptação de edifícios históricos a funções museológicas constitui uma prática recorrente em Portugal, refletindo uma estratégia de valorização e reutilização do património edificado. No entanto, esta opção apresenta desafios significativos. Como refere o ICOM (2010), a reconversão de edifícios históricos implica frequentemente a necessidade de conciliar requisitos técnicos contemporâneos com restrições impostas pela preservação do valor patrimonial. Entre os principais constrangimentos destacam-se a limitação de intervenções estruturais, decorrente da eventual classificação do imóvel, e a necessidade de manutenção regular, muitas vezes mais exigente do que

em edifícios contemporâneos. Acrescem ainda problemas crónicos associados à humidade, infiltrações e ventilação inadequada, que podem comprometer a integridade dos acervos. No caso em análise, contudo, não se verificam evidências significativas de problemas de humidade, o que constitui um fator positivo para a conservação do fundo. Ainda assim, a literatura especializada alerta para a importância de monitorização contínua das condições ambientais, mesmo em edifícios aparentemente estáveis. A gestão do risco em contextos museológicos deve basear-se numa avaliação permanente das condições físicas do edifício e dos seus impactos sobre as coleções (Ashley-Smith, 1999).

8.4. Metodologia de análise de risco

A análise, avaliação e priorização dos riscos são efetuadas através do Método ABC, que utiliza uma grelha estruturada de avaliação de riscos integrando três parâmetros fundamentais. O parâmetro A corresponde à frequência ou probabilidade de ocorrência de um determinado risco, avaliado numa escala que varia entre 0 (evento praticamente impossível) e 5 (evento muito frequente ou contínuo). O parâmetro B refere-se à perda de valor do bem afetado, também graduado entre 0 (sem perda de valor) e 5 (perda total ou destruição do objeto), enquanto o parâmetro C diz respeito à percentagem do acervo potencialmente afetado, variando entre 0 (nenhum objeto comprometido) e 5 (totalidade ou grande parte da coleção). A soma destes três fatores permite determinar a Magnitude de Risco ($MR = A + B + C$), cujo valor oscila entre 0 e 15, oferecendo uma medida quantitativa que facilita a hierarquização dos riscos identificados e a definição de prioridades de intervenção. Riscos com valores mais elevados de MR correspondem a situações mais críticas, exigindo medidas de mitigação imediatas e eficazes, enquanto valores intermédios (como 2,5 ou 3,5) permitem uma avaliação mais refinada e adaptada às características específicas de cada instituição, possibilitando um planeamento mais equilibrado e realista da gestão preventiva do acervo e do espaço museológico (Michalski e Pedersoli Jr., 2016, 95–97).

A identificação dos riscos considera categorias amplamente reconhecidas pela comunidade de conservação preventiva, como forças físicas, ações criminosas,

incêndio, água, pragas e pestes, poluentes, luz e radiação UV, temperatura inadequada, humidade relativa incorreta e dissociação. Estas categorias, estabelecidas no *Guia de Gestão de Riscos para o Património Museológico* difundido por instituições como o ICCROM e o CCI, permitem uma abordagem sistemática à avaliação (Pedersoli Jr., Antomarchi e Michalski, 2016). A frequência de ocorrência dos riscos é subdividida em eventos raros, eventos comuns e processos cumulativos, refletindo não apenas a probabilidade, mas também a dinâmica temporal desses agentes na vida da coleção. A escala A foca-se na recorrência dos agentes de deterioração, enquanto a escala B quantifica o impacto potencial de cada risco sobre a integridade física, estética ou funcional dos objetos. A escala C pondera o valor relativo de cada risco em função do valor global da coleção, considerando fatores como significância cultural e raridade dos itens (Michalski e Pedersoli, 2016). Este modelo hierarquizado facilita a priorização racional de intervenções, particularmente em contextos com recursos limitados, onde é imperativo aplicar esforços onde o risco é maior e o benefício da mitigação mais significativo.

Na presente avaliação, o risco é igualmente contextualizado não apenas em relação à coleção, mas também ao espaço museológico e às pessoas — colaboradores e visitantes —, reconhecendo-se que a segurança e a conservação constituem dimensões indissociáveis da dinâmica institucional. A gestão eficaz de riscos implica considerar as necessidades específicas de pessoas com mobilidade reduzida ou deficiências sensoriais, bem como criar um ambiente físico que favoreça a fruição inclusiva e segura dos artefactos (Sandell, 2007). A literatura reforça a importância de integrarmos avaliações ambientais e de microclima nas análises de risco. Estudos contemporâneos demonstram que variações de temperatura e humidade, bem como concentrações elevadas de poluentes, são fatores críticos que podem acelerar a deterioração de coleções — um fenómeno particularmente evidente em contextos mediterrânicos, onde as flutuações térmicas e pressões poluentes exigem planos de conservação adaptados e baseados em evidência (Elnaggar *et al.*, 2024). Além disso, existe a necessidade de ferramentas colaborativas digitais que registam, analisam e acompanham riscos ao longo do tempo, melhorando a capacidade institucional de

resposta (Coelho *et al.*, 2024). A avaliação preventiva eficaz requer acompanhamento contínuo dos riscos, bem como ações dirigidas a eliminar, evitar, monitorizar e mitigar as ameaças identificadas. Segundo estudos de risco aplicados em instituições museológicas, a monitorização constante de parâmetros ambientais — temperatura, humidade relativa, exposições à luz e qualidade do ar — é fundamental para a manutenção sustentável das coleções e para a antecipação de danos antes que estes se tornem irreversíveis (Seyidova, 2026). Neste contexto, a avaliação regular e documentada dos riscos constitui uma necessidade prioritária, tanto para assegurar a integridade física dos objetos como para orientar políticas de conservação alinhadas com as melhores práticas internacionais. A implementação de mecanismos de gestão de riscos, apoiados em metodologias robustas e em evidências científicas recentes, representa uma componente central de um plano de conservação preventiva eficaz e sustentável.

8.5. Determinação e avaliação de risco

A identificação dos riscos permitiu distinguir eventos raros, comuns e processos cumulativos. Destacam-se o incêndio, pelo elevado potencial destrutivo; o furto, associado à insuficiência de vigilância tecnológica; as infiltrações, relacionadas com a antiguidade do edifício; as alterações de temperatura e humidade, com impacto direto na estabilidade dos materiais orgânicos e inorgânicos; e a dissociação resultante de falhas no controlo documental, que compromete a rastreabilidade das peças. Em conjunto, estes fatores evidenciam a necessidade de uma abordagem integrada de prevenção e mitigação.

Tabela 1 – Identificação dos riscos

	Eventos Raros	Eventos Comuns	Processos Cumulativos
Forças físicas	Terramoto	Manuseamento inadequado	Abrasão no manuseamento
Criminosos	Furto		
Fogo	Incêndios		
Água	Inundação	Infiltração	
Pragas			Deterioração da estrutura do local de armazenamento
Poluentes		Utilização de reagentes na limpeza das peças	Utilização de detergentes na limpeza do espaço
Luz e Radiação UV			Alteração das características colorimétricas
Temperatura inadequada			
Humidade inadequada			
Dissociação	Perda do objeto		

Fonte: Pedersoli Jr., Antomarchi e Michalski, 2016, 80.

A análise da Tabela 1 evidencia uma distribuição diferenciada dos riscos segundo a sua natureza e frequência, permitindo compreender a diversidade de agentes de degradação que afetam o acervo. Os eventos raros incluem ocorrências de elevado impacto, embora de baixa probabilidade, como terramoto, furto, incêndio, inundação e perda do objeto por dissociação, todos com potencial para provocar danos severos e, por vezes, irreversíveis. Por sua vez, os eventos comuns associam-se a práticas quotidianas e fragilidades operacionais, destacando-se o manuseamento inadequado, as infiltrações e a utilização de reagentes na limpeza das peças, riscos que podem comprometer progressivamente a integridade dos bens. Já os processos cumulativos correspondem a ações lentas e contínuas, como a abrasão decorrente do manuseamento, a deterioração da estrutura do local de armazenamento, o uso de detergentes na limpeza do espaço e a exposição à luz e radiação UV, responsável por alterações colorimétricas. Acrescem fatores ambientais transversais, como

temperatura e humidade inadequadas, que atuam de forma persistente, potenciando outros mecanismos de degradação.

Tabela 2 – Avaliação de riscos (Método ABC)

Risco	A Frequência	B Perda de valor	C % acervo afetado	MR (A+B+C)	Nível de risco
Terramoto	1	4	5	10	Médio
Manuseamento Inadequado	3,5	3	3,5	10	Médio
Abrasão no Manuseamento	3,5	1,5	3,5	8,5	Médio
Furto	2,5	5	3	10,5	Médio
Incêndio	2,5	5	5	12,5	Elevado
Inundação	3	4	4	11	Elevado
Infiltração	3	4	4	11	Elevado
Poluentes atmosféricos	3	4	4	11	Elevado
Luz e Radiação UV	3,5	4	4	11,5	Elevado
Temperatura Inadequada	3	4	4	11	Elevado
Humidade Inadequada	3	4	4	11	Elevado
Perda do objeto (ajustada)	1,5	5	5	11,5	Elevado

Fonte: Pedersoli Jr., Antomarchi e Michalski, 2016.

O cálculo da Magnitude de Risco pelo método ABC resulta da soma de três fatores fundamentais: (A) a frequência de ocorrência do risco, (B) a perda de valor do bem afetado e (C) a perda de valor da coleção. A expressão $MR = A + B + C$ permite, assim, estimar o nível de risco expectável e identificar as situações mais críticas que requerem intervenção prioritária. Para a determinação destes três parâmetros, devem ser consultadas as escalas apresentadas no Anexo 2.

No projeto de criação de um Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a instalar em instalações especificamente adaptadas para o efeito, torna-se fundamental considerar, desde a fase de planeamento e conceção, um conjunto alargado de fatores de risco e de conservação, relacionados tanto com as características do edifício como com a natureza do acervo museológico. A incorporação de uma abordagem preventiva desde o início do processo permite integrar soluções estruturais, técnicas e organizacionais capazes de mitigar riscos físicos, ambientais, criminais e operacionais, promovendo condições adequadas de preservação a longo prazo dos bens culturais. Em simultâneo, esta perspetiva contribui para a salvaguarda da segurança de trabalhadores e visitantes, assegurando a criação de um espaço museológico funcional, resiliente e tecnicamente sustentável.

Segundo a Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica (2019), embora Portugal se situe numa região com alguma atividade sísmica, os sismos intraplaca caracterizam-se, em geral, por uma baixa acumulação de energia, traduzindo-se sobretudo em abalos de reduzida intensidade, o que atenua a sua relevância enquanto fator de risco significativo neste contexto específico. No domínio da conservação preventiva, destaca-se a necessidade de limitar ao máximo o manuseamento do acervo, devendo este ser realizado exclusivamente por profissionais qualificados; recomenda-se, por isso, a preservação da coleção original em reserva, privilegiando-se a utilização de réplicas em contexto expositivo, de modo a conciliar a salvaguarda dos bens com o acesso público à informação.

No domínio da conservação preventiva, o manuseamento do acervo deve ser restrito ao mínimo indispensável. O contacto físico com objetos, especialmente materiais orgânicos sensíveis, representa uma das principais fontes de desgaste físico e biológico. Para atenuar esse risco, todo o manuseamento deve ser realizado por técnicos especializados com formação específica em manipulação segura, utilizando luvas apropriadas, suportes adequados e procedimentos padronizados. Em paralelo, deve ser implementado um sistema de documentação digital de alta resolução, de forma a permitir que investigadores, visitantes e media tenham acesso à informação sem que seja necessário expor ou manipular as peças originais. A utilização de réplicas

físicas ou modelos digitais interativos em contextos expositivos constitui uma medida estratégica eficaz, conciliando acessibilidade pública com proteção física dos originais.

No que respeita à segurança patrimonial e pessoas, a instalação deverá integrar um sistema de vigilância integrado e moderno, incluindo videovigilância contínua com gravação de alta definição, sensores de movimento, controlo de acessos com autenticação eletrónica (cartões-chave, códigos biométricos ou sistemas RFID) e um sistema de alarme centralizado com ligação a um centro de monitorização. A vigilância presencial deverá estar assegurada não apenas na receção e nas áreas abertas ao público, mas também em depósitos, zonas de circulação interna e áreas técnicas, sempre que necessário. Fora do horário de funcionamento, sistemas automáticos de monitorização com alertas remotos para dispositivos móveis e centros de segurança garantem uma resposta imediata em caso de intrusão ou anomalia.

A proteção contra incêndios constitui um dos fatores críticos de risco, sobretudo considerando que a coleção apresenta uma forte presença de materiais orgânicos, como a madeira, com elevado potencial inflamável. O edifício deverá integrar sistemas de deteção precoce, extintores adequados a diferentes tipos de materiais, redes de incêndio internas e, idealmente, sistemas automáticos de supressão, como *sprinklers* ou agentes gasosos específicos. Paralelamente, é indispensável o desenvolvimento e implementação de um plano de emergência detalhado, com definição clara de procedimentos de evacuação, responsabilidades individuais e protocolos de comunicação, garantindo uma resposta coordenada e rápida em caso de incêndio. Estratégias complementares podem incluir a compartimentação do espaço, evitando a propagação rápida das chamas, e armazenamento segmentado de peças particularmente sensíveis.

Relativamente ao controlo ambiental, temperatura e humidade relativa são determinantes essenciais na preservação de materiais sensíveis. Flutuações acentuadas podem acelerar reações químicas de degradação, provocar tensões físico-mecânicas em materiais orgânicos e favorecer a proliferação de agentes biológicos. Assim, deve ser instalado um sistema de climatização de precisão (HVAC), com controlo automático e *setpoints* definidos de acordo com normas internacionais

de conservação (por exemplo, EN 15757:2010 para flutuações da humidade relativa e EN 15758:2010 para temperatura em museus e arquivos). A monitorização contínua com *dataloggers* integrados num centro de controlo ambiental permite um acompanhamento em tempo real, com alertas configuráveis para desvios dos valores ótimos. Além disso, sistemas de isolamento térmico de alta eficiência, impermeabilização de coberturas e paredes, juntas de dilatação drenantes e barreiras de vapor reduzem significativamente o risco de infiltrações, condensações internas e variações ambientais indesejadas.

O risco de perda ou dissociação de objetos — quer no próprio edifício, quer durante deslocações para conservação, restauro ou empréstimos — exige um sistema de inventário digital avançado, com identificação única para cada peça (por exemplo, códigos QR ou RFID), histórico de intervenções, localização atual e registo de movimentos. Todos os processos de requisição de peças devem ser acompanhados por procedimentos documentais rígidos, autorização hierárquica e rastreabilidade completa. Protocolos específicos para acondicionamento, transporte e receção devem ser formalizados e auditados periodicamente, garantindo que as melhores práticas de manuseamento e transporte de bens culturais sejam sempre cumpridas.

No que respeita ao risco hídrico, embora a escolha do local de implantação deva privilegiar áreas de baixo risco de inundação, é recomendada a implementação de soluções construtivas que minimizem a entrada de água no edifício, como pisos técnicos com desnível de segurança, soleiras elevadas em áreas sensíveis, sistemas de drenagem perimetral, sensores de deteção de água sob pavimentos e planos de resposta rápida a infiltrações. A manutenção preventiva de coberturas, caleiras, rufos e sistemas de drenagem exterior deve ser sistemática, com inspeções trimestrais e registos documentados.

No domínio do controlo de pragas, a presença de agentes bióticos constitui um risco que pode provocar danos estruturais em materiais orgânicos. Além dos insetos xilófagos, que podem provocar danos estruturais e comprometer a integridade física dos objetos, a presença de roedores, como ratos, constitui uma ameaça adicional, uma vez que estes animais podem roer embalagens, armários e tecidos, danificando de

forma irreversível os materiais armazenados e contaminando o ambiente com excrementos e urina. Para mitigar estes riscos, é essencial a implementação de um Plano Integrado de Gestão de Pragas assente em inspeções regulares, armadilhas de monitorização, manutenção de elevados padrões de higiene, barreiras físicas eficazes e tratamentos específicos quando necessários. Este plano permite minimizar a necessidade de intervenção química, reduzindo impactos adversos sobre o acervo e preservando a segurança dos visitantes e colaboradores. A monitorização contínua e a adaptação das estratégias em função da deteção precoce de pragas são essenciais para assegurar a proteção a longo prazo de materiais sensíveis e de grande valor histórico e científico.

Por fim, a questão dos poluentes químicos e físicos no ambiente interno é abordada através da definição de protocolos de limpeza e manutenção que privilegiem produtos compatíveis com a conservação de bens culturais. A formação contínua das equipas de limpeza e manutenção, aliada a listas de controlo operacionais e auditorias regulares, assegura que produtos e métodos de limpeza não introduzam riscos adicionais aos materiais sensíveis. As intervenções de conservação e restauro, conduzidas em laboratórios especializados e climatizados, seguem fluxos técnicos rigorosos: avaliação diagnóstica detalhada, definição de planos de restauro faseados, seleção criteriosa de materiais de intervenção compatíveis e documentação fotográfica e escrita de cada etapa, respeitando os princípios da reversibilidade e da mínima intervenção.

De forma integrada, o projeto do futuro Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN incorpora, desde a sua conceção, um conjunto robusto de estratégias de mitigação de risco que abordam aspetos físicos, ambientais, técnicos e humanos. Especial atenção será dada ao controlo da temperatura, da humidade relativa, da iluminação — nomeadamente à filtragem da luz natural — e à segurança estrutural, reforçando a resiliência do edifício e garantindo condições ótimas de conservação para materiais sensíveis. Ao mesmo tempo, a definição clara de responsabilidades, o desenvolvimento profissional contínuo e a adoção de sistemas tecnológicos avançados colocam o museu no patamar das melhores instituições contemporâneas de

preservação e gestão do património cultural, assegurando não apenas a conservação do acervo, mas também a segurança, acessibilidade e sustentabilidade a longo prazo.

8.6. Seguro do acervo museológico

A contratação de seguros constitui um instrumento fundamental da gestão do risco em instituições museológicas contemporâneas, ultrapassando a mera função de compensação financeira em caso de sinistro. O seguro deve ser entendido como parte integrante de uma estratégia institucional de conservação preventiva, segurança e salvaguarda patrimonial, funcionando simultaneamente como mecanismo de mitigação financeira e como incentivo à implementação de boas práticas de conservação, controlo ambiental e proteção física das coleções. Neste sentido, a existência de coberturas seguradoras adequadas contribui para a redução efetiva da exposição ao risco e para o reforço da capacidade de resposta institucional perante situações de emergência.

No que diz respeito ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, esta problemática assume particular complexidade devido à natureza da instituição — integrada na administração indireta do Estado Português — e à singularidade do seu acervo, constituído por peças anatómicas humanas, materiais osteológicos, instrumentos médico-legais, registos fotográficos e documentação científica e histórica. A contratação de seguros por entidades públicas em Portugal encontra-se sujeita ao regime geral da despesa pública e da contratação pública, devendo observar os princípios da legalidade, prossecução do interesse público e boa gestão financeira, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL nº 18/2008, de 29 de janeiro, e do regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, estabelecido pela Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro (Diário da República, 2007, 2008a). Paralelamente, os regimes anuais de execução do Orçamento do Estado podem prever mecanismos de controlo administrativo e autorização prévia aplicáveis à contratação de determinados serviços, incluindo seguros, enquanto instrumentos de disciplina orçamental e gestão da despesa pública (Diário da República, 2022).

Atualmente, o INMLCF encontra-se abrangido pela lógica de retenção pública do risco frequentemente designada como “autoseguro do Estado”, baseada na responsabilidade última do Estado pelos danos decorrentes do exercício da função administrativa e na cobertura orçamental de eventuais prejuízos (Diário da República, 2007). Todavia, considerando o elevado valor científico, histórico e patrimonial do acervo do Museu de Medicina Legal, prevê-se, numa perspetiva futura, a eventual implementação de um seguro específico para o museu, enquanto instrumento complementar de gestão do risco. A concretização desta solução dependerá, contudo, das necessárias autorizações administrativas e orçamentais, bem como da eventual tramitação dos procedimentos legalmente exigidos em matéria de contratação pública.

A singularidade do acervo coloca, porém, desafios acrescidos à celebração de contratos de seguro plenamente adequados. Muitos dos objetos não possuem valor de mercado convencional, obrigando à adoção de critérios de avaliação baseados na relevância científica, histórica, patrimonial e ética das coleções. Acresce que as seguradoras tendem a exigir requisitos particularmente rigorosos em matéria de conservação preventiva e segurança, incluindo controlo ambiental, sistemas de vigilância, climatização, acondicionamento especializado, monitorização contínua e planos de emergência. Estas condições influenciam diretamente a aceitação do risco, a definição do prémio e das franquias aplicáveis (Alves, 2013).

O enquadramento jurídico aplicável reforça a articulação entre gestão do risco, conservação e proteção patrimonial. O Regime Jurídico do Contrato de Seguro, aprovado pelo DL nº 72/2008, de 16 de abril, e atualizado pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, estabelece os princípios fundamentais relativos à formação e execução das apólices, incluindo delimitação do risco, exclusões contratuais, deveres de informação, franquias e limites de indemnização (Diário da República, 2008c, 2023c). Paralelamente, a Lei-Quadro dos Museus Portugueses prevê a necessidade de garantir condições adequadas de segurança e proteção das coleções, admitindo a contratação de seguros enquanto medida complementar de salvaguarda patrimonial (Diário da República, 2004).

Neste quadro, a proteção seguradora de acervos museológicos não assenta, regra geral, numa única apólice, mas na articulação de diferentes modalidades complementares. Os museus recorrem frequentemente a seguros multirriscos patrimoniais destinados à proteção do edifício, equipamentos técnicos, sistemas de climatização, dispositivos de segurança e mobiliário museográfico. Estas coberturas podem incluir incêndio, explosão, fenómenos sísmicos, danos por água, curto-circuito, furto, roubo e vandalismo, riscos que correspondem, em grande medida, aos principais agentes de deterioração identificados na literatura de conservação preventiva (Michalski e Pedersoli Jr., 2016). Acrescem seguros de responsabilidade civil exploração e responsabilidade civil profissional, particularmente relevantes em instituições que recebem visitantes, desenvolvem atividades científicas ou realizam investigação com materiais anatómicos e osteológicos (Fidelidade, 2026; Lusitania, 2026; Ocidental, 2026).

As seguradoras disponibilizam igualmente seguros de obras de arte e coleções, frequentemente estruturados segundo a modalidade “all risks”, que assegura proteção contra perdas ou danos súbitos e imprevistos, exceto nos casos expressamente excluídos na apólice. Este modelo apresenta vantagens significativas para instituições museológicas, uma vez que permite abranger um conjunto mais amplo de riscos associados à conservação, exposição e circulação de bens culturais. Associada a estas coberturas encontra-se a definição de franquias, isto é, da parcela do prejuízo suportada pelo segurado em caso de sinistro. As franquias desempenham uma função importante na partilha do risco entre segurador e segurado, permitindo ajustar o valor do prémio e incentivar a adoção de medidas preventivas. Salvatore Lorusso, Andrea Natali e Franco Palla (2022) destacam que, em contextos museológicos, a definição da franquia deve considerar não apenas critérios financeiros, mas também a irreversibilidade da perda patrimonial, o que pode justificar a negociação de franquias mais reduzidas ou ajustadas a categorias específicas de bens. Em seguros de obras de arte e coleções, as franquias podem variar entre algumas centenas de euros e vários milhares por sinistro, dependendo do valor segurado, das condições de segurança e do perfil de risco da instituição. Em determinadas apólices internacionais ou contratos de

elevado valor podem mesmo existir regimes sem franquia, correntemente denominada “zero deductible” (arteseuro, 2026; Howden Portugal, 2026; Seguitex, 2026).

Outra modalidade particularmente relevante em contexto museológico corresponde à cobertura “nail to nail”, amplamente utilizada em exposições temporárias e empréstimos institucionais. Este tipo de seguro garante proteção contínua dos objetos desde o momento em que são removidos do local de origem até ao respetivo regresso, abrangendo transporte, embalagem, acondicionamento, montagem, desmontagem e exposição (Moltó Orts, Valcarcel Andrés e Osca Pons, 2010). Trata-se de uma solução especialmente importante em contextos de circulação nacional e internacional de bens culturais, nos quais o risco de danos físicos, perdas ou alterações das condições de conservação tende a aumentar significativamente durante as operações logísticas. Estas apólices podem ainda incluir coberturas adicionais relativas a atrasos no transporte, falhas técnicas, armazenamento temporário ou danos ocorridos durante operações de carga e descarga, dependendo das cláusulas contratualmente estabelecidas. Nos seguros de transporte e circulação internacional, as franquias tendem a aumentar em função do risco logístico associado ao manuseamento e deslocação das peças (Schunck Group, 2026; VIP Seguros, 2025).

Finalmente, referir que num contexto de crescente digitalização dos acervos museológicos, a contratação de um seguro cyber e a implementação de sistemas de arquivo digital seguros assumem uma importância estratégica para os museus. Estas soluções permitem proteger bases de dados, inventários digitais, arquivos fotográficos e documentação histórica contra perdas de informação, falhas técnicas, ataques informáticos, *ransomware* e acessos não autorizados. Para além de salvaguardarem património cultural de elevado valor científico e histórico, contribuem igualmente para assegurar a continuidade operacional da instituição, a preservação da memória digital e a confiança do público e dos parceiros institucionais (Generali Tranquilidade, 2026; MAPFRE, 2026). Consulte-se a Tabela 3 para um quadro-resumo da panóplia de seguros relevantes para o caso em estudo, as suas coberturas principais e respetivas franquias habituais.

Tabela 3 – Tipos de Seguros

Tipos de Seguros	Coberturas Principais	Franquias Habituais
Seguro de Obras de Arte e Coleções	Danos materiais, incêndio, inundação, roubo, vandalismo, danos acidentais, depreciação artística	Franquia variável; frequentemente entre 250 € e 5.000 €, podendo existir apólices sem franquias para coleções de elevado valor
Seguro “nail to nail”	Cobertura durante transporte, embalagem, montagem, desmontagem e exposição temporária	Franquia negociável conforme o valor da peça e o risco do transporte
Seguro Multirriscos Patrimoniais	Edifício, recheio, equipamentos laboratoriais e sistemas de segurança	Franquias fixas ou percentuais por sinistro
Seguro de Responsabilidade Civil Exploração	Danos causados a visitantes, investigadores ou terceiros	Franquias normalmente reduzidas ou inexistentes
Seguro de Responsabilidade Civil Profissional	Atividade técnica, curatorial, científica ou laboratorial	Franquia contratual variável
Seguro Cyber e Arquivo Digital	Bases de dados, arquivos fotográficos, inventários digitais e ciberataques	Franquias técnicas variáveis

Fonte: arteseguro, 2026; Fidelidade, 2026; Generali Tranquilidade, 2026; Howden Portugal, 2026; Lusitania, 2026; MAPFRE, 2026; Ocidental, 2026; Schunck Group, 2026; Seguitex, 2026.

Importa igualmente sublinhar que a eficácia do seguro depende, em larga medida, das condições de segurança e conservação existentes na instituição. As seguradoras avaliam fatores como sistemas de alarme, videovigilância, controlo ambiental, vitrines de proteção, planos de emergência e protocolos de manuseamento antes de aceitarem o risco ou definirem o valor do prémio. Neste contexto, a conservação preventiva desempenha um papel central na redução da probabilidade de ocorrência de sinistros, sendo frequentemente considerada um fator determinante para a obtenção de condições contratuais mais favoráveis (Pinheiro, 2018). Deste modo, o

seguro aplicável ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN deve ser concebido de forma abrangente e ajustada às características específicas do acervo e da atividade institucional. A articulação entre proteção jurídica, conservação preventiva, segurança física e gestão integrada do risco constitui um elemento essencial para garantir a salvaguarda material das coleções e assegurar a continuidade da missão científica, pedagógica e patrimonial da instituição.

Concluindo e resumindo este capítulo, a análise desenvolvida evidencia que a gestão do risco em contexto museológico exige uma abordagem integrada, que articule as características do edifício, a natureza do acervo e as dinâmicas de funcionamento institucional. A aplicação do método ABC permitiu identificar e hierarquizar os principais agentes de deterioração, evidenciando vulnerabilidades específicas, como o risco de incêndio, a dissociação e as variações ambientais, particularmente relevantes num acervo maioritariamente constituído por materiais orgânicos. Apesar da existência de medidas preventivas eficazes em determinados domínios, como o controlo de pragas ou a manutenção das infraestruturas, persistem fragilidades estruturais ao nível da vigilância, da inexistência de um plano de emergência formal e da necessidade de reforço de protocolos de registo e controlo de circulação das peças. Torna-se, assim, fundamental a implementação de estratégias de mitigação que reforcem a resiliência da instituição a curto, médio e longo prazo, destacando-se a criação de um plano de emergência estruturado, o investimento em sistemas de videovigilância, o reforço da monitorização ambiental e a adoção de procedimentos rigorosos de documentação e rastreabilidade do acervo. Em simultâneo, a articulação entre medidas de conservação preventiva e instrumentos como o seguro multirrisco museológico revela-se essencial para garantir a salvaguarda material dos bens e a continuidade da missão científica, pedagógica e patrimonial do museu.

9. Programas Educativos

A implementação de programas educativos constitui um dos pilares fundamentais das instituições museológicas contemporâneas, particularmente no contexto de museus científicos e médico-legais. Estes programas assumem um papel essencial na mediação entre o conhecimento especializado e os diferentes públicos, contribuindo para a democratização do acesso à informação, para a promoção da literacia científica e para o reforço da relação entre a instituição e a comunidade. Os museus deixam de ser entendidos como meros repositórios de objetos para se afirmarem como espaços dinâmicos de produção, circulação e problematização do conhecimento (Macdonald, 2011; Sandell, 2007). Neste contexto, propõe-se a criação de um modelo de programação educativa de carácter permanente, flexível e evolutivo, capaz de responder às transformações sociais, culturais e tecnológicas. Tal abordagem procura assegurar a relevância contínua da instituição, promovendo experiências de aprendizagem significativas e inclusivas para públicos diversificados. A noção de evolução permanente implica não apenas a atualização de conteúdos, mas também a reconfiguração constante das metodologias pedagógicas, em consonância com os avanços da investigação científica, da museologia e das ciências da educação. Esta perspetiva está alinhada com as recomendações de organismos internacionais, como o ICOM, que sublinham a necessidade de adaptação contínua das instituições às mudanças sociais e às expectativas dos públicos (ICOM, 2022).

A programação educativa deverá articular diferentes estratégias pedagógicas, combinando atividades expositivas, práticas participativas, recursos tecnológicos e experiências imersivas. Esta diversidade metodológica permite estimular múltiplas formas de aprendizagem — visual, sensorial, experimental e reflexiva — ampliando as possibilidades de envolvimento dos visitantes. Neste sentido, importa considerar contributos teóricos provenientes da educação não formal e da museologia crítica, que enfatizam o papel ativo do visitante na construção do conhecimento e na interpretação do património (Hooper-Greenhill, 2007; Falk e Dierking, 2013). A aprendizagem em contexto museológico é, assim, entendida como um processo contextual, situado e influenciado por fatores pessoais, sociais e físicos, conforme

proposto no “Contextual Model of Learning” (Falk e Dierking, 2013, 23-30).

Particularmente no caso de museus científico-médicos e médico-legais, a programação educativa enfrenta desafios específicos relacionados com a natureza sensível dos conteúdos abordados, frequentemente associados ao corpo humano, à doença, à morte e à justiça. Neste sentido, torna-se fundamental adotar abordagens pedagógicas eticamente informadas, que respeitem a dignidade humana e promovam a reflexão crítica. Como argumenta Elizabeth Hallam (2016), a exposição de material anatómico ou forense deve ser enquadrada por dispositivos interpretativos que contextualizem cientificamente os objetos e, simultaneamente, incentivem a empatia e a compreensão histórica e cultural.

A incorporação de tecnologias digitais constitui outro elemento central na conceção de programas educativos contemporâneos. Ferramentas como realidade aumentada, aplicações interativas e plataformas digitais permitem expandir a experiência museológica para além do espaço físico, promovendo formas híbridas de aprendizagem. Estas soluções tecnológicas revelaram-se particularmente relevantes no contexto pós-pandémico, no qual os museus intensificaram a sua presença digital como forma de manter o contacto com os públicos (Parry, 2013; Kidd, 2014). No entanto, importa assegurar que a integração tecnológica não substitui, mas antes complementa, a dimensão humana da mediação cultural. Outro aspeto fundamental prende-se com a inclusão e acessibilidade. A programação educativa deve ser concebida de forma a atender às necessidades de diferentes públicos, incluindo crianças, idosos, pessoas com deficiência e comunidades socialmente marginalizadas. Tal implica o desenvolvimento de estratégias diferenciadas, como materiais em formatos acessíveis, visitas mediadas adaptadas e atividades co-criadas com as comunidades. A museologia inclusiva, tal como defendida por autores como Richard Sandell (2007), enfatiza o papel dos museus como agentes de transformação social, capazes de promover a equidade e a participação cívica.

A avaliação contínua dos programas educativos constitui igualmente um elemento essencial deste modelo. A recolha sistemática de dados sobre a experiência dos visitantes — através de inquéritos, entrevistas ou observação participante — permite

aferir o impacto das atividades e identificar áreas de melhoria. Esta prática, sustentada por metodologias de investigação em educação e museologia, contribui para a construção de programas mais eficazes e ajustados às necessidades reais dos públicos (Kelly, 2007).

9.1. Exposições interativas

A incorporação de dispositivos interativos nas exposições constitui uma estratégia relevante para promover uma relação mais ativa entre os visitantes e os conteúdos apresentados. Ao integrar recursos digitais e multimédia, a experiência museológica torna-se mais participativa, favorecendo processos de aprendizagem baseados na exploração e na descoberta. Esta abordagem está alinhada com o paradigma do “learning by doing”, cujas raízes podem ser associadas às teorias de John Dewey (1938), que defendem a centralidade da experiência na construção do conhecimento, bem como às perspetivas construtivistas aplicadas ao contexto da educação não formal. Neste sentido, propõe-se a instalação de ecrãs táteis distribuídos ao longo do percurso expositivo, permitindo o acesso a conteúdos complementares relacionados com as peças em exposição. Estes dispositivos poderão disponibilizar diferentes tipos de materiais, como modelos tridimensionais, animações científicas, entrevistas com especialistas, documentos históricos digitalizados e conteúdos educativos adaptados a diferentes públicos. A integração destes recursos digitais favorece uma abordagem multimodal da aprendizagem, permitindo que os visitantes articulem diferentes formas de apreensão do conhecimento — visual, auditiva e interativa —, em consonância com os seus perfis e preferências cognitivas (Falk e Dierking, 2013; Machado, 2025).

Para além da dimensão informativa, os dispositivos interativos desempenham um papel fundamental na mediação cultural, ao possibilitarem a contextualização dos objetos expostos e a problematização dos seus significados. Como sublinha Eilean Hooper-Greenhill (2007), os museus contemporâneos devem privilegiar abordagens interpretativas que reconheçam o visitante como um agente ativo na construção de sentidos, em detrimento de modelos expositivos centrados na transmissão

unidirecional de conhecimento. Neste quadro, os ecrãs táteis podem funcionar como interfaces de diálogo entre o público e o património, promovendo a reflexão crítica e o envolvimento intelectual. A utilização destas tecnologias contribui não apenas para aprofundar a compreensão dos objetos expostos, mas também para diversificar os modos de interpretação e de interação com o património científico. Além disso, possibilita a personalização da experiência de visita, permitindo que cada visitante explore os conteúdos de acordo com os seus interesses e ritmos de aprendizagem. Este aspeto é particularmente relevante num contexto em que os públicos museológicos são cada vez mais heterogéneos, exigindo soluções flexíveis e inclusivas (Kidd, 2018).

Importa ainda salientar que a eficácia dos dispositivos interativos depende da sua integração coerente no discurso expositivo e da qualidade dos conteúdos disponibilizados. A simples introdução de tecnologia não garante, por si só, uma melhoria da experiência do visitante; pelo contrário, pode resultar em dispersão ou superficialidade se não for devidamente enquadrada (Parry, 2013). Assim, recomenda-se uma abordagem centrada no utilizador, que tenha em consideração princípios de usabilidade, acessibilidade e clareza comunicativa, bem como a realização de testes com públicos diversos durante a fase de desenvolvimento. Por fim, a incorporação de ecrãs táteis e outros dispositivos digitais deve ser entendida como parte de uma estratégia mais ampla de inovação museológica, articulada com os objetivos educativos da instituição. Quando concebidas de forma crítica e sustentada, estas tecnologias podem reforçar o papel dos museus como espaços de aprendizagem ativa, contribuindo para a construção de experiências mais envolventes, inclusivas e intelectualmente estimulantes.

9.2. Exposições temporárias

A programação de exposições temporárias desempenha um papel fundamental na dinamização das instituições museológicas, permitindo a atualização constante dos conteúdos apresentados e incentivando a revisitação do espaço por parte do público. Ao introduzirem novas narrativas, objetos e perspetivas interpretativas, estas

exposições contribuem para reforçar o caráter dinâmico do museu enquanto espaço de produção cultural e científica, afastando-o de uma lógica estática e cumulativa. Neste sentido, as exposições temporárias assumem-se como dispositivos estratégicos de renovação discursiva, capazes de responder a mudanças sociais, culturais e epistemológicas, tal como sublinha Sharon Macdonald (2011) ao destacar a natureza processual e contestada das narrativas museológicas contemporâneas. Estas exposições constituem também uma oportunidade privilegiada para explorar temas emergentes e promover abordagens experimentais, tanto ao nível dos conteúdos como das metodologias expositivas. A sua flexibilidade permite testar novas formas de mediação, integrar tecnologias inovadoras e desenvolver propostas curatoriais que, pela sua natureza mais arriscada ou especulativa, dificilmente encontrariam lugar nas exposições permanentes. Tal dinâmica está alinhada com as perspetivas da museologia contemporânea, que valorizam a capacidade das instituições para funcionar como espaços de debate e reflexão crítica, promovendo o envolvimento ativo dos públicos (Macdonald, 2011; Greenberg, Ferguson e Nairne, 1996).

Neste contexto, propõe-se a implementação de um programa expositivo que inclua a colaboração de curadores convidados, artistas, investigadores e instituições culturais, tanto a nível local como nacional. Esta estratégia permite promover o diálogo interdisciplinar entre diferentes áreas do conhecimento, enriquecendo a narrativa museológica e ampliando os enquadramentos interpretativos dos objetos expostos. A colaboração com agentes externos contribui igualmente para a diversificação de perspetivas e para a incorporação de saberes plurais, em consonância com os princípios da museologia participativa, tal como defendidos por Nina Simon (2010), que enfatiza a importância de envolver diferentes comunidades na construção do discurso museológico. As exposições temporárias poderão abordar temáticas contemporâneas e socialmente relevantes, como a sustentabilidade, a inovação tecnológica, a cultura visual ou a relação entre arte, ciência e medicina. Ao integrar estes temas, o museu posiciona-se como um agente cultural atento às questões do presente, capaz de fomentar a literacia crítica e o debate público. Neste âmbito, importa sublinhar o contributo da museologia crítica, que defende a necessidade de os

museus abordarem problemáticas sociais complexas e, por vezes, controversas, promovendo a reflexão e o questionamento (Sandell, 2007).

A rotatividade das exposições, idealmente situada entre três e seis meses, constitui um fator determinante para assegurar a diversidade temática e a renovação contínua da programação. Este intervalo permite equilibrar a necessidade de atualização frequente com as exigências logísticas, financeiras e técnicas associadas à produção expositiva. Simultaneamente, contribui para fidelizar os públicos, incentivando visitas regulares e consolidando a relação entre a instituição e a comunidade. Relativamente à organização do processo curatorial, a sua estruturação em fases distintas revela-se essencial para garantir a coerência e a qualidade das exposições. Numa primeira etapa, correspondente ao primeiro semestre, deverão ser definidas as temáticas a desenvolver, selecionados os curadores e delineadas as linhas conceptuais de cada projeto expositivo. Esta fase implica um trabalho aprofundado de investigação, bem como a articulação entre diferentes intervenientes. Numa segunda fase, correspondente ao segundo semestre, proceder-se-á à produção dos conteúdos, à conceção e montagem da exposição e à sua inauguração. Esta organização temporal permite assegurar uma gestão eficiente dos recursos e uma articulação equilibrada entre conceção teórica e execução prática.

9.3. Workshops e atividades práticas

Os workshops e as atividades práticas constituem ferramentas pedagógicas particularmente eficazes no contexto da educação museológica, uma vez que promovem formas de aprendizagem experiencial e participativa. Ao privilegiarem o envolvimento direto dos participantes com os conteúdos, estas iniciativas favorecem a construção ativa do conhecimento. No contexto museológico, esta perspetiva é reforçada pela valorização da aprendizagem não formal, na qual o visitante deixa de ser um recetor passivo de informação para assumir um papel ativo, exploratório e reflexivo. Através destas atividades, os participantes são convidados a interagir diretamente com os conteúdos científicos e artísticos, desenvolvendo competências de observação, análise crítica e expressão criativa. Esta dimensão prática permite não

apenas consolidar conhecimentos, mas também estimular a imaginação e a capacidade de interpretação, aspetos fundamentais para uma relação mais profunda com o património. Como sublinha George Hein (1998), a aprendizagem em museus deve ser entendida como um processo construtivista, no qual os indivíduos constroem significados a partir das suas experiências e referências prévias.

Entre as atividades propostas incluem-se oficinas de desenho, pintura e escultura, bem como práticas de *storytelling* científico, dramatização e *body mapping*. Estas abordagens permitem explorar diferentes linguagens expressivas e cognitivas, promovendo a articulação entre ciência, arte e experiência corporal. O recurso ao *storytelling*, em particular, tem sido amplamente reconhecido como uma estratégia eficaz de comunicação científica, ao facilitar a compreensão de conceitos complexos através de narrativas acessíveis e envolventes (Dahlstrom, 2014). Por sua vez, práticas como o *body mapping* possibilitam uma abordagem sensorial e incorporada do conhecimento, especialmente relevante em contextos ligados à medicina e à anatomia. Poderão ainda ser desenvolvidas atividades relacionadas com práticas de curadoria lenta (*slow curating*), incentivando uma observação mais atenta e reflexiva das coleções. Esta abordagem, inspirada no movimento *slow*, propõe uma desaceleração do ritmo de fruição museológica, valorizando a contemplação prolongada e a interpretação crítica dos objetos. Tal perspetiva articula-se com as propostas de Sharon Macdonald (2011), que sublinham a importância de promover formas de envolvimento mais profundas e significativas com o património.

Estas iniciativas deverão decorrer em espaços específicos preparados para atividades educativas, equipados com os materiais necessários e orientados por facilitadores ou mediadores culturais devidamente formados. A qualidade destes espaços e a adequação dos recursos disponíveis são determinantes para o sucesso das atividades, influenciando diretamente a experiência dos participantes. Paralelamente, a formação dos mediadores assume um papel central, na medida em que estes profissionais são responsáveis por adaptar os conteúdos e as metodologias aos diferentes perfis de público, assegurando uma mediação inclusiva, informada e pedagogicamente consistente. A mediação cultural constitui um elemento-chave na construção de

experiências educativas significativas em contexto museológico (Hooper-Greenhill, 2007). A implementação destas atividades poderá seguir um cronograma estruturado em diferentes fases, garantindo uma organização eficiente e uma preparação adequada de todos os intervenientes. Numa primeira fase (semanas 1-2), deverá proceder-se à planificação dos conteúdos pedagógicos e à aquisição dos materiais necessários, assegurando a coerência entre os objetivos educativos e os recursos disponíveis. Seguidamente, numa fase intermédia (semanas 3-4), será fundamental investir na formação dos facilitadores e na preparação dos espaços, criando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades. Por fim, a realização de sessões-piloto (semana 5) permitirá testar os dispositivos pedagógicos, recolher *feedback* dos participantes e proceder a eventuais ajustes antes da implementação plena do programa.

9.4. Visitas guiadas temáticas

As visitas guiadas constituem uma das formas mais tradicionais de mediação museológica, desempenhando um papel central na contextualização e interpretação das coleções. Historicamente associadas a modelos de transmissão de conhecimento mais diretivos, estas práticas têm vindo a ser progressivamente reformuladas à luz das transformações da museologia contemporânea, que privilegia abordagens mais dialógicas, participativas e centradas no visitante. No contexto atual, as visitas guiadas podem ser significativamente enriquecidas através da incorporação de recursos tecnológicos e de abordagens narrativas diversificadas. A introdução de dispositivos digitais, bem como a valorização de estratégias narrativas mais envolventes, permite ultrapassar modelos expositivos excessivamente lineares, promovendo experiências mais dinâmicas e interativas. Esta evolução está em consonância com as perspetivas de John Falk e Lynn Dierking (2013), que defendem a importância de considerar os contextos pessoais, sociais e físicos da aprendizagem em museus, reconhecendo que o envolvimento do visitante depende de múltiplos fatores interligados.

Neste sentido, propõe-se o desenvolvimento de visitas guiadas temáticas, estruturadas a partir de diferentes eixos interpretativos, que permitam diversificar as leituras do

acervo e adaptar os conteúdos a diferentes interesses e perfis de público. Entre os possíveis eixos incluem-se a história científica das coleções, os processos de investigação médico-legal e a relação entre arte, ciência e representação do corpo humano. Esta organização temática possibilita uma abordagem mais aprofundada e especializada, ao mesmo tempo que incentiva a revisitação do museu sob diferentes perspetivas. A construção de narrativas temáticas contribui ainda para uma maior coerência interpretativa, favorecendo a articulação entre objetos, contextos históricos e problemáticas contemporâneas. Para apoiar estas visitas, poderão ser disponibilizados recursos audiovisuais em tablets ou dispositivos de áudio, permitindo aos visitantes aceder a conteúdos multimédia ao longo do percurso expositivo. Estes conteúdos poderão incluir vídeos explicativos, reconstruções digitais, testemunhos de especialistas e materiais de arquivo, enriquecendo a experiência interpretativa. A integração tecnológica, quando devidamente articulada com a mediação humana, contribui para uma experiência mais informada e envolvente, sem substituir o papel fundamental do mediador. Como argumenta Ross Parry (2013), o digital deve ser entendido como uma extensão das práticas museológicas e não como um elemento autónomo ou disruptivo.

O desenvolvimento destas visitas deverá assentar numa planificação estruturada, que assegure a qualidade dos conteúdos e a eficácia da mediação. Numa fase inicial, correspondente ao primeiro mês, será fundamental proceder à elaboração dos guiões interpretativos e ao desenvolvimento dos conteúdos audiovisuais, garantindo a sua consistência científica e adequação aos públicos-alvo. Esta etapa implica um trabalho interdisciplinar, envolvendo especialistas de diferentes áreas. Seguidamente, no segundo mês, deverão ser realizados testes-piloto, que permitam avaliar a clareza dos discursos, a funcionalidade dos dispositivos tecnológicos e o grau de envolvimento dos participantes, bem como a formação dos mediadores culturais responsáveis pela condução das visitas. Por fim, no terceiro mês, proceder-se-á à implementação regular das visitas temáticas, integrando-as na programação educativa do museu.

9.5. Eventos culturais e programação especial

A realização de eventos culturais periódicos constitui uma estratégia relevante para reforçar a ligação entre a instituição museológica e a comunidade, contribuindo para a sua afirmação como espaço ativo de produção cultural e de participação cívica. Ao diversificarem os modos de fruição do museu, estes eventos permitem ultrapassar a lógica expositiva tradicional, criando oportunidades de encontro, diálogo e experimentação. Neste sentido, o museu contemporâneo tende a afirmar-se como um fórum público, aberto à discussão de temas atuais e à interação entre diferentes formas de conhecimento, tal como sublinha Tony Bennett (1995) ao analisar a evolução das instituições culturais enquanto espaços de mediação social. Estes eventos podem assumir formatos variados e envolver públicos diversificados, contribuindo para a criação de um espaço de diálogo interdisciplinar entre ciência, arte e sociedade. Entre as iniciativas possíveis incluem-se sessões de cinema ao ar livre, leituras encenadas e noites de poesia, performances musicais e ciclos de debates e palestras com investigadores, artistas e especialistas. A diversidade de formatos permite alcançar diferentes segmentos de público e promover múltiplas formas de participação, desde a fruição estética à reflexão crítica. Neste contexto, a programação cultural deve ser concebida de forma estratégica, articulando propostas que combinem rigor científico, qualidade artística e relevância social.

A integração destas iniciativas na programação museológica contribui igualmente para reforçar a dimensão experiencial da visita, transformando o museu num espaço vivo e dinâmico. Como argumenta Nina Simon (2010), a criação de oportunidades de participação ativa é fundamental para promover o envolvimento dos públicos e reforçar o sentido de pertença em relação às instituições culturais. Ao proporcionar experiências partilhadas, os eventos culturais favorecem a construção de comunidades em torno do museu, estimulando a interação social e o intercâmbio de ideias. A organização destes eventos deverá assentar num processo estruturado de planeamento, que garanta a coerência e a qualidade da programação. Numa fase inicial, será necessário definir os objetivos e as linhas orientadoras da programação, selecionando os temas e os formatos mais adequados ao perfil da instituição e aos

interesses dos públicos. Seguidamente, deverá proceder-se ao estabelecimento de contactos com convidados, incluindo artistas, investigadores e outros profissionais, assegurando a diversidade de perspetivas e a qualidade das intervenções. Em simultâneo, a divulgação assume um papel determinante, implicando a utilização de diferentes canais de comunicação, tanto digitais como presenciais, de modo a alcançar públicos alargados e heterogéneos. A avaliação posterior dos eventos constitui uma etapa essencial deste processo, permitindo recolher dados sobre a participação, o grau de satisfação dos públicos e o impacto das iniciativas. Esta avaliação poderá basear-se em instrumentos como questionários, entrevistas ou observação direta, contribuindo para a identificação de pontos fortes e áreas de melhoria. Tal prática está alinhada com as recomendações da investigação em museologia e gestão cultural, que sublinham a importância da monitorização contínua para o desenvolvimento de programações mais eficazes e inclusivas (Black, 2012).

9.6. Jogos educativos e estratégias de gamificação

A utilização de jogos educativos no contexto museológico tem demonstrado um grande potencial no estímulo da aprendizagem informal, contribuindo para a renovação das estratégias de mediação cultural. A introdução de elementos de gamificação permite transformar a visita ao museu numa experiência mais dinâmica e envolvente, incentivando a participação ativa dos visitantes e promovendo uma relação mais próxima com os conteúdos expositivos. Esta abordagem insere-se nas tendências contemporâneas da museologia, que valorizam a interatividade, a experimentação e o envolvimento emocional como fatores determinantes para a aprendizagem significativa. A gamificação, entendida como a aplicação de mecânicas de jogo em contextos não lúdicos, tem sido amplamente estudada no domínio das ciências da educação, destacando-se o seu impacto na motivação e no envolvimento dos participantes. Segundo Karl Kapp (2012), a utilização de desafios, recompensas e narrativas interativas contribui para aumentar o interesse dos utilizadores e para reforçar a retenção de informação. No contexto museológico, estas estratégias permitem transformar o visitante num agente ativo, envolvido na resolução de

problemas e na construção do seu próprio percurso de aprendizagem. Neste âmbito, propõe-se o desenvolvimento de enigmas, missões e desafios interativos, acessíveis através de tablets ou quiosques digitais distribuídos pelo espaço expositivo. Estes jogos poderão ser concebidos a partir de narrativas que integrem os conteúdos científicos e históricos das coleções, incentivando os visitantes a explorar o espaço de forma autónoma e orientada. A introdução de diferentes níveis de dificuldade permitirá adaptar as atividades a públicos diversos, desde estudantes do ensino básico até visitantes adultos, garantindo a acessibilidade e a inclusão. Esta flexibilidade é particularmente relevante num contexto de heterogeneidade dos públicos, exigindo soluções pedagógicas diferenciadas e ajustáveis.

Para além do seu valor pedagógico, estas estratégias contribuem também para aumentar o tempo de permanência no museu e para reforçar a memorização dos conteúdos, ao promover uma aprendizagem baseada na experiência e na resolução de problemas. De acordo com James Gee (2007), os jogos constituem ambientes de aprendizagem eficazes precisamente porque combinam desafio, *feedback* imediato e progressão gradual, elementos que favorecem a consolidação do conhecimento. No contexto museológico, esta abordagem permite articular entretenimento e educação, contribuindo para uma experiência mais rica e duradoura. Importa ainda sublinhar que a eficácia da gamificação depende da sua integração coerente no discurso expositivo e da qualidade do design das atividades. A criação de jogos educativos deve assentar numa base científica sólida, garantindo a veracidade dos conteúdos e a sua adequação aos objetivos pedagógicos da instituição. Ao mesmo tempo, deverá ser dada atenção à usabilidade dos dispositivos e à clareza das instruções, de modo a evitar frustrações e a assegurar uma experiência fluida para os visitantes. Como referem Sebastian Deterding *et al.* (2011), a gamificação eficaz exige um equilíbrio entre motivação intrínseca e extrínseca, evitando abordagens superficiais ou meramente decorativas.

9.7. Integração de tecnologia e inovação

A incorporação de tecnologias digitais constitui um elemento central na modernização das práticas museológicas e educativas, refletindo uma transformação mais ampla no

modo como o conhecimento é produzido, mediado e apropriado pelos públicos. Estas ferramentas permitem expandir os conteúdos expositivos para além das limitações físicas do espaço museológico, criando novas formas de interação entre os visitantes e o conhecimento científico. Ao introduzirem dimensões interativas, personalizadas e imersivas, as tecnologias digitais contribuem para redefinir a experiência de visita, tornando-a mais dinâmica, acessível e centrada no utilizador. O digital não deve ser entendido como um elemento acessório, mas como parte integrante da ecologia contemporânea dos museus (Parry, 2013). Entre as soluções tecnológicas propostas destacam-se os *QR Codes*, instalados junto às peças expositivas, que permitem um acesso rápido e intuitivo a conteúdos adicionais, como textos interpretativos, imagens de arquivo, vídeos explicativos ou reconstruções digitais. Esta solução apresenta a vantagem de ser facilmente implementável e de não exigir equipamentos complexos, recorrendo aos próprios dispositivos móveis dos visitantes. Em simultâneo, o desenvolvimento de aplicações móveis específicas para o museu poderá diversificar significativamente as possibilidades de mediação, integrando roteiros temáticos, questionários interativos, conteúdos multimédia e desafios educativos. Estas aplicações permitem estruturar percursos personalizados, adaptando-se aos interesses, idades e níveis de conhecimento dos diferentes públicos.

Outro domínio particularmente relevante é o das experiências de realidade virtual, que possibilitam aos visitantes explorar ambientes históricos, laboratoriais ou anatómicos de forma imersiva. Estas tecnologias permitem recriar contextos inacessíveis ou desaparecidos, oferecendo uma experiência sensorial e envolvente que favorece a compreensão de fenómenos complexos. De acordo com Sarah Kenderdine (2015), as tecnologias imersivas têm o potencial de transformar profundamente a relação entre o público e o património, ao promover formas de envolvimento baseadas na presença e na experiência direta. O processo de desenvolvimento destas soluções tecnológicas deverá assentar numa estrutura faseada, que assegure a coerência entre os objetivos educativos e os recursos digitais implementados. Numa fase inicial, será fundamental proceder à conceção dos conteúdos, definindo as narrativas, os formatos e os públicos-alvo. Seguidamente, o desenvolvimento digital implicará a criação das

plataformas, interfaces e conteúdos multimédia, em articulação com equipas técnicas especializadas. Posteriormente, a realização de testes técnicos permitirá identificar eventuais problemas de usabilidade, acessibilidade ou funcionamento, garantindo a fiabilidade dos dispositivos antes da sua implementação. Por fim, a formação da equipa responsável pela mediação junto do público constitui um elemento essencial, assegurando que os mediadores possuem as competências necessárias para apoiar os visitantes na utilização das tecnologias. A integração destas ferramentas deverá ser orientada por princípios de acessibilidade e inclusão, garantindo que todos os visitantes possam beneficiar das soluções digitais, independentemente das suas capacidades físicas, cognitivas ou tecnológicas. Tal implica, por exemplo, a disponibilização de conteúdos em diferentes formatos, a adoção de interfaces intuitivas e a consideração de normas de acessibilidade digital. A transformação digital dos museus deve ser acompanhada por uma reflexão crítica sobre as suas implicações sociais, evitando a criação de novas formas de exclusão (Cameron e Kenderdine, 2007). Para propostas de workshops educativos a realizar no Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, consulte-se o Anexo 3.

10. Plano de Comunicação e Mediação Digital

A comunicação institucional constitui, no contexto museológico contemporâneo, uma dimensão estratégica fundamental para garantir a eficácia da relação entre as instituições culturais e os seus públicos. Ao longo das últimas décadas, os museus deixaram de ser entendidos exclusivamente como espaços de conservação e exposição de objetos patrimoniais, passando progressivamente a assumir funções mais amplas relacionadas com a educação, a mediação cultural e a participação social. Neste quadro de transformação institucional, a comunicação passou a ocupar um lugar central nas políticas museológicas, tornando-se um instrumento essencial para promover o acesso ao património e para reforçar a relevância social das instituições. No caso dos museus científicos e médicos, esta dimensão assume uma importância particular. A comunicação museológica não se limita à divulgação de atividades ou exposições, mas envolve igualmente a mediação de conhecimento especializado e a construção de narrativas interpretativas capazes de tornar acessíveis ao público conteúdos frequentemente complexos. A medicina, a ciência forense e as disciplinas associadas à investigação médico-legal implicam a mobilização de conceitos técnicos e metodologias científicas que exigem um esforço significativo de tradução cultural.

Assim, a comunicação institucional e a incorporação de tecnologias digitais desempenham um papel central na concretização da missão do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN. Através destas estratégias torna-se possível articular três dimensões fundamentais da atividade museológica: a preservação do património científico, a educação do público e a valorização da memória institucional. A evolução da museologia nas últimas décadas tem contribuído para consolidar esta perspetiva. Autores como Eilean Hooper-Greenhill (2007) sublinham que os museus contemporâneos devem ser compreendidos como espaços de comunicação cultural e produção de significados, onde os objetos não possuem um valor intrínseco isolado, mas adquirem significado através das narrativas interpretativas construídas pelas instituições e mediadas junto dos visitantes. Esta perspetiva implica uma mudança significativa na forma de compreender o papel do museu. Em vez de ser visto como um espaço de transmissão unilateral de conhecimento, o museu passa a ser entendido

como um ambiente de aprendizagem cultural ativa, no qual os visitantes participam na construção do significado das exposições.

No contexto português, a transformação do papel social dos museus foi igualmente acompanhada por uma reflexão académica significativa. Investigadores como Alice Semedo e Teixeira Lopes (2006) têm destacado que os museus contemporâneos devem ser compreendidos como instituições culturalmente situadas, cuja missão implica não apenas a preservação do património, mas também a sua interpretação crítica e a sua comunicação junto de públicos diversificados. Esta perspetiva enfatiza a dimensão social da atividade museológica. Os museus são hoje entendidos como espaços de diálogo cultural, capazes de promover a reflexão sobre a história, a ciência e a memória coletiva. Neste contexto, a comunicação institucional desempenha um papel essencial na construção de relações entre o património preservado e as comunidades que interagem com ele. A comunicação museológica assume, assim, uma dimensão central na definição das estratégias institucionais, permitindo estabelecer uma relação dinâmica entre o património preservado e os diferentes grupos sociais que constituem os seus públicos. Neste sentido, a comunicação museológica implica um processo de tradução cultural que torna inteligíveis objetos, práticas e saberes científicos, permitindo ao público compreender a sua relevância histórica, social e cultural.

Segundo Stephen Weil (2002), os museus contemporâneos devem orientar as suas práticas institucionais para o público, promovendo formas de comunicação capazes de estabelecer uma relação significativa entre os visitantes e os conteúdos apresentados. Esta abordagem coloca os visitantes no centro da experiência museológica e sublinha a importância de desenvolver estratégias comunicacionais que favoreçam a participação e a compreensão dos conteúdos. No caso dos museus científicos, esta dimensão torna-se ainda mais relevante. A comunicação museológica deve conciliar rigor científico com clareza pedagógica, garantindo que os visitantes possam compreender e interpretar os conteúdos apresentados.

A comunicação museológica encontra-se profundamente ligada ao conceito de mediação cultural, entendido como o conjunto de práticas que permitem estabelecer

pontes entre o património e os públicos. A mediação cultural envolve diferentes estratégias de interpretação, educação e comunicação que facilitam o acesso ao conhecimento. Como observa Sharon Macdonald (2011), a mediação constitui um dos elementos centrais da museologia contemporânea, na medida em que permite transformar o museu num espaço de interpretação cultural e de aprendizagem social. Nos museus científicos, a mediação assume frequentemente a forma de programas educativos, exposições interpretativas, visitas guiadas e atividades interativas que procuram tornar acessíveis conteúdos complexos relacionados com a ciência e a tecnologia.

Em Portugal, João Brigola (2016) tem salientado o papel dos museus científicos na preservação e divulgação da cultura científica. Segundo este autor, estas instituições desempenham uma função essencial na construção da memória das ciências e na compreensão histórica do desenvolvimento científico. Relativamente ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a mediação cultural assume uma importância particular, dado que o acervo inclui objetos e materiais associados a práticas médico-legais, investigações criminais e processos de autópsia. A apresentação deste património exige uma abordagem interpretativa cuidadosamente construída, capaz de contextualizar historicamente os objetos e explicar a sua relevância científica.

Os museus dedicados à medicina e à ciência forense apresentam características específicas que exigem uma reflexão ética aprofundada. A exposição de peças anatómicas, instrumentos médico-legais e objetos associados a investigações criminais implica a consideração de questões sensíveis relacionadas com a dignidade humana, a memória das vítimas e a representação da morte. Assim, a comunicação institucional deve ser cuidadosamente concebida para garantir que a apresentação deste património seja realizada de forma respeitosa e cientificamente contextualizada. A construção de narrativas museológicas adequadas permite enquadrar os objetos expostos numa perspetiva histórica e científica que valorize o seu significado sem recorrer a estratégias sensacionalistas. A comunicação deve privilegiar a dimensão educativa e científica da exposição, promovendo a compreensão das práticas médico-legais e do seu papel no sistema judicial. Neste contexto, o plano de comunicação do

museu deve integrar princípios éticos claros, garantindo que a divulgação do património científico seja realizada de forma responsável e respeitosa.

No caso específico do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a comunicação institucional deve ser entendida como um instrumento fundamental para reforçar o papel do museu enquanto espaço de divulgação científica e de reflexão sobre a relação entre ciência, justiça e sociedade. O acervo do museu, composto por peças anatómicas, instrumentos médico-legais e objetos associados a investigações criminais, apresenta características que exigem uma abordagem comunicacional particularmente cuidadosa. A comunicação institucional assume uma função mediadora fundamental, permitindo enquadrar os objetos expostos numa narrativa histórica e científica que valorize o seu significado sem comprometer os princípios éticos que devem orientar a prática museológica. A definição de um plano de comunicação adequado torna-se, assim, essencial para assegurar que o museu possa cumprir plenamente a sua função social enquanto espaço de mediação do conhecimento científico e de valorização do património médico-científico português.

10.1. Estratégias de comunicação institucional

A elaboração de um plano de comunicação institucional constitui uma etapa fundamental no processo de gestão estratégica das instituições museológicas, uma vez que permite estruturar e orientar as ações destinadas a estabelecer uma relação eficaz entre o museu e os seus diferentes públicos. Mais do que um simples conjunto de ações de divulgação, o plano de comunicação deve ser entendido como um instrumento de planeamento que integra objetivos institucionais, estratégias de mediação cultural e mecanismos de avaliação do impacto das atividades desenvolvidas. A definição de uma política de comunicação clara contribui para consolidar a identidade do museu, reforçar a sua visibilidade pública e garantir a coerência das mensagens transmitidas através dos diversos canais de contacto com o público. Neste quadro, a comunicação museológica implica necessariamente a definição de objetivos estratégicos, a identificação dos diferentes segmentos de público e a seleção de instrumentos comunicacionais adequados às características e

expectativas desses públicos. A diversidade de visitantes que frequentam os museus contemporâneos — incluindo estudantes, investigadores, turistas, famílias e profissionais de diferentes áreas — exige uma abordagem comunicacional diferenciada, capaz de adaptar os conteúdos e os formatos de comunicação às necessidades específicas de cada grupo. A segmentação dos públicos permite, assim, desenvolver estratégias mais eficazes de mediação cultural, promovendo experiências de visita mais significativas e facilitando o acesso ao conhecimento científico e histórico.

De acordo com Neil Kotler e Philip Kotler (2000), a comunicação cultural eficaz deve basear-se numa estratégia integrada de marketing cultural, capaz de articular diferentes canais de comunicação e de promover uma relação contínua entre a instituição e os seus públicos. Na sua obra sobre gestão e marketing museológico, os autores defendem que os museus devem desenvolver políticas de comunicação capazes de combinar instrumentos tradicionais de divulgação — como publicações, eventos ou relações institucionais — com novas formas de comunicação digital, criando sistemas integrados que permitam aumentar o alcance das iniciativas culturais e reforçar o envolvimento dos visitantes. Esta abordagem estratégica torna-se particularmente relevante num contexto em que as instituições culturais enfrentam desafios relacionados com a concorrência de outras formas de consumo cultural e com a transformação dos hábitos de acesso à informação. A implementação de uma estratégia de comunicação integrada envolve, em primeiro lugar, a definição clara da identidade institucional do museu. A identidade institucional corresponde ao conjunto de valores, objetivos e características que definem a missão da instituição e orientam a forma como esta se apresenta perante a sociedade. A comunicação institucional deve refletir esta identidade, assegurando que as mensagens transmitidas ao público são coerentes com o papel cultural, científico e educativo do museu. Neste sentido, a construção de uma narrativa institucional consistente constitui um elemento central do plano de comunicação, permitindo reforçar o reconhecimento público da instituição e consolidar a sua posição no panorama cultural.

Outro elemento essencial do planeamento comunicacional consiste na segmentação dos públicos. A identificação dos diferentes grupos de visitantes permite desenvolver estratégias de comunicação específicas para cada segmento, adaptando a linguagem, os conteúdos e os meios de divulgação às suas características socioculturais. Nos museus científicos e universitários, por exemplo, é comum distinguir entre públicos escolares, estudantes universitários, investigadores e público geral, cada um com interesses e níveis de conhecimento distintos. A segmentação dos públicos facilita, assim, a criação de programas educativos e materiais de divulgação que respondam de forma mais eficaz às necessidades de aprendizagem e de fruição cultural de cada grupo. A escolha dos canais de comunicação representa igualmente uma dimensão central do plano estratégico. Os museus dispõem atualmente de uma grande diversidade de instrumentos comunicacionais, que incluem desde meios tradicionais — como catálogos, brochuras, imprensa e eventos culturais — até plataformas digitais como websites institucionais, redes sociais e newsletters eletrónicas. A combinação equilibrada destes diferentes canais permite aumentar o alcance das iniciativas do museu e reforçar a interação com os públicos. A comunicação digital assume particular relevância neste contexto, uma vez que possibilita uma atualização constante da informação e facilita o acesso do público a conteúdos culturais e científicos. A produção de conteúdos educativos e científicos constitui outra dimensão essencial da comunicação museológica. A divulgação do conhecimento produzido ou preservado pelo museu contribui para reforçar a sua função pedagógica e para diversificar o impacto cultural da instituição. Estes conteúdos podem assumir diversas formas, incluindo exposições, publicações, materiais pedagógicos, vídeos educativos ou recursos digitais interativos. A qualidade e a clareza destes conteúdos são fundamentais para garantir que o público possa compreender e interpretar adequadamente o património apresentado. Por fim, a avaliação dos resultados das ações comunicacionais constitui uma componente indispensável do plano de comunicação. A recolha sistemática de dados sobre a participação do público, a satisfação dos visitantes e o impacto das iniciativas culturais permite identificar pontos fortes e fragilidades nas estratégias adotadas. A análise destas informações contribui

para orientar futuras decisões estratégicas e para melhorar continuamente as práticas de comunicação institucional (Kotler e Kotler, 2000).

A expansão das tecnologias digitais transformou profundamente a forma como os museus comunicam com os seus públicos, tornando-se estas ferramentas um elemento central nas estratégias contemporâneas de mediação cultural. A presença digital deixou de ser um simples complemento às atividades presenciais, constituindo-se como um meio privilegiado de acesso ao património e de envolvimento do público. A digitalização permite, por um lado, aumentar significativamente a visibilidade institucional, e, por outro, diversificar os perfis de visitantes, atingindo públicos que, por razões geográficas, económicas ou sociais, não têm a possibilidade de visitar fisicamente o museu. Ross Parry (2007) sustenta que a digitalização representa uma das transformações mais significativas na história recente da museologia, pois cria novas possibilidades de preservação, interpretação e disseminação do património cultural, possibilitando a reconceitualização do papel dos museus enquanto espaços de conhecimento e mediação social. A integração de plataformas digitais e de conteúdos online não substitui a experiência presencial, mas complementa-a, permitindo experiências de aprendizagem mais flexíveis e personalizadas, ao mesmo tempo que reforça a acessibilidade e a democratização do conhecimento.

Para o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, o desenvolvimento de uma estratégia digital eficaz pode assumir múltiplas dimensões e corresponder a diferentes objetivos estratégicos. Em primeiro lugar, a presença digital contribui para o aumento da visibilidade institucional, permitindo à comunidade científica, aos estudantes e ao público em geral conhecer a diversidade e o valor histórico do acervo. Conjuntamente, a utilização de plataformas digitais favorece a diversificação dos públicos, atraindo diferentes faixas etárias, perfis académicos e interesses específicos. A digitalização do acervo científico, através de catálogos online, exposições virtuais ou bases de dados acessíveis, amplia o acesso às coleções, permitindo a investigação e o estudo académico, mas também incentivando a curiosidade e o envolvimento do público geral. Este acesso mediado por tecnologias digitais constitui uma oportunidade estratégica para apoiar atividades educativas e científicas, criando conteúdos

interativos que complementam as visitas presenciais, estimulam a literacia científica e promovem o pensamento crítico sobre processos médico-legais e história da medicina em Portugal.

A criação de um *website* institucional atualizado e funcional assume, neste quadro, um papel central. Mais do que apresentar informações básicas, o portal do museu deve funcionar como uma plataforma de mediação cultural e científica, reunindo exposições virtuais, recursos educativos, notícias, publicações e materiais de apoio pedagógico. O *website* permite, ainda, a integração de recursos multimédia, como vídeos, galerias de imagens, reconstruções tridimensionais de peças anatómicas ou laboratoriais e conteúdos interativos, oferecendo uma experiência enriquecida para os visitantes remotos. Adicionalmente, a presença online facilita a promoção de eventos científicos, workshops e seminários, incentivando a participação ativa de estudantes, investigadores e profissionais de saúde, e reforçando o papel do museu como instituição educativa e científica de referência. A participação em plataformas institucionais como o MUSEO — museu virtual da rede de museus da Secretaria-Geral —, certamente desempenhará um papel relevante na promoção do acesso digital ao acervo museológico.

No âmbito das redes sociais, estas assumem atualmente um papel determinante na comunicação cultural, ao permitir interações diretas e contínuas com os públicos. Plataformas como *Facebook*, *Instagram*, *YouTube* ou *Twitter* não se limitam à divulgação de informação, constituindo verdadeiros espaços de mediação social e de construção coletiva de significados culturais. Nina Simon (2010) enfatiza que os museus contemporâneos devem explorar o potencial participativo destas plataformas digitais, promovendo formas de interação que permitam aos visitantes contribuir ativamente para a criação de conhecimento e para a construção de narrativas em torno das coleções. No âmbito do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a utilização estratégica das redes sociais pode incluir a divulgação regular de conteúdos científicos e históricos, a publicação de imagens e descrições detalhadas do acervo, a transmissão em direto de eventos científicos ou culturais, a promoção de debates e discussões online e a partilha de testemunhos e memórias institucionais, contribuindo

para a preservação da memória e da identidade do museu. Este tipo de comunicação favorece igualmente a criação de comunidades digitais em torno do museu, possibilitando a interação entre públicos diversos e promovendo o sentido de pertença e de participação. Ao permitir que os visitantes se envolvam ativamente, comentem, partilhem e interpretem os conteúdos, o museu transforma-se numa plataforma de cocriação cultural e científica. A presença digital e a utilização das redes sociais também facilitam a avaliação contínua das práticas comunicacionais, uma vez que fornecem dados sobre o alcance, o envolvimento e o impacto das iniciativas, permitindo ajustar estratégias, identificar oportunidades de melhoria e consolidar a relação com os diferentes segmentos de público.

Para além da dimensão comunicacional, as tecnologias digitais oferecem novas possibilidades no domínio da interpretação museológica, transformando a forma como os visitantes interagem com o acervo e como a informação científica e histórica é transmitida. A integração de recursos tecnológicos nas exposições permite criar experiências mais envolventes, dinâmicas e personalizadas, promovendo uma mediação cultural mais eficaz. O uso de ferramentas digitais não apenas enriquece a experiência presencial, como também possibilita a construção de narrativas interativas que aprofundam a compreensão do público sobre temas complexos, como a medicina legal e os processos forenses. De acordo com Ross Parry (2007), a digitalização e a utilização de tecnologias interativas representam uma revolução museológica que redefine o papel das instituições culturais enquanto espaços de conhecimento e aprendizagem ativa. Entre as soluções tecnológicas mais utilizadas no contexto museológico contemporâneo destacam-se os audioguias digitais, aplicações móveis, realidade aumentada, realidade virtual e projeções interativas. Os audioguias digitais, por exemplo, permitem fornecer informações detalhadas sobre as exposições, disponibilizando conteúdos multimédia que complementam a interpretação das peças e permitem uma experiência mais autónoma e personalizada. As aplicações móveis oferecem funcionalidades semelhantes, permitindo aos visitantes explorar mapas interativos, aceder a informações adicionais sobre os objetos expostos e participar em atividades educativas e lúdicas, adaptadas a diferentes idades e interesses. Estas

ferramentas contribuem para a construção de itinerários de visita flexíveis, permitindo que cada visitante escolha o seu próprio percurso interpretativo, conforme defendido por Sharon Macdonald (2011) na análise das práticas de mediação em museus científicos.

A realidade aumentada representa um avanço particularmente significativo, permitindo sobrepor elementos digitais a objetos físicos expostos. Esta tecnologia possibilita a visualização de informações adicionais, reconstruções tridimensionais, animações e representações históricas que aprofundam a interpretação das peças. Por exemplo, em exposições de medicina legal, a realidade aumentada pode ser utilizada para ilustrar processos anatômicos, simular cenas de investigação forense ou demonstrar técnicas históricas de laboratório, criando um elo entre o conhecimento científico e a experiência sensorial do visitante. A realidade virtual, por sua vez, permite a criação de ambientes imersivos que simulam contextos históricos ou laboratoriais, oferecendo uma experiência envolvente que facilita a compreensão de procedimentos complexos e métodos científicos utilizados no campo da medicina legal. Esta abordagem imersiva contribui para uma aprendizagem mais profunda e significativa, estimulando a curiosidade e o interesse pelo acervo e pelas práticas museológicas (Parry, 2007; Simon, 2010).

A incorporação de códigos QR nas exposições constitui outra solução tecnológica relativamente simples, mas altamente eficaz, que permite integrar o espaço físico do museu com plataformas digitais. Através da leitura destes códigos com dispositivos móveis, os visitantes podem aceder a conteúdos complementares, como vídeos explicativos, imagens de arquivo, textos científicos, reconstruções históricas e testemunhos audiovisuais de especialistas ou colaboradores. Este tipo de recurso cria experiências híbridas, em que a visita presencial é enriquecida pela exploração digital, promovendo a interatividade e a autonomia do visitante. Além disso, os códigos QR permitem uma atualização constante do conteúdo disponibilizado, garantindo que a informação científica e histórica apresentada se mantenha atualizada e relevante. O uso de tecnologias digitais não se limita à disponibilização de informação complementar, mas contribui também para a construção de experiências participativas

e colaborativas. Ao proporcionar diferentes níveis de interação — desde a simples consulta de conteúdos digitais até a participação em atividades interativas ou na criação de narrativas coletivas —, estas soluções favorecem a apropriação do conhecimento pelo público e estimulam a reflexão crítica sobre os temas abordados nas exposições. De acordo com Nina Simon (2010), a participação ativa dos visitantes constitui um elemento central da museologia contemporânea, permitindo transformar os museus em espaços de cocriação cultural e científica. Considerando o do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a utilização estratégica de tecnologias digitais, como realidade aumentada, realidade virtual e códigos QR, permite não apenas aumentar a compreensão do acervo e dos processos médico-legais, mas também estabelecer um vínculo mais próximo entre o museu, a comunidade científica e o público em geral. Para uma proposta de identidade visual do museu, consulte-se o Anexo 4.

Para além das dimensões comunicacional e tecnológica, o plano de comunicação do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN deve incorporar estratégias que visem a valorização da memória institucional, reconhecendo que a história do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses constitui um património imaterial de grande relevância. Esta memória engloba não apenas o conhecimento técnico acumulado ao longo de décadas, mas também as experiências profissionais, trajetórias institucionais e práticas científicas que moldaram a identidade do museu. Preservar e divulgar estes saberes permite não apenas reforçar a coesão interna e o reconhecimento da instituição, mas também oferecer ao público uma compreensão mais completa do contexto histórico, científico e social em que a medicina legal se desenvolveu em Portugal. A criação de programas de história oral representa uma ferramenta eficaz para a preservação desta memória institucional. Através da realização de entrevistas com profissionais experientes e em fim de carreira, torna-se possível recolher testemunhos sobre práticas científicas, investigações relevantes, transformações institucionais e evolução das metodologias forenses. Estes registos, cuidadosamente organizados, podem ser arquivados em suportes audiovisuais, constituindo uma fonte rica de informação para exposições, arquivos digitais e projetos educativos. Estes registos audiovisuais podem posteriormente ser integrados

em exposições, arquivos digitais ou projetos educativos, contribuindo para transmitir às gerações futuras uma compreensão mais profunda da evolução da medicina legal em Portugal. A valorização destas memórias contribui para reforçar a identidade institucional e para contextualizar historicamente as coleções museológicas (Costa, 1997). A implementação de programas de memória viva, portanto, permite ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN não apenas conservar o seu património imaterial, mas também construir narrativas que aproximam o público das experiências e desafios enfrentados pelos profissionais de medicina legal.

A valorização da memória institucional deve ser articulada com a divulgação científica, que constitui outra dimensão central do plano de comunicação. A produção de conteúdos científicos fortalece o papel do museu enquanto espaço de produção, difusão e mediação de conhecimento, contribuindo simultaneamente para a literacia científica e para a afirmação da instituição como referência académica e cultural. A publicação de catálogos de exposições, a edição de revistas institucionais, a organização de conferências e seminários científicos e a produção de materiais pedagógicos representam iniciativas estratégicas que permitem consolidar esta missão. Para além disso, a disponibilização destes conteúdos em formato digital aumenta a acessibilidade, permitindo que investigadores, estudantes e o público em geral tenham acesso facilitado a informação rigorosa e atualizada sobre medicina legal, práticas forenses e história científica. No contexto contemporâneo, a produção editorial digital assume particular importância, uma vez que permite superar barreiras geográficas e temporais, democratizando o acesso ao conhecimento. A criação de bibliotecas digitais, plataformas de artigos científicos e bases de dados acessíveis online representa uma forma eficaz de aumentar o alcance do museu, posicionando-o como um espaço ativo de investigação e aprendizagem. De acordo com Sharon Macdonald (2011), a integração de estratégias de divulgação científica e memória institucional contribui para o reforço da função educativa e social dos museus, transformando-os em mediadores ativos entre conhecimento especializado e público diverso. Assim, ao combinar memória institucional, história oral e produção editorial, o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN consegue criar um ecossistema

comunicacional completo, capaz de preservar o seu património, partilhar conhecimento científico e envolver os visitantes de forma significativa e duradoura.

10.2. Avaliação e monitorização

A eficácia de qualquer plano de comunicação institucional depende diretamente da capacidade de avaliar sistematicamente os seus resultados, permitindo à organização compreender até que ponto os objetivos definidos estão a ser atingidos e identificar áreas de melhoria. No contexto de museus, a avaliação assume um papel central, uma vez que não se trata apenas de medir números, mas também de compreender a experiência dos visitantes, o impacto das atividades educativas e a eficácia das estratégias digitais implementadas. Avaliar estas dimensões permite obter um retrato abrangente do funcionamento comunicacional da instituição, fornecendo informações essenciais para a tomada de decisões estratégicas e para a adaptação contínua às necessidades e expectativas do público. A implementação de mecanismos de avaliação envolve a recolha de dados relativos a diferentes aspetos da experiência do visitante, incluindo os níveis de satisfação, o impacto percebido das atividades educativas, o alcance das estratégias digitais e o perfil demográfico e sociocultural dos públicos do museu. Segundo John Falk e Lynn Dierking (2013), compreender a experiência do visitante requer uma abordagem integrada que considere tanto fatores individuais, como interesses e conhecimentos prévios, como fatores contextuais, incluindo o ambiente físico e as interações mediadas pelo museu. Neste sentido, a avaliação não se limita a quantificar visitas ou participação em atividades, mas também procura analisar a qualidade da experiência, a motivação e o envolvimento do público com os conteúdos apresentados.

Entre os instrumentos mais utilizados para efetuar esta avaliação destacam-se os questionários digitais, inquéritos de satisfação, análise estatística das visitas e recolha de sugestões do público. Os questionários digitais permitem obter respostas detalhadas de forma rápida e organizada, facilitando a análise de padrões de comportamento e preferências dos visitantes. Os inquéritos de satisfação, aplicados tanto presencialmente como online, fornecem informações sobre a perceção do

público relativamente à qualidade das exposições, à acessibilidade das informações e à eficácia das atividades educativas. Paralelamente, a análise de estatísticas de visitas possibilita identificar tendências de frequência, horários de maior afluência, perfis de visitantes e áreas de maior interesse dentro do museu. Por fim, a recolha de sugestões do público, através de caixas de comentário ou plataformas digitais, oferece uma visão qualitativa e aprofundada das expectativas e necessidades dos visitantes, permitindo que o museu ajuste as suas práticas comunicacionais de forma proativa. A interpretação destes dados fornece uma base sólida para o aperfeiçoamento contínuo das estratégias institucionais, permitindo não apenas adaptar as práticas comunicacionais, mas também orientar decisões relacionadas com a conceção de exposições, desenvolvimento de atividades educativas e implementação de tecnologias digitais. A avaliação sistemática contribui, assim, para transformar o museu num espaço dinâmico e responsivo, capaz de promover experiências mais significativas e satisfatórias para todos os públicos. De acordo com Neil Kotler e Philip Kotler (2000), a análise constante do desempenho das ações comunicacionais é essencial para garantir a coerência estratégica, reforçar a imagem institucional e consolidar a relação entre a organização e os seus públicos. Assim, o planeamento e a avaliação caminham lado a lado, assegurando que o museu se mantém relevante, inclusivo e adaptado às exigências da sociedade contemporânea.

A análise do plano de comunicação do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN evidencia a importância de desenvolver estratégias comunicacionais integradas que articulem a divulgação do património científico com a mediação cultural e a promoção da literacia científica. Num contexto em que os museus assumem um papel cada vez mais relevante na disseminação do conhecimento e na construção de narrativas culturais, a comunicação institucional torna-se um instrumento essencial para reforçar a ligação entre as instituições e os seus públicos. A definição de um plano de comunicação estruturado, baseado na utilização de diferentes canais e na adaptação das mensagens aos diversos segmentos de visitantes, permite aumentar a visibilidade do museu e consolidar a sua identidade enquanto espaço de educação científica e reflexão histórica.

Simultaneamente, a integração de tecnologias digitais, a valorização da memória institucional e a produção de conteúdos científicos contribuem para reforçar o papel do museu enquanto plataforma de conhecimento e mediação cultural. Ao investir na inovação comunicacional e na diversificação das estratégias de interação com o público, o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN poderá alargar significativamente o seu impacto social e educativo. Desta forma, o museu afirma-se não apenas como espaço de preservação do património científico, mas também como instituição dinâmica e participativa, capaz de responder aos desafios contemporâneos da museologia e da comunicação cultural.

11. Desafios

A criação de museus científicos especializados constitui um processo complexo que envolve a articulação entre múltiplas dimensões institucionais, científicas, patrimoniais e sociais. A propósito do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, esta complexidade revelou-se particularmente evidente. A natureza do acervo, composto por espécimes anatómicos, instrumentos históricos, documentação científica e outros materiais relacionados com a prática médico-legal, introduz desafios específicos que ultrapassam aqueles geralmente enfrentados por museus de tipologia mais convencional.

Os museus de ciência desempenham um papel fundamental na preservação da memória institucional, na valorização do património científico e na difusão do conhecimento dirigida a públicos diversos. Contudo, a musealização de coleções biomédicas coloca desafios específicos que não se colocam com a mesma intensidade em museus de arte ou história. Estes desafios incluem, entre outros, a gestão ética de restos humanos, a documentação científica rigorosa das coleções, a adaptação de edifícios históricos às exigências museológicas contemporâneas e a necessidade de equilibrar rigor científico com acessibilidade pedagógica. A literatura sobre museologia científica sublinha que as coleções médicas e anatómicas possuem um estatuto singular no contexto do património cultural. Estas coleções resultam frequentemente de práticas científicas realizadas ao longo de vários séculos e refletem paradigmas médicos, científicos e culturais em constante transformação. Consequentemente, a sua musealização exige uma abordagem crítica que tenha em conta tanto o seu valor científico como as implicações éticas e sociais da sua exposição (Lohman e Goodnow, 2006).

O presente capítulo analisa os principais desafios enfrentados no processo de desenvolvimento do projeto museológico do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN. Serão abordadas, em particular, as dificuldades relacionadas com a inventariação e documentação do acervo, as questões éticas associadas à gestão de espécimes anatómicos, o enquadramento jurídico aplicável ao património cultural, as limitações

arquitetónicas do edifício, as estratégias de mediação científica dirigidas ao público e, finalmente, as questões relacionadas com a conservação preventiva e com a abertura da reserva museológica.

11.1. Documentação e inventariação do acervo

A documentação constitui um elemento estruturante da gestão museológica contemporânea, desempenhando um papel central na organização, preservação e valorização das coleções. A criação de inventários rigorosos permite garantir a identificação precisa dos objetos, assegurar a rastreabilidade das peças ao longo do tempo e preservar a informação científica, histórica e patrimonial associada a cada elemento do acervo. Para além da sua função administrativa, a documentação museológica constitui também uma ferramenta essencial para a investigação académica, para o desenvolvimento de exposições e para a transmissão de conhecimento às gerações futuras (Buck e Gilmore, 2011). As normas internacionais de gestão de coleções sublinham a importância de sistemas de documentação consistentes e metodologicamente estruturados. O ICOM estabelece, através do seu código deontológico e de orientações profissionais, que todas as coleções museológicas devem ser documentadas segundo padrões reconhecidos, incluindo informação detalhada sobre identificação, proveniência, localização, estado de conservação e histórico de intervenções. A existência de registos completos e atualizados permite assegurar a transparência institucional e facilita a gestão responsável do património cultural. Além disso, a documentação deve ser mantida em sistemas seguros e acessíveis aos profissionais autorizados, garantindo simultaneamente a proteção dos dados e a sua disponibilidade para investigação e gestão futura (ICOM, 2025).

Na esfera do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, o processo de inventariação do acervo revelou-se particularmente exigente devido à diversidade tipológica das coleções preservadas pela instituição. O acervo integra espécimes anatómicos preservados, materiais osteológicos, instrumentos históricos utilizados em autópsias e perícias médico-legais, modelos didáticos destinados ao ensino da medicina legal e um

conjunto significativo de documentação científica produzida ao longo de décadas de atividade institucional. Esta diversidade material exigiu a definição de critérios de catalogação diferenciados, capazes de responder às especificidades de cada categoria de objeto. No caso dos instrumentos científicos históricos, por exemplo, a documentação privilegia frequentemente parâmetros relacionados com a função técnica do objeto, a sua cronologia, os materiais constituintes e o contexto histórico de utilização. Já no caso dos espécimes anatómicos e de outros materiais biológicos, a documentação exige frequentemente a inclusão de informação adicional relativa à proveniência das peças, às circunstâncias da sua incorporação no acervo institucional e às condições éticas que enquadram a sua utilização científica e expositiva. A gestão deste tipo de coleções implica, por isso, uma atenção particular às dimensões éticas e legais associadas à preservação de restos humanos e materiais biomédicos em contexto museológico, tema amplamente discutido na literatura especializada (Alberti *et al.*, 2009).

Outro desafio relevante relacionou-se com a existência de registos históricos incompletos ou produzidos segundo metodologias documentais distintas. Em muitos casos, os objetos foram incorporados ao acervo antes da implementação de sistemas normalizados de gestão museológica. Este facto exigiu um trabalho aprofundado de revisão documental e harmonização informacional. A literatura museológica destaca que a gestão adequada das coleções depende de políticas institucionais claras de documentação e inventariação. Como refere Susan Pearce (1992), os museus são instituições que atribuem significado aos objetos através de processos sistemáticos de seleção, documentação e interpretação. Assim, a criação de um inventário científico rigoroso constituiu um passo essencial para a consolidação do projeto museológico do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN.

11.2. Questões éticas associadas aos espécimes anatómicos

A presença de restos humanos em coleções museológicas constitui uma das questões mais sensíveis e complexas na gestão do património científico. Museus de medicina, anatomia e antropologia lidam frequentemente com materiais biológicos que exigem

uma abordagem ética rigorosa, dada a singularidade destes objetos enquanto restos físicos de indivíduos que viveram. Estes materiais são reconhecidos internacionalmente como possuindo um estatuto especial dentro das coleções patrimoniais, devendo ser tratados com dignidade, respeito e consideração pelo seu valor científico, histórico e cultural (ICOM, 2025).

A reflexão ética sobre coleções anatómicas tornou-se particularmente relevante nas últimas décadas, sobretudo devido à crescente preocupação com os direitos das comunidades de origem e com a necessidade de contextualização histórica das práticas científicas do passado. Muitos espécimes anatómicos presentes em museus resultam de práticas médicas e científicas realizadas em períodos históricos marcados por paradigmas éticos distintos dos atuais. Em consequência, diversas instituições têm promovido processos de revisão crítica das suas coleções, analisando as circunstâncias da sua incorporação e avaliando a legitimidade da sua exposição pública (Ciliberti *et al.* 2020). A gestão ética destes espécimes envolve múltiplas dimensões: assegurar que os materiais sejam conservados em condições apropriadas, documentar minuciosamente a sua proveniência e história, e implementar políticas institucionais que orientem a tomada de decisões quanto à sua exposição ou utilização em investigação. A colaboração com comunidades de origem tornou-se um elemento central destes processos, permitindo que o museu reconheça direitos culturais e éticos associados aos restos humanos e que a interpretação expositiva seja construída de forma participativa e respeitosa (Deutscher Museums Bund, 2021).

Neste contexto, a documentação assume um papel estruturante. O registo detalhado da proveniência, do contexto científico e das circunstâncias de incorporação dos espécimes assegura uma gestão transparente e responsável das coleções, permitindo rastreabilidade e consistência na tomada de decisões. Além disso, a contextualização científica e histórica das peças constitui um elemento decisivo para evitar interpretações erróneas ou sensacionalistas por parte do público. A apresentação cuidadosa de informação contextualizada possibilita não apenas a compreensão do valor científico dos espécimes, mas também a reflexão crítica sobre os paradigmas éticos históricos, promovendo uma experiência educativa informada e sensível. A

literatura museológica destaca que a gestão de restos humanos não pode ser encarada apenas como uma questão técnica, mas como um compromisso institucional com padrões éticos elevados, que integre conservação, investigação, comunicação pública e respeito pelos indivíduos e comunidades representadas (Lohman e Goodnow, 2006). Assim, a abordagem contemporânea à gestão de coleções anatómicas combina princípios de ética, ciência e museologia, assegurando que os restos humanos sejam preservados com integridade e apresentados de forma responsável e educativa.

11.3. Enquadramento legal e proteção do património

A gestão de coleções museológicas encontra-se enquadrada por um conjunto de normas jurídicas e princípios internacionais destinados a garantir a proteção, preservação e valorização do património cultural. Estes instrumentos definem os deveres das instituições responsáveis pela custódia de bens culturais, estabelecendo padrões para a sua conservação, documentação e acesso público. No caso português, o principal enquadramento legislativo é fornecido pela Lei de Bases do Património Cultural, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. Esta lei consagra um conjunto de princípios estruturantes, entre os quais se destacam a responsabilidade do Estado na salvaguarda do património, o dever de inventariação e documentação sistemática dos bens culturais e a necessidade de promover o seu conhecimento e fruição pública. A legislação define igualmente os mecanismos institucionais de identificação, classificação, inventariação e conservação dos bens culturais, estabelecendo que as entidades públicas ou privadas responsáveis pela sua gestão devem assegurar condições adequadas de preservação, estudo e acessibilidade. Neste quadro, a inventariação e a documentação científica das coleções assumem particular relevância, pois constituem instrumentos fundamentais para garantir a rastreabilidade dos objetos, a transparência na sua gestão e a possibilidade de investigação académica futura. A lei sublinha ainda que o património cultural deve ser entendido como um recurso coletivo, cuja preservação implica responsabilidades partilhadas entre instituições públicas, especialistas e sociedade civil (Diário da República, 2001).

Ao mesmo tempo, o enquadramento jurídico das instituições museológicas é definido pela Lei nº 47/2004, denominada como Lei-Quadro dos Museus Portugueses. Este diploma estabelece o regime jurídico específico aplicável aos museus em território nacional, definindo as suas funções essenciais, entre as quais se incluem a aquisição, inventariação, conservação, investigação e comunicação das coleções. A legislação determina que os museus devem manter sistemas de inventário atualizados e metodologicamente consistentes, assegurando a identificação individualizada de cada bem cultural e a preservação da informação científica associada. Além disso, reforça a importância da conservação preventiva e da investigação como componentes estruturais da atividade museológica, reconhecendo que o conhecimento produzido sobre as coleções constitui um elemento central da sua valorização cultural e educativa (Diário da República, 2004).

No que diz respeito ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, o cumprimento destas disposições implicou a criação e implementação de procedimentos administrativos e técnicos orientados para assegurar a conformidade com o quadro legislativo vigente. Tal incluiu a definição de normas internas para a inventariação sistemática das peças, o estabelecimento de protocolos de conservação e a organização de bases de dados documentais que permitam acompanhar a história e a utilização científica dos objetos preservados. Estas práticas alinham-se com os princípios contemporâneos da museologia, que valorizam a gestão responsável das coleções e a produção de conhecimento rigoroso sobre o património científico. Para além da dimensão estritamente jurídica, a adoção de práticas museológicas estruturadas e metodologicamente consistentes contribui igualmente para reforçar a credibilidade institucional e a confiança pública na gestão do património científico e cultural. Ao assegurar a transparência dos processos de inventariação, conservação e investigação, as instituições museológicas não apenas cumprem as suas obrigações legais, mas também consolidam o seu papel como espaços de produção e disseminação de conhecimento, fundamentais para a preservação da memória científica e histórica.

11.4. Configuração arquitetónica e organização funcional dos espaços

A reutilização de edifícios históricos para fins museológicos constitui uma prática amplamente difundida no domínio da museologia contemporânea e das políticas de valorização do património. Esta estratégia permite preservar estruturas arquitetónicas de valor histórico, simultaneamente atribuindo-lhes novas funções culturais e educativas. Contudo, a conversão de espaços originalmente concebidos para outros usos institucionais ou funcionais coloca desafios significativos, particularmente no que se refere ao equilíbrio entre a adaptação funcional e a preservação da integridade arquitetónica e histórica dos edifícios (Jokilehto, 1986; Macdonald, 2011). Quanto ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, a decisão de utilizar as antigas instalações do instituto revelou-se particularmente relevante do ponto de vista patrimonial e museológico. A manutenção do edifício original permite conservar a materialidade histórica associada à prática médico-legal, integrando o próprio espaço arquitetónico na narrativa expositiva. Desta forma, o edifício deixa de funcionar apenas como um simples contentor das coleções, passando a constituir um elemento interpretativo fundamental para compreender a história institucional e científica da medicina legal em Portugal. A presença de espaços originais — como salas de autópsia, laboratórios ou áreas de trabalho técnico — contribui para reforçar a dimensão histórica da exposição e para proporcionar ao visitante uma experiência mais contextualizada do património científico apresentado.

A museologia contemporânea tem vindo a reconhecer progressivamente que o espaço arquitetónico pode desempenhar um papel ativo na construção de significado e na mediação entre o público e o património exposto. Como sublinha Susan Pearce (1992), os objetos e os espaços que os enquadram constituem elementos inseparáveis da interpretação museológica, sendo frequentemente portadores de múltiplas camadas de significado histórico e cultural. Neste sentido, a preservação de ambientes originais — frequentemente designada como exposição *in situ* — permite manter a relação entre os artefactos, as práticas científicas e os contextos institucionais em que foram produzidos e utilizados. Contudo, a adaptação de edifícios históricos a funções

museológicas implica frequentemente a realização de intervenções técnicas destinadas a garantir condições adequadas de funcionamento e segurança. Entre estas destacam-se a instalação de sistemas de iluminação adequados à exposição de objetos sensíveis, a implementação de sistemas de climatização e controlo ambiental para a conservação das coleções, bem como a criação de percursos de circulação que permitam uma experiência de visita segura e coerente. Estas intervenções devem ser concebidas de forma a minimizar o impacto sobre a estrutura original do edifício, respeitando os princípios de conservação patrimonial definidos por organismos internacionais como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (doravante ICOMOS).

Outro desafio particularmente relevante prende-se com a questão da acessibilidade. Muitos edifícios históricos apresentam limitações estruturais — como escadas estreitas, desníveis ou ausência de infraestruturas adequadas — que dificultam a implementação de soluções plenamente compatíveis com os princípios de acessibilidade universal. A adaptação destes espaços exige, por isso, um equilíbrio cuidadoso entre a preservação do património arquitetónico e a necessidade de garantir o acesso inclusivo ao público. Como sublinham diversos estudos no campo da gestão do património, a intervenção em edifícios históricos deve privilegiar soluções reversíveis e compatíveis com a estrutura original, procurando conciliar as exigências contemporâneas de acessibilidade, segurança e fruição pública com a preservação da autenticidade histórica dos espaços (Jokilehto, 1986; Macdonald, 2011). Neste âmbito, a reutilização museológica de edifícios históricos deve ser entendida como um processo de negociação contínua entre conservação e adaptação funcional. Quando conduzido de forma criteriosa, este processo não apenas preserva o valor arquitetónico dos espaços, como também reforça a dimensão interpretativa das exposições, permitindo que o próprio edifício se torne parte integrante da narrativa museológica e da memória institucional que o museu procura preservar.

11.5. Equilíbrio entre rigor científico, pedagogia e sensibilidade pública

A comunicação científica em contexto museológico implica a tradução de conteúdos especializados em narrativas compreensíveis e significativas para públicos heterogêneos, cujos níveis de literacia científica e expectativas culturais podem variar consideravelmente. Este processo constitui um dos desafios centrais da museologia contemporânea, particularmente em instituições dedicadas à divulgação de conhecimento científico e técnico. Nos museus de ciência, e de forma ainda mais evidente em áreas altamente especializadas como a medicina legal, torna-se necessário transformar conceitos complexos, metodologias laboratoriais e práticas profissionais em discursos expositivos capazes de comunicar informação rigorosa sem perder acessibilidade pedagógica (Hooper-Greenhill, 2007; Macdonald, 2011).

Em Portugal, este princípio encontra enquadramento jurídico na Lei nº 47/2004, que define as funções educativas e culturais dos museus e estabelece a obrigação de desenvolver programas de mediação e estratégias de comunicação dirigidas ao público. Este diploma reconhece explicitamente que os museus desempenham um papel fundamental na democratização do acesso ao conhecimento, devendo promover atividades educativas, exposições interpretativas e iniciativas de divulgação científica destinadas a aproximar o público do património cultural e científico (Diário da República, 2004). Assim, a comunicação museológica não se limita à apresentação de objetos, mas integra um conjunto mais amplo de práticas de interpretação e mediação cultural que visam estimular a compreensão crítica e a participação do público.

No caso específico de instituições ligadas à medicina legal, como o Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, este desafio assume particular relevância. As coleções associadas à investigação médico-legal incluem frequentemente materiais sensíveis — como instrumentos de autópsia, registos de patologias ou documentação relacionada com investigações criminais — cuja apresentação pública exige uma abordagem museológica cuidadosamente estruturada. A mediação deve privilegiar a contextualização histórica e científica destes materiais, evitando leituras

sensacionalistas ou simplificadoras que possam comprometer o seu valor educativo e científico. Neste sentido, a comunicação museológica deve contribuir para esclarecer o papel social da medicina legal enquanto disciplina científica fundamental para a justiça, a saúde pública e a investigação criminal. A utilização de tecnologias interativas, recursos multimédia e dispositivos digitais constitui atualmente uma estratégia frequente na interpretação museológica de conteúdos científicos complexos. Estes recursos podem incluir modelos tridimensionais, simulações laboratoriais, reconstruções digitais ou dispositivos audiovisuais que permitem ilustrar procedimentos técnicos e processos científicos de forma mais clara e intuitiva para o visitante. Diversos estudos no campo da educação museológica demonstram que estes instrumentos podem facilitar a compreensão de conceitos abstratos e promover formas mais participativas de aprendizagem, particularmente quando integrados em estratégias pedagógicas estruturadas (Falk e Dierking, 2013).

Contudo, no contexto específico da medicina legal, a incorporação de tecnologias interativas deve ser cuidadosamente ponderada. A natureza sensível de muitos dos conteúdos abordados — relacionados com morte, trauma ou investigação criminal — exige evitar a espetacularização das práticas científicas ou a banalização de realidades humanas frequentemente associadas a sofrimento e violência. A museologia contemporânea sublinha, neste sentido, a importância de desenvolver narrativas interpretativas que respeitem simultaneamente a dignidade das pessoas envolvidas, a integridade científica das práticas apresentadas e a sensibilidade ética do público visitante. Neste quadro, a mediação museológica em museus de medicina legal deve procurar equilibrar três dimensões fundamentais: o rigor científico, a eficácia pedagógica e a sensibilidade social. A articulação destes três elementos permite construir discursos expositivos que não apenas informam o público sobre os métodos e objetivos da medicina legal, mas também promovem uma reflexão mais ampla sobre as relações entre ciência, justiça e sociedade. Ao adotar esta abordagem, os museus científicos especializados podem afirmar-se como espaços de divulgação do conhecimento e de reflexão crítica, contribuindo para aproximar a investigação científica do público e para reforçar o papel social das instituições científicas.

11.6. Conservação preventiva e sustentabilidade do acervo

A conservação preventiva constitui uma das estratégias fundamentais para garantir a preservação a longo prazo das coleções museológicas. No âmbito da museologia contemporânea e da conservação do património, este conceito refere-se ao conjunto de medidas destinadas a evitar ou reduzir os processos de deterioração dos objetos antes que estes ocorram, privilegiando a gestão das condições ambientais, a monitorização contínua dos materiais e a adoção de práticas de manuseamento adequadas. Ao contrário das intervenções de restauro, que atuam diretamente sobre os objetos após a ocorrência de danos, a conservação preventiva baseia-se numa abordagem antecipatória, centrada na mitigação de riscos e na estabilização das condições de preservação (Ashley-Smith, 1999).

Entre as medidas mais frequentemente recomendadas pelas normas internacionais de gestão museológica destaca-se a implementação de sistemas de controlo ambiental nos espaços de reserva e exposição. Estes sistemas incluem a monitorização sistemática de parâmetros como temperatura, humidade relativa, intensidade luminosa e qualidade do ar, fatores que podem influenciar de forma significativa os processos de degradação física, química ou biológica dos materiais. Variações bruscas de humidade, por exemplo, podem provocar deformações em materiais orgânicos ou acelerar processos de corrosão, enquanto níveis excessivos de iluminação podem causar alterações irreversíveis em pigmentos, tecidos ou papéis. Por essa razão, organismos internacionais como o ICCROM e o CCI têm desenvolvido recomendações técnicas destinadas a orientar a gestão ambiental de coleções museológicas (CCI, 2025; ICCROM, 2026.). Estas medidas assumem particular relevância no caso de coleções biomédicas e científicas, que podem incluir materiais orgânicos sensíveis, espécimes anatómicos preservados ou instrumentos laboratoriais suscetíveis a processos de degradação química. A conservação deste tipo de materiais exige frequentemente condições ambientais cuidadosamente controladas, bem como protocolos específicos de armazenamento e manipulação. A estabilidade das condições ambientais contribui não apenas para a preservação física das peças, mas também para a manutenção da

informação científica que elas incorporam, elemento essencial para a investigação histórica e médica.

Contudo, a eficácia das estratégias de conservação preventiva não depende exclusivamente da existência de infraestruturas técnicas adequadas. A gestão sustentável das coleções requer igualmente a disponibilidade de recursos humanos qualificados, capazes de implementar procedimentos de monitorização, manutenção e avaliação de risco. A formação especializada de conservadores, técnicos de museu e profissionais da área do património constitui, neste sentido, um fator decisivo para garantir a aplicação consistente de boas práticas de conservação. Paralelamente, a continuidade destas estratégias depende frequentemente da existência de financiamento estável que permita assegurar a manutenção de equipamentos, a atualização de sistemas de monitorização e a realização de intervenções preventivas sempre que necessário. Neste contexto, a sustentabilidade das instituições museológicas encontra-se diretamente relacionada com a sua capacidade de assegurar a preservação material e documental das coleções sob sua responsabilidade. A conservação preventiva não deve ser entendida apenas como uma dimensão técnica da gestão museológica, mas como um compromisso institucional de longo prazo com a salvaguarda do património cultural e científico. Ao integrar políticas de monitorização ambiental, formação profissional e planeamento estratégico, os museus reforçam a sua capacidade de proteger os objetos que lhes estão confiados, garantindo simultaneamente a sua disponibilidade para investigação, educação e fruição pública pelas gerações futuras.

11.7. Abertura da reserva museológica

As reservas museológicas constituem infraestruturas essenciais para a preservação, organização e estudo das coleções sob custódia das instituições museológicas. Embora frequentemente invisíveis para o público visitante, estes espaços desempenham um papel central na gestão do património, pois é neles que se encontra armazenada a maior parte dos objetos que integram as coleções de um museu. Para além da sua função de armazenamento, as reservas técnicas funcionam também como espaços de

trabalho científico, onde se realizam atividades de inventariação, conservação preventiva, investigação e preparação de exposições. Neste sentido, a organização adequada das reservas museológicas é considerada um dos pilares fundamentais da gestão profissional de coleções (Ambrose e Paine, 2018). A estruturação de reservas técnicas implica a criação de condições físicas e organizacionais que garantam a preservação dos objetos e a eficiência da sua gestão. Entre os aspetos mais relevantes destacam-se a utilização de mobiliário de armazenamento apropriado, a implementação de sistemas de catalogação e localização precisos e a definição de protocolos de acesso que permitam conciliar a segurança das coleções com a sua disponibilidade para investigação. A organização racional do espaço e dos sistemas de documentação facilita a rastreabilidade dos objetos, permitindo identificar rapidamente a localização de cada peça e acompanhar a sua história museológica, desde a incorporação até à eventual exposição pública ou utilização em investigação científica.

Nos últimos anos, a museologia tem vindo a valorizar também o potencial das chamadas “reservas visitáveis” ou *open storage*, conceito que procura tornar uma parte das coleções acessível ao público sem comprometer as condições de conservação. Esta abordagem, promovida por diversas instituições internacionais, procura reduzir a tradicional separação entre espaços de exposição e áreas de armazenamento, permitindo que o público tenha contacto com uma maior diversidade de objetos e compreenda melhor os processos de gestão e investigação associados às coleções museológicas. Organizações como a *American Alliance of Museums* (doravante AAM) têm destacado o potencial educativo destas soluções, sublinhando que as reservas podem desempenhar um papel relevante na comunicação da dimensão científica do trabalho museológico (AAM, 2026). Apesar das suas vantagens, a implementação de reservas museológicas adequadas exige investimentos significativos em infraestruturas, equipamentos especializados e recursos humanos qualificados. A instalação de sistemas de armazenamento adequados, a adaptação de espaços arquitetónicos às exigências de conservação e a manutenção de sistemas de inventariação e monitorização implicam frequentemente custos elevados, que nem

sempre são compatíveis com os recursos disponíveis em instituições de menor dimensão. Para além das infraestruturas, a gestão eficiente das reservas requer a presença de profissionais especializados — como conservadores, técnicos de museu e gestores de coleções — capazes de assegurar a organização, manutenção e atualização contínua da informação associada aos objetos.

No que se refere ao Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, o desenvolvimento pleno de uma reserva museológica estruturada foi condicionado por limitações financeiras e por circunstâncias institucionais que afetaram o ritmo de implementação do projeto museológico. Estas condicionantes não são incomuns em instituições científicas ou museus especializados, cujos projetos dependem frequentemente de financiamento institucional variável e de prioridades administrativas em constante evolução. Ainda assim, a criação de uma reserva organizada e funcional permanece um objetivo estratégico para o futuro desenvolvimento do museu, uma vez que permitirá melhorar as condições de preservação das coleções, facilitar o acesso de investigadores ao património científico existente e reforçar o potencial educativo e expositivo da instituição. A consolidação de uma reserva museológica devidamente estruturada contribuirá igualmente para valorizar o património científico preservado pela instituição, permitindo uma gestão mais sistemática das coleções e abrindo novas possibilidades para investigação académica e divulgação pública. Ao garantir a preservação e a acessibilidade do acervo, as reservas museológicas afirmam-se, assim, como um elemento indispensável para a sustentabilidade e o desenvolvimento de longo prazo das instituições museológicas dedicadas à salvaguarda do património científico.

A análise do processo de criação do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN evidencia a complexidade inerente à musealização de património científico sensível. A gestão de coleções médico-legais envolve desafios que ultrapassam a dimensão estritamente museográfica, abrangendo questões científicas, éticas, jurídicas e arquitetónicas. A necessidade de desenvolver sistemas rigorosos de inventariação, de assegurar a gestão ética de espécimes humanos e de cumprir o enquadramento jurídico do património cultural revelou-se central para a consolidação do projeto museológico.

Conjuntamente, os constrangimentos associados à adaptação do edifício histórico, à conservação preventiva das coleções e à abertura da reserva museológica demonstram que a criação de um museu científico especializado exige um processo contínuo de negociação entre preservação patrimonial, inovação museológica e sustentabilidade institucional. Neste cenário, o Museu de Medicina Legal afirma-se não apenas como um espaço de preservação da memória institucional, mas também como um lugar de reflexão crítica sobre a história e o papel contemporâneo da medicina legal na sociedade.

Considerações Finais

A presente dissertação teve como propósito fundamental a elaboração de um plano exequível para a criação de um Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN. Partindo de um enquadramento teórico sólido no domínio da museologia e da gestão museológica, e articulando-o com as exigências normativas, estratégicas e operacionais que estruturam o funcionamento das instituições museológicas em Portugal, procurou-se construir uma proposta coerente, sustentada e orientada para a concretização prática de um projeto que, até ao momento, não se encontra formalmente instituído.

O principal resultado alcançado consiste na demonstração da viabilidade do projeto, entendida não apenas em termos conceptuais, mas sobretudo como possibilidade concreta de implementação. A análise desenvolvida ao longo dos capítulos evidenciou que o INMLCF-DN apresenta condições favoráveis à criação do museu, tanto pela existência de um acervo com elevado valor científico e histórico como pelo seu potencial de articulação com atividades de investigação, formação e divulgação científica. A consolidação destas potencialidades demonstra que a instituição dispõe de elementos essenciais para sustentar uma iniciativa museológica de relevância e impacto, capaz de se afirmar no panorama científico e cultural nacional.

A sistematização do enquadramento legislativo e regulamentar revelou-se determinante para assegurar que o projeto se insere de forma consistente na política museológica nacional, respeitando requisitos legais e boas práticas reconhecidas no setor. Esta dimensão normativa não deve ser encarada como um mero constrangimento formal, mas como um instrumento estruturante que orienta a definição de objetivos, estratégias e metodologias de atuação. Ao integrar os referenciais legais desde uma fase inicial, o projeto reforça a sua legitimidade institucional, assegura transparência nos processos e permite a construção de relações de confiança com públicos, parceiros e financiadores. Além disso, a compatibilidade com padrões nacionais e internacionais abre portas à participação em redes museológicas mais amplas, fomentando colaboração, visibilidade e partilha de recursos.

A análise da sustentabilidade financeira constituiu outro eixo central da dissertação, demonstrando que existem caminhos viáveis para garantir o funcionamento a médio e longo prazo do museu. A diversificação de fontes de financiamento — públicas, privadas, mecenato, parcerias e receitas próprias — emerge como fator-chave para reduzir dependências e aumentar a resiliência institucional. Simultaneamente, a integração do museu em dinâmicas de valorização científica e cultural, através de projetos de investigação, exposições, programas educativos e iniciativas de divulgação, contribui para a consolidação do seu papel social e científico, assegurando relevância e impacto contínuos.

O desenvolvimento do plano estratégico, com definição de missão, visão, valores e objetivos, aliado à aplicação da análise SWOT, constituiu um elemento central para estruturar o projeto de forma coerente e orientada para resultados. Este processo não se limita a um exercício formal, mas permite consolidar a identidade institucional, orientar a tomada de decisão e articular de forma integrada os diferentes eixos de intervenção. A análise SWOT possibilitou identificar as potencialidades do futuro museu — singularidade do acervo, relevância científica e diferenciação no panorama museológico —, bem como antecipar fragilidades e ameaças, como limitações de recursos ou estrangimentos institucionais, promovendo uma abordagem informada e adaptativa à implementação do projeto.

Ao nível mais operativo, a definição pormenorizada das diferentes componentes do projeto museológico — nomeadamente o edifício, as coleções, os sistemas de inventário e documentação, as condições de segurança, bem como os programas educativos e as estratégias de comunicação — permitiu traduzir, de forma consistente, os princípios teóricos previamente estabelecidos em soluções concretas e funcionais, cuidadosamente adaptadas à especificidade do contexto da medicina legal. Esta etapa revelou-se crucial para assegurar a viabilidade prática do projeto, na medida em que implicou a articulação entre exigências técnicas, normativas e científicas, tendo em vista a criação de uma estrutura museológica coerente e plenamente operacional.

Importa salientar a centralidade das coleções enquanto núcleo estruturante e elemento definidor da identidade do museu. É em torno do acervo que se organizam

as práticas de conservação, investigação e estratégias de comunicação, mediação e valorização pública, conferindo-lhe um papel decisivo na afirmação científica e cultural da instituição. O acervo do INMLCF-DN, composto por peças anatómicas e materiais de elevado valor histórico e científico, constitui um recurso patrimonial relevante, mas também um desafio que exige abordagem especializada. A natureza destes materiais impõe exigências acrescidas de conservação, exigindo protocolos rigorosos de preservação preventiva e, quando necessário, intervenção técnica, garantindo integridade física e preservação a longo prazo. Ao mesmo tempo, a documentação detalhada das peças é fundamental, não apenas para gestão e controlo do acervo, mas também como suporte à investigação científica e à contextualização museológica. A exposição destas coleções suscita questões éticas sensíveis, relacionadas com a proveniência dos objetos e o respeito devido às pessoas e contextos associados. A sua valorização museológica requer, assim, uma abordagem crítica e eticamente fundamentada, capaz de conciliar a preservação dos materiais com a sua acessibilidade pública. Isto implica o desenvolvimento de estratégias expositivas e discursivas que promovam compreensão informada e respeitosa, evitando a banalização ou espetacularização, e reforçando simultaneamente o seu valor educativo e científico.

A dissertação evidenciou a importância de uma mediação museológica sensível, informada e metodologicamente consistente, considerando a natureza potencialmente impactante dos conteúdos associados à medicina legal. A comunicação destes temas exige rigor científico, assim como atenção às dimensões éticas, emocionais e sociais envolvidas na receção pública, especialmente no que concerne ao corpo humano, à morte e a contextos de violência. A definição de estratégias educativas e comunicacionais adequadas torna-se, por isso, central, permitindo ao museu cumprir a sua função de divulgação científica sem comprometer princípios éticos fundamentais. Isto requer a construção de discursos expositivos equilibrados, que conciliem clareza informativa e sensibilidade interpretativa, evitando abordagens sensacionalistas ou descontextualizadas, e a adaptação dos conteúdos aos diferentes públicos, considerando níveis variados de conhecimento, expectativas e capacidades de interpretação. Simultaneamente, a mediação deve integrar práticas

participativas e inclusivas, promovendo o envolvimento ativo dos visitantes e estimulando reflexão crítica. Os programas educativos assumem particular relevância, reforçando o papel do museu como espaço de aprendizagem contínua e diálogo com a comunidade. Através de atividades pedagógicas, visitas orientadas, workshops e iniciativas de extensão, é possível transmitir conhecimento especializado, fomentar literacia científica e promover uma compreensão mais profunda e contextualizada das questões relacionadas com a medicina legal.

Outro aspeto relevante prende-se com a segurança e a gestão de risco, fundamentais neste tipo de instituição, dada a especificidade e sensibilidade dos materiais do acervo. As coleções associadas à medicina legal exigem não apenas cuidados comuns a outras instituições museológicas, mas também requisitos adicionais de natureza ética, legal e técnica, demandando uma abordagem rigorosa e multidisciplinar. Torna-se, assim, essencial adotar medidas de controlo ambiental, garantindo condições adequadas de temperatura, humidade, iluminação e qualidade do ar, essenciais à preservação de materiais particularmente vulneráveis. A proteção física do acervo deve ser assegurada através de sistemas de vigilância, controlo de acessos e dispositivos de segurança, prevenindo danos, furtos ou utilização indevida. A gestão de acessos exige definição clara de níveis de autorização e procedimentos que regulem o contacto com os materiais por profissionais, investigadores ou outros utilizadores. Simultaneamente, é necessário estabelecer protocolos rigorosos de manipulação, conservação, transporte e eventual exposição das peças, assegurando que todas as operações respeitam normas técnicas e princípios éticos. Estes procedimentos devem ser documentados e integrados numa política global de gestão de risco, incluindo planos de contingência para incêndios, inundações ou falhas técnicas. A incorporação sistemática destas medidas no plano museológico contribui para a salvaguarda efetiva do acervo, reforçando a consistência, fiabilidade e credibilidade institucional. Ao adotar uma abordagem preventiva e estruturada face aos riscos, o museu afirma-se como entidade responsável, capaz de gerir património sensível e de elevado valor científico de forma segura e sustentável.

A dissertação evidenciou o potencial do Museu de Medicina Legal como espaço de interseção entre ciência, cultura e sociedade. Para além da preservação patrimonial, o museu pode afirmar-se como centro de divulgação científica, aproximando o conhecimento produzido na medicina legal a públicos diversos. Esta missão concretiza-se através de estratégias pedagógicas estruturadas, orientadas a diferentes perfis de visitantes — desde públicos escolares a profissionais e à comunidade em geral — promovendo literacia científica e uma compreensão crítica dos processos relacionados com a justiça, investigação forense e corpo humano. Esta dimensão é particularmente relevante num contexto contemporâneo em que se exige tornar saberes especializados mais acessíveis, contribuindo para a formação de cidadãos informados e participativos. O plano de comunicação e mediação digital evidencia ainda o papel das ferramentas e plataformas digitais na ampliação do alcance do museu, ultrapassando os limites físicos da instituição e criando novas formas de interação com os públicos. A integração de conteúdos digitais, recursos interativos e estratégias online reforça a acessibilidade e potencia experiências mais envolventes, adaptadas às necessidades de diferentes gerações de visitantes, consolidando o museu como espaço educativo, científico e cultural.

Do ponto de vista institucional, a criação do museu poderá reforçar significativamente a visibilidade e o reconhecimento do INMLCF-DN, projetando-o para além das funções técnico-científicas tradicionais. Ao incorporar uma dimensão museológica estruturada e orientada para públicos diversos, a instituição afirma-se não apenas como referência na medicina legal, mas também como agente ativo nas esferas cultural, educativa e científica. Esta expansão promove uma relação mais direta e significativa com a sociedade. A valorização institucional associada ao museu assenta numa estratégia consistente de mediação e comunicação, capaz de traduzir o conhecimento especializado em conteúdos acessíveis, rigorosos e socialmente relevantes. Tal reforça a imagem pública do INMLCF-DN e consolida a sua identidade enquanto instituição comprometida com a disseminação do saber e com o serviço à comunidade. O museu abre oportunidades para estabelecer parcerias estratégicas com universidades, centros de investigação, instituições culturais e organismos públicos e privados,

fomentando projetos interdisciplinares e iniciativas conjuntas nas áreas da educação, divulgação científica e valorização patrimonial. A integração em redes de cooperação, nacionais e internacionais, promove a circulação de conhecimento, a partilha de boas práticas e o acesso a recursos especializados, contribuindo para a inovação e qualificação contínua das atividades do instituto. Assim sendo, a criação do museu reforça o posicionamento do INMLCF-DN no panorama científico e museológico, promovendo dinâmicas de atuação mais abertas, colaborativas e alinhadas com os desafios contemporâneos das instituições culturais, consolidando simultaneamente o seu papel como espaço de referência em ciência, educação e cultura.

No entanto, importa reconhecer que a concretização efetiva do projeto dependerá de um conjunto de fatores que extravasam o âmbito da presente dissertação. Entre estes, destacam-se a disponibilidade de recursos financeiros, a definição de uma estrutura organizacional adequada, o envolvimento dos decisores responsáveis e a articulação com entidades externas. A implementação do museu exigirá, assim, um compromisso institucional claro e sustentado, bem como a mobilização de competências técnicas especializadas. Assim sendo, o trabalho aqui desenvolvido deve ser entendido como um primeiro passo estruturado e fundamentado, que estabelece as bases para futuras decisões e desenvolvimentos. Longe de esgotar a complexidade do processo de criação de um museu, a dissertação oferece um quadro de referência que poderá ser aprofundado, ajustado e operacionalizado em fases posteriores. Entre as perspectivas futuras, destaca-se a necessidade de aprofundar estudos específicos em áreas como o design expositivo, a experiência do visitante, a avaliação de públicos e o desenvolvimento de conteúdos digitais. A integração de tecnologias interativas e de soluções de mediação inovadoras poderá desempenhar um papel importante na construção de uma experiência museológica envolvente e acessível.

Adicionalmente, a evolução e o desenvolvimento futuro deste projeto poderão beneficiar significativamente da realização de estudos comparativos aprofundados com outras instituições congêneres, sejam elas de âmbito nacional ou de projeção internacional, permitindo assim uma análise detalhada das diferentes estratégias, metodologias e práticas implementadas por museus semelhantes. Este exercício

comparativo possibilitará identificar boas práticas consolidadas, avaliar soluções que se revelaram eficazes noutros contextos e adaptar essas experiências às particularidades e exigências específicas do presente projeto. A incorporação desta dimensão comparativa não se limita à simples observação de modelos externos, mas envolve uma reflexão crítica sobre a aplicabilidade de diferentes abordagens, a adequação a contextos diversos e a possibilidade de inovação baseada em experiências comprovadas. Além disso, esta análise permite antecipar desafios potenciais e encontrar respostas estratégicas que contribuam para a sustentabilidade e eficiência operacional do museu. A adoção de uma perspectiva comparativa poderá desempenhar um papel determinante na melhoria contínua da qualidade do projeto, ao oferecer parâmetros de referência claros e exemplos de implementação bem-sucedida, contribuindo igualmente para o reforço da competitividade e da relevância do museu no panorama museológico contemporâneo, nacional e internacional.

Por fim, importa sublinhar que o valor desta dissertação reside não apenas nos resultados alcançados, mas também na metodologia adotada, que articula reflexão teórica e aplicação prática de forma consistente. Ao propor um plano exequível para a criação de um Museu de Medicina Legal, este trabalho demonstra que a investigação académica pode desempenhar um papel ativo na transformação da realidade, contribuindo para a concretização de projetos com impacto científico, cultural e social. Assim, as considerações finais aqui apresentadas reforçam a ideia de que o caminho para a criação do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN se encontra, com este trabalho, claramente delineado. A sua concretização dependerá agora da capacidade de transformar este plano em ação, dando continuidade ao percurso iniciado e materializando uma iniciativa que tem o potencial de se afirmar como uma referência no panorama museológico e científico nacional.

Referências Bibliográficas

- AAM (2026). *Collections Stewardship Resources*. Disponível em: <https://www.aam-us.org/topic/collections-stewardship/>
- Alberti, Samuel J. M. M. (2005). Objects and the Museum. *Isis* 96 (4), 59–571.
- Alberti, Samuel J. M. M., Piotr Bienkowski, Malcolm J. Chapman e Rose Drew (2009). Should We Display the Dead? *Museum & Society* 7 (3), 133–149. Disponível em: <https://journals.le.ac.uk/index.php/mas/article/view/144/158>
- Alves, Rita Sá (2013). *A Importância da Peritagem e Avaliação para os Seguros de Obras de Arte*. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7283/1/master_rita_sa_alves.pdf
- Andrade, Renata (2020). Museu Inclusivo é Museu Acessível: Importância do Design Universal na promoção da acessibilidade na cultura. *Museologia & Interdisciplinaridade* 10 (20), 1-12. <https://doi.org/10.26512/museologia.v10i20.33960>
- Araújo, Anderson Henrique dos Santos e João Paulo Celestino Lima (2021). Planejamento Estratégico em Museus Públicos: Uma Análise Cienciométrica. *Revista Mouseion* 38, 1-17. <https://doi.org/10.18316/mouseion.v0i38.8367>
- arteseuro (2026). *Seguro para Museos*. Disponível em: <https://www.arteseuro.es/nuestros-productos/seguro-para-museos>
- Ashley-Smith, Jonathan (1999). *Risk Assessment for Object Conservation*. Londres: Routledge.
- Assembleia da República (2005). *Constituição da República Portuguesa*. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/paginas/constituicaorepublikaportuguesa.aspx>
- Associação Portuguesa para a Qualidade (2018). *ISO 3100 – Gestão de Risco*. Disponível em: <https://apq.pt/iso-31000-gestao-do-risco/>

- Baca, Murtha (ed.) (2016). *Introduction to Metadata*. 3ª Edição. Los Angeles, CA: Getty Research Institute.
- Bearman, David (2008). Representing Museum Knowledge. In Paul F. Marty e Katherine Burton Jones (eds.). *Museum Informatics: People, Information, and Technology in Museums*. 35-58. New York, NY: Routledge.
- Bennett, Tony (1995). *The Birth of the Museum: History, Theory, Politics*. Londres: Routledge.
- Bernardino, Susana e J. Freitas Santos (2021). Perceções da Importância da Gestão dos Recursos Financeiros e Desempenho Organizacional: Dependência ou Sustentabilidade das Organizações Sociais em Portugal? *European Journal of Applied Business and Management* 7 (1), 23-41. Disponível em: <https://nidisag.isag.pt/index.php/IJAM/article/download/522/pdf>
- Black, Graham (2012). *Transforming Museums in the Twenty-First Century*. Londres: Routledge.
- _____. (2005). *The Engaging Museum: Developing Museums for Visitor Involvement*. Londres: Routledge.
- Boylan, Patrick J. (ed.) (2004). *Running a Museum: A Practical Handbook*. Paris: ICOM. Disponível em: <https://icom.museum/en/ressource/running-a-museum-a-practical-handbook/>
- Brigola, João (2016). *Museus, Património e Ciência. Ensaios de História da Cultura*. Évora: Publicações do CIDEHUS. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/14007>
- Brigola, João, Madalena Braz Teixeira, António Nabais e Fernando António Baptista Pereira (2003). Perspectiva Histórica da Evolução do Conceito de Museu e Breve História da Legislação sobre Política Museológica em Portugal. *Lugar em Aberto. Revista da APOM* 1, 32-45. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/24100>

- Bryson, John M. (2018). *Strategic Planning for Public and Nonprofit Organizations*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Buck, Rebecca A. e Jean Allman Gilmore (2011). *Museum Registration Methods*. 5ª Edição. Arlington, VA: The AAM Press/American Association of Museums.
- Burke, Peter. *A Social History of Knowledge II: From the Encyclopaedia to Wikipedia*. Cambridge: Polity Press, 2012.
- Burney, Ian e Neil Pemberton (2016). *Murder and the Making of English CSI*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Câmara dos Deputados (2017). *Legislação sobre Museus*. 3ª Edição. Brasília: Edições Câmara. Disponível em:
https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/14599/legislacao_museus_3ed.pdf
- Cameron, Fiona (2007). Beyond the Cult of the Replicant: Museums and Historical Digital Objects – Traditional Concerns, New Discourses. In Fiona Cameron e Sarah Kenderdine (eds.). *Theorizing Digital Cultural Heritage: A Critical Discourse*. 49-76. Cambridge, MA: MIT Press.
- Cameron, Fiona e Sarah Kenderdine (eds.) (2007). *Theorizing Digital Cultural Heritage: A Critical Discourse*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Canadian Conservation Institute (2018). *Preventive Conservation Guidelines for Collections*. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/preventive-conservation/guidelines-collections.html>
- Caplan, Jane (ed.) (2000). *Written on the Body: The Tattoo in European and American History*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Caple, Chris (ed.) (2012). *Preventive Conservation in Museums*. Londres: Routledge.
- Católica-Lisbon (2022). *Programa Executivo em Gestão e Museologia/Plano de Estudos/Católica-Lisbon*. Disponível em: <https://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/pt-pt/programa-executivo-em-gestao-e-museologia/plano-de-estudos>

CCI (2025). *Agents of Deterioration*. Disponível em:

<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration.html>

Chagas, Mario, Judite Primo, Claudia Storino e Paula Assunção (2018). A Museologia e a Construção de sua Dimensão Social: Olhares e Caminhos. *Cadernos de Sociomuseologia* 55 (11), 73–101. <https://doi.org/10.36572/csm.2018.vol.55.03>

Ciliberti, Rosagemma, Ezio Fulcheri, Paolo Petralia e Anna Siri. Sharing Ethics of Displaying Human Remains in Museums. *Medicina Historica* 4 (3), e2020022.

Disponível em:

<https://mattioli1885journals.com/index.php/MedHistor/article/view/11141/9580>

Coelho, Carla, José Luiz Pederzoli Jr., Simon Lambert e Irene Karsten (2023). *Sharing is Caring – Risk Management in Museums: A Collaborative Tool for Cultural Heritage Managers*. Disponível em: <https://icom.museum/en/news/sharing-is-caring-risk-management-in-museums-a-collaborative-web-based-tool-for-cultural-heritage-managers/>

Collections Trust (2022). *Spectrum*. Disponível em:

<https://collectionstrust.org.uk/spectrum/>

_____. (2018). *BS EN 16893:2018 Conservation of Cultural Heritage*. Disponível em:

<https://collectionstrust.org.uk/resource/bs-en-168932018-conservation-of-cultural-heritage/>

Comunidade Cultura e Arte (2024). *Proposta de Lei de Mecenato Cultural prevê ‘Vistos Gold’ a Contribuir para Fundo de Aquisições de Obras de Arte para Museus e Palácios Nacionais*. Disponível em:

<https://comunidadeculturaearte.com/proposta-de-lei-de-mecenato-cultural-preve-vistos-gold-a-contribuir-para-fundo-de-aquisicoes-de-obras-de-arte-para-museus-e-palacios-nacionais/>

- Comissão Europeia (2023). *Programa Europa Criativa*. Disponível em:
<https://culture.ec.europa.eu/pt-pt/creative-europe/about-the-creative-europe-programme>
- _____. (2006). *The Economy of Culture in Europe*. Disponível em:
https://ec.europa.eu/assets/eac/culture/library/studies/cultural-economy_en.pdf
- Conselho Europeu (2005). *Convention on the Value of Cultural Heritage for Society (Faro Convention, 2005)*. Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/faro-convention>
- Cook, Harold J. (2011). The History of Medicine and the Scientific Revolution. *Isis* 102 (1), 102-108.
- COSTA, Icléia Thiesen Magalhães (1997). *Memória Institucional: A Construção Conceitual numa Abordagem Teórico-Metodológica*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:
<https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/686/1/icleiacosta1997.pdf>
- Cultura Portugal (2025). *NORTE 2030 Lança Linhas de Financiamento para Museus de Território e Património Cultural*. Disponível em:
<https://culturaportugal.gov.pt/pt/saber/2025/01/norte-2030-lanca-linhas-de-financiamento-para-museus-de-territorio-e-patrimonio-cultural/>
- Daston, Lorraine (ed.) (2000). *Biographies of Scientific Objects*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Dahlstrom, M. F. (2014). Using Narratives and Storytelling to Communicate Science. *PNAS* 111 (4), 13614-13620. <https://doi.org/10.1073/pnas.1320645111>
- Delicado, Ana. (2017). As Múltiplas Funções do Património Museal da Saúde. *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical* 17, 9-11.
<https://doi.org/10.25761/anaisihmt.288>
- Deterding, Sebastian, Dan Dixon, Rilla Khaled e Lennart Nacke (2011). From Game Design Elements to Gamefulness: Defining Gamification. *MindTrek '11*:

*Proceedings of the 15th International Academic MindTrek Conference:
Envisioning Future Media Environments*, 9-15.

<https://doi.org/10.1145/2181037.2181040>

Desvallées, André e François Mairesse. *Key Concepts of Museology*. Paris: Armand Colin, 2010. Disponível em: <https://www.icom-italia.org/wp-content/uploads/2018/02/ICOMItalia.KeyconceptsofMuseology.Pubblicazioni.2010.pdf>

Deutscher Musems Bund (2021). *Care of Human Remains in Museums and Collections*. Disponível em: <https://www.museumbund.de/wp-content/uploads/2021/07/dmb-leitfaden-umgang-menschl-ueberr-en-web-20210625.pdf>

Dewey, John (1938). *Experience and Education*. Indianapolis, IN: Kappa Delta Pi.

DGPR TEXT (2018). *Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD, GDPR)*. Disponível em: <https://gdpr-text.com/pt/>

Diário da República (2025a). *Despacho Normativo nº 4/2025, de 8 de abril*. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/4-2025-914194415>

_____ (2025b). *Regulamento nº 615/2025, de 16 de maio*. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/regulamento/615-2025-918365773>

_____ (2023a). *Decreto-Lei nº 78/2023, de 4 de setembro*. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/78-2023-221225699>

_____ (2023b). *Decreto-Lei nº 79/2023, de 4 de setembro*. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/79-2023-221225700>

_____ (2023c). *Lei nº 82/2023, de 29 de dezembro*. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/82-2023-835864042>

_____ (2022). *Decreto-Lei nº 53/2022, de 12 de agosto*. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/53-2022-187413389>

- _____ (2020). *Regulamento nº 852/2020, de 7 de outubro*. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/regulamento/852-2020-144756988>
- _____ (2019). *Lei nº 58/2019, de 8 de agosto*. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/58-2019-123815982>
- _____ (2012). *Decreto-Lei nº 166/2012, de 31 de julho*. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/166-2012-179288>
- _____ (2008a). *Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro*. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/18-2008-248178>
- _____ (2008b). *Decreto-Lei nº 72/2008, de 16 de abril*. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/72-2008-249804>
- _____ (2008c). *Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro*. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/220-2008-439866>
- _____ (2008c). *Portaria nº 1532/2008, de 29 de dezembro*. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/1532-2008-444380>
- _____ (2009). *Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas*. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2007-34556775>
- _____ (2006b). *Despacho Normativo nº 3/2006, de 25 de janeiro*. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/3-2006-542018>
- _____ (2006a). *Lei nº 27/2006, de 3 de julho*. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/27-2006-537862>
- _____ (2004). *Lei nº 47/2004, de 19 de agosto*. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/47-2004-480516>
- _____ (2001). *Lei nº 107/2001, de 8 de setembro*. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/107-2001-629790>
- _____ (1999). *Decreto-Lei nº 274/99, de 22 de julho*. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/274-1999-354704>

- _____. (1985). *Decreto do Governo nº 26/85, de 26 de julho*. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-governo/26-1985-180014>
- Direção-Geral das Artes (2026). *Mecenato Cultural*. Disponível em:
https://www.dgartes.gov.pt/pt/servicos/mecenato_cultural
- Direção-Geral da Educação (2024). *Educação Inclusiva*. Disponível em:
<https://www.dge.mec.pt/educacao-inclusiva>
- Doerr, Martin (2003). The CIDOC Conceptual Reference Model: An Ontological Approach to Semantic Interoperability of Metadata. *AI Magazine* 24 (3), 75–92.
<https://doi.org/10.1609/aimag.v24i3.1720>
- Dorge, Valerie e Sharon L. Jones (1999). *Building an Emergency Plan: A Guide for Museums and Other Cultural Institutions*. Los Angeles, CA: Getty Conservation Institute. Disponível em:
https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/emergency.html
- Ducourau, Caroline (2023). Preserving and Exhibiting Human Remains from the Anatomical Collection of the University of Montpellier Faculty of Medicine. In Jakob Fuchs, Christoph Herm e Ivo Mohrmann (eds.). *Humananatomische Präparate / Human Anatomical Preparations: Geschichte, Herstellungstechniken und Ethik in der Konservierung / History, Manufacturing Techniques and Ethics in Conservation*. 108–117. Heidelberg: arthistoricum.net.
<https://doi.org/10.11588/arthistoricum.1179.c16175>
- Elnaggar, Abdelrazek, Mahmoud Said, Ida Kraševic e Aly Said (2024). Risk Analysis for Preventive Conservation of Heritage Collections in Mediterranean Museums: Case Study of the Museum of Fine Arts in Alexandria. *Heritage Science* 12 (59), 1-17. <https://doi.org/10.1186/s40494-024-01170-z>
- Falk, John H. (2006). An Identity-Centered Approach to Understanding Museum Learning. *Curator, The Museum Journal* 49 (2), 151-166.

Falk, John H. e Lynn D. Dierking (2013). *The Museum Experience Revisited*. Londres: Routledge.

_____ (2000). *Learning from Museums: Visitor Experiences and the Making of Meaning*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press.

Fidelidade (2026). *Responsabilidade Civil*. Disponível em:
<https://www.fidelidade.pt/PT/empresas/ofertaempresas/Responsabilidades/Responsabilidade-Civil/Paginas/default.aspx>

Filipe, Ana (2014). *Instituto de Medicina Legal do Porto*. Disponível em:
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21385

Filipe, Graça, Conceição Serôdio, Leonor Calvão Borges e Ana Margarida Dias da Silva (2020). Reflexão sobre Políticas Públicas e Gestão de Acervos em Instituições de Memória em Portugal. *Midas 2* (1), 1-19. <https://doi.org/10.4000/midas.2704>

Galison, Peter (1997). *Image and Logic: A Material Culture of Microphysics*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Galison, Peter L. e Emily A. Thompson (eds.) (1999). *The Architecture of Science*. Cambridge, MA: MIT Press.

Garcia, Ana, Clara Mineiro e Josélia Neves (2017). *Guia de Boas Práticas de Acessibilidade – Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus*. Lisboa: Turismo de Portugal. Disponível em:
https://www.acessibilidade.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/2017_com_inclusiva_monumentos_palacios_museus.pdf

Gee, James Paul (2007). *What Video Games Have to Teach Us About Learning and Literacy*. 2ª Edição. New York, NY: St. Martin's Griffin.

Generali Tranquilidade (2026). *Seguro Cyber Risks*. Disponível em:
<https://www.generalitranquilidade.pt/empresas/seguros/outras-ofertas/cyber-risks>

- Giaccardi, Elisa (ed.) (2012). *Heritage and Social Media: Understanding Heritage in a Participatory Culture*. Londres: Routledge.
- Gilliland, Anne J. (2016). Setting the Stage. In Murtha Baca (ed.). *Introduction to Metadata*. 3ª Edição. Los Angeles, CA: Getty Research Institute. Disponível em: <https://www.getty.edu/publications/intrometadata/setting-the-stage/>
- Gouveia, João, Fernando Branco, Armanda Rodrigues e Nuno Correia (2024). Project Lx Conventos: Travelling through Space and Time in Lisbon's Religious Buildings. *arXiv:2410.19455*. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2410.19455>
- Graham, Brian (2002). Heritage as Knowledge: Capital or Culture?. *Urban Studies* 39 (5/6), 1003-1017. <https://doi.org/10.1080/00420980220128426>
- Greenberg, R., Bruce W. Ferguson e Sandy Nairne (eds.) (1996). *Thinking About Exhibitions*. Londres: Routledge.
- Hallam, Elizabeth (2016). *Anatomy Museum: Death and the Body Displayed*. Londres: Reaktion Books.
- Harrison, Rodney (2012). *Heritage: Critical Approaches*. Londres: Routledge.
- Haynes, David (2018). *Metadata for Information Management and Retrieval: Understanding Metadata and Its Use*. 2ª Edição. Londres: Facet Publishing.
- Hein, George E. (1998). *Learning in the Museum*. Londres: Routledge.
- Holt, Douglas B. (1995). *How Brands Become Icons: The Principles of Cultural Branding*. Boston, MA: Harvard Business Review Press.
- Hooper-Greenhill, Eilean (2007). *Museums and Education: Purpose, Pedagogy, Performance*. Londres: Routledge.
- _____ (2000). *Museums and the Interpretation of Visual Culture*. Londres: Routledge.
- Howden Portugal (2026). *Seguro de Arte e Coleções*. Disponível em: <https://www.howdengroup.com/pt-pt/cover/fine-art-insurance>
- Ibermuseus (2025). *Panorama dos Museus: Portugal*. Disponível em: <https://www.iber museos.org/pt/panorama-dos-museus-portugal/>

ICCROM (2026). *Preventive Conservation*. Disponível em:

<https://www.iccrom.org/projects/preventive-conservation>

ICOM (2026). *Standards and Guidelines*. Disponível em:

<https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/>

_____ (2025). *Code of Ethics*. Disponível em:

<https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/code-of-ethics/>

_____ (2022). *Museum Definition*. Disponível em:

<https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>

_____ (2004). *Running a Museum: A Practical Handbook*. Paris. ICOM. Disponível em:

https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/practical_handbook.pdf

ICOM Portugal (2023). *Cultura e Desenvolvimento Local: Maximizar o Impacto – Um*

Guia para a Administração Local, Comunidades e Museus. Disponível em:

<https://icom-portugal.org/2023/12/28/cultura-e-desenvolvimento-local-maximizar-o-impacto-um-guia-para-a-administracao-local-comunidades-e-museus/>

INMLCF-DN (2025). *Plano de Atividades 2025*. Disponível em:

https://inmlcf.justica.gov.pt/Portals/28/Documentos/Planos_Atividades/PA_2025.pdf?ver=IScxciSd3bSuoiDQ5fDRA%3D%3D

INMLCF, I. P. (2026a). *Quem Somos*. Disponível em: <https://inmlcf.justica.gov.pt/Sobre-o-INMLCF/Quem-somos>

_____ (2026b). *Missão, Visão e Valores*. Disponível em:

<https://inmlcf.justica.gov.pt/Sobre-o-INMLCF/Missao-visao-e-valores>

Instituto Brasileiro de Museus (2023). *Gestão de Riscos*. Disponível em:

<https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-saber-museu/temas/gestao-de-riscos>

_____ (2021). *Gestão de Risco ao Patrimônio Musealizado*. Disponível em:

<https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e->

programas/programas-projetos-aco-es-obras-e-atividades/gestao-de-risco-ao-patrimonio-musealizado

ISO (2018). *ISO 31000:2018 Risk Management – Guidelines*. Disponível em:

<https://www.iso.org/standard/65694.html>

Jenkins, Tiffany (2011). *Contesting Human Remains in Museum Collections: The Crisis of Cultural Authority*. Londres: Routledge.

Jokilehto, Jukka (1999). *A History of Architectural Conservation*. Tese de

Doutoramento, Universidade de York. Disponível em:

https://www.iccrom.org/sites/default/files/ICCROM_05_HistoryofConservation00_en.pdf

Jones, D. Gareth e Maja I. Whitaker (2013). The Contested Realm of Displaying Dead Bodies. *Journal of Medical Ethics* 39 (10), 652–653.

Jordanova, Ludmilla (2012). *The Look of the Past: Visual and Material Evidence in Historical Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

Jornal de Notícias (2024). *Orçamento do Estado 2025: Cultura*. Disponível em:

<https://www.jn.pt/cultura/artigo/orcamento-reforca-investimento-na-cultura-com-aumento-de-219-e-foco-na-descentralizacao/18007229>

Jung, Yuha, Rachel Shane e Jaleesa Wells (eds.) (2025). *Financial Management in Museums: Theory, Practice, and Context*. Londres: Routledge.

Kapp, Karl M. (2012). *The Gamification of Learning and Instruction: Game-based Methods and Strategies for Training and Education*. San Francisco. CA: Pfeiffer.

Karp, Ivan, Christine Mullen Kreamer e Steven Levine (eds.) (1992). *Museums and Communities: The Politics of Public Culture*. Washington, DC: American Association of Museums.

Kelly, Lynda (2007). Visitors and Learning: Adult Museum Visitors' Learning Identities.

In Simon J. Knell, Suzanne Macleod e Sheila Watson (eds.). *Museum*

Revolutions: How Museums Change and Are Changed. 276–290. Londres: Routledge.

- Kenderdine, Sarah (2016). "Embodiment, Entanglement, and Immersion in Digital Cultural Heritage". In Susan Schreibman, Ray Siemens e John Unsworth (eds.). *A New Companion to Digital Humanities*. 22-41. Hoboken, NJ: Wiley.
- Kidd, Jenny (2018). *Museums in the New Mediascape: Transmedia, Participation, Ethics*. Londres: Routledge.
- Knell, Simon J., Suzanne Macleod e Sheila Watson (eds.). *Museum Revolutions: How Museums Change and Are Changed*. Londres: Routledge.
- Kotler, Neil e Philip Kotler (2000). *Museum Marketing and Strategy: Designing Missions, Building Audiences, Generating Revenue and Resources*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Lima, Leilane Patricia de (2021). Os Elementos Comunicacionais dos Museus Portugueses em Evidência: Resultados e Reflexões. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 36, 148-160. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2021.162530>
- Lohman, Jack e Katherine Goodnow (eds.) (2006). *Human Remains and Museum Practice*. Londres: UNESCO/Museum of London.
- Lopes, Romilda Aparecida, Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior, Inácio Botto Ferreira e Gustavo Felizardo Reis (2025). Museus na Contemporaneidade Entre Preservação, Educação e Lazer como Espaços de Cidadania. *Interference: A Journal of Audio Culture* 11 (2), 9812-9831. <https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p9812-9831>
- Lord, Barry, Gail Dexter Lord e Lindsay Martin (eds.) (2012). *Manual of Museum Planning: Sustainable Place, Facilities, and Operations*. 3ª Edição. Walnut Creek, CA: AltaMira Press.
- Lord, Gail Dexter (2024). *The Manual of Museum Management*. 3ª Edição. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers.

- Lorusso, Salvatore, Andrea Natali e Franco Palla (2022). *Risk Management in the Cultural Heritage Sector: Museums, Libraries and Archives*. Roma: L'Erma Di Bretschneider.
- Lusa (2025). *Governo Aprova Nova Lei de Mecenato Cultural que Abre Porta a Apoio a Projetos*. Disponível em: <https://www.lusa.pt/article/46219888/governo-aprova-nova-lei-de-mecenato-cultural-que-abre-porta-a-apoio-a-projetos>
- Lusitania (2026). *Seguro Responsabilidade Civil Profissional*. Disponível em: <https://www.lusitania.pt/empresas/seguro-responsabilidade-civil/profissional/>
- Macdonald, Sharon (ed.) (2011). *A Companion to Museum Studies*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- _____ (2002). *Behind the Scenes at the Science Museum*. Londres: Routledge.
- Machado, Maria Francisca (2025). A Inclusão e a Acessibilidade em Museus: O Estudo de Caso do Museu Nacional Soares dos Reis. *Cadernos IS-UP*, 7, 19-26. https://ojs.letras.up.pt/index.php/Cadernos-ISUP_1/issue/view/970
- MacLeod, Suzanne (2005). Rethinking Museum Architecture: Towards a Site-Specific History of Production and Use. In Suzanne MacLeod (ed.). *Reshaping Museum Space: Architecture, Design, Exhibitions*. 9-25. Londres: Routledge.
- Magalhães, Anabela, Alice Semedo e Susana Medina (2020). Modelo de Registo de Dados para as Coleções de História Natural. Estudo de Caso: Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto. *Museologia & Interdisciplinaridade* 11, 289-303. <https://doi.org/10.26512/museologia.v11iEspecial.42852>
- MAPFRE (2026). *Cyber ON*. Disponível em: <https://www.mapfre.pt/empresas/seguros-patrimonio/cyber-on/>
- Martins, Patrícia Roque (2023). Museus e Representações Culturais da Deficiência: Entre uma Identidade Individual e uma História Coletiva. *Cadernos de Sociomuseologia* 68 (2), 31-42. <https://doi.org/10.60543/csm.v68i24.9827>

- Marty, Paul F. e Katherine Burton Jones (eds.). *Museum Informatics: People, Information, and Technology in Museums*. New York, NY: Routledge.
- Merritt, Elizabeth E. (2005). *Covering Your Assets: Facilities and Risk Management in Museums*. Washington, DC: American Alliance of Museums.
- Michalski, Stefan e José Luiz Pedersoli Jr. (2016). *The ABC Method: A Risk Management Approach to the Preservation of Cultural Heritage*. Ottawa: Canadian Conservation Institute. Disponível em:
https://www.iccrom.org/sites/default/files/2017-12/risk_manual_2016-eng.pdf
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2025). *Boletim do Trabalho e Emprego* 17, 92. Disponível em:
https://bte.gep.msess.gov.pt/completos/2025/bte17_2025.pdf
- Mintzberg, Henry (2009). *Managing*. San Francisco, CA: Berrett-Koehler Publishers.
- Moltó Orts, Maite; Juan Valcarcel Andrés e Julia Osca Pons (2010). La Manipulación de Obras de Arte en Exposiciones Temporales. *Arché* 4-5, 215-220. Disponível em:
<https://riunet.upv.es/server/api/core/bitstreams/5b6da0c3-9bbb-48d1-9741-9378879866a4/content>
- Monza, Francesca e Marta Licata (2015). Anatomical Preparations in Museums. A Special Category of Cultural Heritage. *Medicina nei secoli. Journal of History of Medicine and Medical Humanities* 27 (2), 615-628. Disponível em:
https://rosa.uniroma1.it/rosa01/medicina_nei_secoli/article/view/1566/1444
- Museu Nacional Soares dos Reis (2026). *Recrutamento de Técnico Superior para a área da Gestão de Coleções*. Disponível em:
<https://museusoaresdosreis.gov.pt/recrutamento-gestao-colecoes/>
- _____. (2025). *II Jornada Ibero-Americana Museus e Sustentabilidade*. Disponível em:
<https://www.even3.pt/e/jornada-educacion-sostenibilidad-ibermuseos/>
- Museus e Monumentos (2025). *Museus: Guardiões da História, Catalisadores de Cidadania*. Disponível em: <https://www.museusemonumentos.pt/pt/noticia-com/museus-guardioes-da-historia-catalisadores-de-cidadania>

- Museus e Monumentos de Portugal (2025a). *II Jornada Ibero-Americana Museus e Sustentabilidade*. Disponível em:
<https://www.museusemonumentos.pt/en/agenda/ii-jornada-ibero-americana-museus-e-sustentabilidade>
- Museus e Monumentos de Portugal (2025b). *Relatório de Execução Orçamental*. Disponível em:
https://backend.museusemonumentos.pt/uploads/Relatorio_execucao_orcamental_1trim2025_c0f3e310e1.pdf
- Neves, José Soares (2021). Políticas Culturais de Museus em Portugal: Ciclos e Processos de Reflexão Estratégica Participada. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais* 13, 13-28. <https://doi.org/10.21814/rep.13.0.24633>
- NORTE 2030 (2024). *O Futuro é mais a Norte*. Disponível em:
<https://www.norte2030.pt/o-programa/>
- Ocidental (2026). *Responsabilidade Civil | Exploração*. Disponível em:
<https://www.ocidental.pt/seguros/empresas/responsabilidades/responsabilidade-civil-exploracao/>
- Owens, Trevor (2018). *The Theory and Craft of Digital Preservation*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Parry, Ross (2013). The End of the Beginning: Normativity in the Postdigital Museum. *Museum Worlds* 1, 24-39. <https://doi.org/10.3167/armw.2013.010103>
- _____ (ed.) (2010). *Museums in a Digital Age*. Londres: Routledge.
- _____ (2007). *Recoding the Museum: Digital Heritage and the Technologies of Change*. Londres: Routledge.
- Património Cultural (2025a). *Património Cultural 360 – Património Cultural Português vai ser disponibilizado em formato digital*. Disponível em:
<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/2025/01/patrimonio-cultural-360-patrimonio-cultural-portugues-vai-ser-disponibilizado-em-formato-digital/>

- _____ (2025b). *Enquadramento Legal*. Disponível em:
<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/instituicao/enquadramento-legal/>
- Paul, Christiane (2015). *Digital Art*. 3ª Edição. Londres: Thames & Hudson.
- Pearce, Susan M. (1992). *Museums, Objects and Collections: A Cultural Study*.
Leicester: Leicester University Press.
- Pedersoli Jr., José Luiz, Catherine Antomarchi e Stefan Michalski (2016). *A Guide to Risk Management of Cultural Heritage*. Roma e Ottawa: ICCROM e CCI. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/Guide-to-Risk-Managment_English.pdf
- Pinheiro, Maria Inês Serrazina Gomes (2018). *Seguros de Obras de Arte: A Insuficiência da Declaração Inicial de Risco e a Importância da Peritagem e Avaliação*.
Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa. Disponível em:
<https://repositorio.ucp.pt/bitstreams/2b552855-0ffa-4d02-be78-5f60bacb23fc/download>
- Porto dos Museus (2024). *Programa de Mentoria Acesso Cultura: Candidaturas a Decorrer*. Disponível em: <https://pportodosmuseus.pt/2024/01/31/programa-de-mentoria-acesso-cultura-candidaturas-a-decorrer/>
- Rangel, Aparecida Mariana de Souza e Márcia Pinheiro Ferreira (2023). Acervo Museológico e Biografia dos Objetos. *Revista Museologia e Patrimônio* 16 (1), 9-41. <https://doi.org/10.52192/1984-3917.2023v16n1p9-41>
- Rede Portuguesa de Museus (2026a). *Missão*. Disponível em:
<https://redeportuguesademuseus.gov.pt/en/missao>
- _____ (2026b). *ProMuseus 2025*. Disponível em:
https://redeportuguesademuseus.gov.pt/pro-museus/promuseus_2025
- _____ (2024). *Relatório Rede Portuguesa de Museus 2023*. Disponível em:
<https://www.culturaportugal.gov.pt/media/12431/rede-museus-brochura-vpdf.pdf>

- _____. (2000). *Rede Portuguesa de Museus*. Disponível em:
<https://www.museusemonumentos.pt/pt/pagina/rede-portuguesa-de-museus>
- Reis, Catarina dos e Luís Teixeira (2024). Investigação em Curso sobre Abordagens Holísticas às Estratégias Digitais em Museus. *VIII Colóquio Interprogramas: Comunicação, Tecnologia E Inovação Social*, 1-13. Disponível em:
<https://repositorio.ucp.pt/bitstreams/6b44856d-b492-4a39-b3d6-11fbe2ee3cfc/download>
- Ribeiro, Carla Maria Marques (2014). *A Tutela Jurídico-Administrativa do Património Cultural. Em Especial, os Museus*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra. Disponível em:
<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/31526/3/A%20Tutela%20Jur%C3%ADdico-Administrativa%20do%20Patrim%C3%B3nio%20Cultural.pdf>
- Sandell, Richard (2007). *Museums, Prejudice and the Reframing of Difference*. Londres: Routledge, 2007.
- _____. (2002). *Museums, Society, Inequality*. Londres: Routledge.
- Sappol, Michael (2001). *A Traffic of Dead Bodies: Anatomy and Embodied Social Identity in Nineteenth-Century America*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Schreibman, Susan, Ray Siemens e John Unsworth (eds.) (2016). *A New Companion to Digital Humanities*. Hoboken, NJ: Wiley.
- Schunk Group (2026). *Seguro de Arte*. Disponível em: <https://www.schunck.es/seguro-de-arte/>
- Seguitex (2026). *Seguro de Obras de Arte: O que Cobre*. Disponível em:
<https://www.seguitex.pt/seguro-de-obras-de-arte-o-que-cobre/>
- Semedo, Alice e J. Teixeira Lopes (coords.) (2006). *Museus, Discursos e Representações*. Porto: Edições Afrontamento.

- Seyidova, Zenfira (2026). Collection Management in Museums: Conservation, Risk Management, and Climate Control Protocols. *Acta Globalis Humanitatis Et Linguarum* 3 (1), 65-81. <https://doi.org/10.69760/aghel.026001007>
- Silva, Camila Cristina da (2023). *Gestão Financeira de Projetos Culturais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- Silva, Carlos Guardado da (2024). Da Inter à Transdisciplinaridade: Uma Proposta de Formação Integrada para Arquivistas, Bibliotecários E Museólogos. In Zeny Duarte; José Carlos Sales dos Santos e Salim Silva Souza (orgs.). *Diálogos Interdisciplinares: Perspectivas Integradoras de Unidades de Informação, Documentação e Cultura*. Fortaleza: Editora Cultura e Informação. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstreams/2ef7f9c7-b464-4680-81f8-c1801157323f/download>
- Simon, Nina (2010). *The Participatory Museum*. Online: Museum 2.0. Disponível em: <https://participatorymuseum.org/read/>
- Smith, Laurajane (2006). *Uses of Heritage*. Londres: Routledge.
- Soares, Bruno Brulon e Laurant Bonilla-Merchav (2025). *The Museum Definition Handbook: Words Inspiring Action*. Paris: ICOM Define.
- Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica (2019). *Risco Sísmico em Portugal*. Disponível em: <https://spessismica.pt/risco-sismico-em-portugal/>
- Souza, Fernando Lucas Garcia de e Leonardo Brandão (2023). A Ameaça do Corpo Tatuado: A Criminalização da Tatuagem durante a Primeira Metade do Século XX. *Dialogos* 27 (2), 22-40. <https://doi.org/10.4025/dialogos.v27i2.64851>
- Suggestus (2024). *Gestão Financeira de Organizações Culturais*. Disponível em: <https://suggestus.eu/produto/gestao-financeira-de-organizacoes-culturais/>
- Tallon, Loïc e Kevin Walker (eds.) (2008). *Digital Technologies and the Museum Experience: Handheld Guides and Other Media*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press.

- Terras, Melissa (2015). Opening Access to Collections: The Making and Using of Open Digitised Cultural Content. *Online Information Review* 39 (5), 733–752.
<https://doi.org/10.1108/OIR-06-2015-0193>
- Thomson, Garry (1986). *The Museum Environment*. 2ª Edição. Londres: Butterworth-Heinemann.
- Throsby, David (2014). *Economics and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- União Europeia (2018). *Uma Nova Agenda para a Cultura*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52018DC0267>
- _____ (2016). *Versão consolidada do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016E/TXT>
- UNESCO (2003). Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>
- _____ (2001). *Law 107/01 on Cultural Heritage*. Disponível em: https://media.unesco.org/sites/default/files/webform/mhm001/portugal_law_1072001_law_cultural_heritage_pororof.pdf
- (1972a). *Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais, Paris, 12-14 de novembro de 1970*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160638?posInSet=2&queryId=8b5f45a8-5665-42ab-a778-23eeb12294c5>
- _____ (1972b). *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>
- Universidade Lusófona (2024). *Workshop sobre Cultura de Inovação*. Disponível em: <https://catedraunesco.ulusofona.pt/noticias/workshop-sobre-cultura-de-inovacao>

Universidade Portucalense (2024). *Museus, Educação e Investigação*. Disponível em:
<https://www.upt.pt/newsletter/destaques-abril-2024/museus-educacao-e-investigacao/>

Vergo, Peter (ed.) (1989). *The New Museology*. Londres: Reaktion Books.

Victor, Isabel (2005). Os Museus e a Qualidade – Distinguir entre Museus com "Qualidades" e a Qualidade em Museus. *Cadernos de Sociomuseologia* 23 (23).

Vieira, Duarte Nuno (2009). Forensic Medicine and Forensic Sciences in Portugal. *The Bulletin of Legal Medicine* 14 (1), 40-47.

VIP Seguros (2025). *Seguro Arte*. Disponível em:
<https://www.vipseguos.pt/particulares-casa/arte>

Watson, Katherine D. (2011). *Forensic Medicine in Western Society: A History*. Londres: Routledge, 2011.

Weather Spark (2026). *Clima e Condições Meteorológicas Médias em Porto no Ano Todo*. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com/y/32397/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Porto-Portugal-durante-o-ano>

Weil, Stephen. E. (2002). *Making Museums Matter*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press.

_____ (1999). From Being About Something to Being for Somebody: The Ongoing Transformation of the American Museum. *Daedalus* 128 (3), 229-258.

World Wide Web Consortium (2025). *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1*. Disponível em: <https://www.w3.org/TR/WCAG21/>

Anexos

Anexo 1 – Textos curatoriais e modelos de legendas

1. Memórias Gravadas – Tatuagens, marginalidade e identidade

Durante o final do século XIX e início do século XX, as tatuagens foram frequentemente associadas a grupos considerados socialmente marginais, como marinheiros, soldados, trabalhadores itinerantes ou indivíduos ligados ao mundo criminal. Esta associação refletia concepções sociais e médicas que procuravam interpretar o corpo como indicador de características morais ou comportamentais (Caplan, 2000). Ao mesmo tempo, estas marcas corporais assumiam uma função prática importante na identificação de indivíduos falecidos. Em contextos em que outros métodos de identificação eram limitados ou inexistentes, as tatuagens constituíam pistas relevantes para reconhecer cadáveres não identificados. Registos detalhados destas marcas eram frequentemente incluídos em relatórios médico-legais e documentos policiais.

A diversidade iconográfica presente nas tatuagens preservadas revela uma multiplicidade de referências culturais. Motivos religiosos, símbolos náuticos, representações afetivas ou imagens de natureza política refletem as experiências individuais dos sujeitos que as portavam. Nesse sentido, estas marcas corporais podem ser interpretadas como formas de expressão identitária que transcendem o seu uso pericial. A musealização destes fragmentos de pele humana coloca, contudo, desafios éticos significativos. A exposição de restos humanos exige uma abordagem sensível que reconheça a dimensão biográfica dos indivíduos representados e evite a sua redução a meros objetos científicos (Jenkins, 2011). Assim, a interpretação deste núcleo beneficia de contributos provenientes da antropologia cultural, da história social e dos estudos do corpo, permitindo contextualizar as tatuagens enquanto práticas culturais e não apenas enquanto evidências forenses.

Modelo de legenda: Fragmento de pele humana tatuada, início do século XX. Coleção de Medicina Legal – INMLCF-DN. Elemento utilizado para identificação forense.

2. Entre Lentes e Balanças – Instrumentação científica e evolução tecnológica

Desde o final do século XIX, a consolidação da medicina legal implicou a adoção de métodos cada vez mais rigorosos de análise científica. Instrumentos óticos permitiram observar tecidos e fluidos biológicos com maior precisão, enquanto dispositivos de medição garantiam maior exatidão na recolha de dados laboratoriais. De acordo com Harold Cook (2011), os instrumentos científicos desempenham um papel fundamental na produção e legitimação do conhecimento científico, funcionando como mediadores entre observação empírica e interpretação teórica.

No contexto da medicina legal, estes instrumentos contribuíram para reforçar a credibilidade das conclusões apresentadas em tribunal. A possibilidade de demonstrar empiricamente determinadas evidências reforçou a autoridade científica dos peritos médicos e consolidou o papel da medicina legal na administração da justiça. A preservação destes equipamentos no museu permite tornar visível o processo de construção do conhecimento científico. Ao observar estes instrumentos, os visitantes podem compreender os métodos técnicos que sustentaram as análises médico-legais e reconhecer a dimensão material da prática científica.

Modelo de legenda: Microscópio ótico, século XX. Equipamento utilizado em análises laboratoriais médico-legais.

3. Do Laboratório ao Museu – Materialidade e prática pericial

A museologia das ciências tem vindo a sublinhar de forma crescente a importância de preservar estes objetos que, à primeira vista, podem parecer banais ou de pouca relevância, mas que, na realidade, constituem testemunhos materiais essenciais para a compreensão da prática científica. Através da análise destes artefactos, torna-se possível apreender a dimensão concreta e tangível das atividades científicas, revelando como o conhecimento se constrói não apenas de forma teórica, mas também através de manipulações, experiências e interações com instrumentos específicos. O estudo dos objetos técnicos permite, assim, reconstruir os gestos, a manipulação dos instrumentos e os procedimentos sistemáticos que estruturam a prática científica quotidiana, oferecendo uma perspetiva sobre as técnicas, rotinas e competências

necessárias para a produção de conhecimento experimental (Alberti, 2005; Daston, 2000; Galison, 1997). Estes objetos, aparentemente simples, tornam-se, portanto, fundamentais para compreender a interligação entre teoria e prática, bem como a evolução histórica das metodologias científicas e a materialidade que sustenta o saber científico ao longo do tempo.

Estes materiais revelam igualmente a organização espacial e funcional dos laboratórios históricos. A disposição dos instrumentos, a tipologia dos recipientes e os materiais utilizados refletem protocolos específicos de análise e conservação de amostras biológicas, oferecendo pistas sobre a rotina e a lógica operacional desses espaços. Ao serem integrados num contexto museológico, os objetos deixam de desempenhar a sua função técnica original e passam a constituir documentos históricos das práticas científicas, permitindo aos visitantes compreender não apenas o resultado das experiências, mas também os processos e métodos que as sustentavam. Este processo de transformação é característico da musealização de objetos científicos, implicando a reinterpretação dos artefactos à luz de novas narrativas históricas, educativas e culturais, que valorizam tanto a dimensão material quanto simbólica da ciência ao longo da história.

Modelo de legenda: Recipiente laboratorial em vidro, século XX. Utilizado na conservação e análise de amostras biológicas.

4. Móveis de Outra Era – Memória material dos serviços médico-legais

Secretárias, armários e cadeiras evidenciam não apenas a funcionalidade dos espaços de trabalho, mas também a hierarquia e a autoridade presentes nos serviços médico-legais. A disposição e o tipo de mobiliário refletiam posições de responsabilidade, definindo zonas de acesso e circulação dentro do laboratório ou do gabinete pericial. Cada peça era pensada para responder a necessidades específicas de armazenamento, escrita ou atendimento, permitindo que a atividade administrativa e científica se desenvolvesse de forma racional e organizada. Estes objetos, portanto, não eram meramente utilitários, mas componentes centrais de uma estrutura institucional que articulava eficiência, disciplina e ordem.

Alguns exemplares apresentam influências estilísticas, como o Art Nouveau, evidenciando a articulação entre estética e funcionalidade nos espaços de trabalho. (Bennett, 1995). Elementos decorativos, curvas e detalhes trabalhados demonstram que, mesmo em contextos de rigor científico, existia uma preocupação com a forma e com a apresentação do ambiente laboral, refletindo valores culturais e visões de modernidade da época. Esta integração entre design e prática profissional revela como os espaços médico-legais eram simultaneamente funcionais e representativos, funcionando como símbolos visíveis da autoridade científica e da legitimidade institucional, ao passo que respondiam às necessidades práticas do cotidiano do trabalho pericial (Galison e Thompson, 1999).

Modelo de legenda: Secretária de diretor, início do século XX. Mobiliário administrativo dos serviços médico-legais.

5. A Face e o Corpo que o Tempo Não Apaga – Moldes anatómicos

Os moldes faciais preservados na coleção constituem um dos conjuntos mais impressionantes do museu. Estas peças foram produzidas a partir de cadáveres com o objetivo de registrar tridimensionalmente características morfológicas relevantes para processos de identificação. Ao contrário das máscaras funerárias tradicionais, geralmente associadas a figuras históricas ou artísticas, estes moldes possuem uma função essencialmente científica. A sua produção permitia preservar com grande fidelidade as características faciais de indivíduos desconhecidos, possibilitando comparações posteriores com fotografias ou descrições.

Este tipo de prática ilustra a intersecção entre ciência, arte e técnica que caracterizou muitas áreas da medicina do século XIX e início do século XX. Como demonstram diversos estudos sobre a história da anatomia, técnicas de moldagem e escultura foram frequentemente utilizadas para documentar características anatómicas com elevado grau de precisão (Sappol, 2001). Contudo, a preservação e exposição destes moldes levanta questões éticas semelhantes às associadas à exposição de restos humanos. A museologia contemporânea tem defendido que estes materiais devem ser

contextualizados de forma crítica, reconhecendo a dimensão humana dos indivíduos representados (Alberti *et al.*, 2009).

Modelo de legenda: Máscara facial em cera policromada, primeira metade do século XX. Molde para registo anatómico pós-morte.

6. O Silêncio dos Instrumentos – Armas e objetos de agressão

Armas de fogo e armas brancas articulam, de modo singular, campos tão diversos como a medicina, a balística, a química e o direito, evidenciando a relevância científica da interpretação de evidências no âmbito forense. A análise de armas de fogo no contexto médico-legal, por exemplo, envolve estudos detalhados sobre os efeitos dos projéteis no corpo humano, a avaliação das características balísticas que permitem identificar a arma e as condições do disparo, bem como a determinação de nexo causal entre o objeto e as lesões observadas, o que exige conhecimentos provenientes da física, da química e da medicina legal para sustentar conclusões juridicamente válidas. Nesta linha, a balística forense converte fenómenos físicos e marcas microscópicas em prova material para o direito penal, demonstrando como a ciência contribui para elucidar a dinâmica dos atos violentos e estabelecer responsabilidade, papel central nas práticas periciais contemporâneas e históricas.

Estes objetos tornam, assim, visíveis as relações entre ação, causa e prova em contextos investigativos ao transformarem vestígios materiais em informação interpretável e juridicamente relevante. A capacidade de correlacionar as marcas deixadas por um instrumento com eventos concretos — por exemplo, através de análise balística ou da identificação das características de uma arma branca numa lesão — ilustra a forma como a interpretação científica de evidências sustenta decisões judiciais e investigações criminais. Esta abordagem interdisciplinar não só reforça a credibilidade da ciência forense, como também sublinha a importância de metodologias rigorosas na produção de conhecimento fidedigno e de valor probatório, em consonância com reflexões teóricas sobre a interpretação e a atribuição de significado a objetos e evidências materializadas em contextos culturais e institucionais (Pearce, 1992; Hooper-Greenhill, 2000).

Modelo de legenda: Arma branca, século XX. Objeto examinado em investigação médico-legal.

7. Entre Ossos e Crânios – Antropologia forense e identificação humana

A antropologia forense desempenha um papel central na investigação de restos humanos não identificados, oferecendo ferramentas essenciais para a reconstrução de perfis biológicos e para a resolução de casos complexos. Técnicas osteológicas e biométricas permitem determinar idade, sexo biológico, estatura, ancestralidade e eventuais patologias, fornecendo elementos cruciais para a identificação de indivíduos, especialmente em contextos de decomposição avançada ou quando outros métodos de identificação se mostram inviáveis. Estes procedimentos demonstram como a análise científica do esqueleto humano integra medicina, biologia e direito, contribuindo para a elucidação de causas de morte e para o esclarecimento de circunstâncias forenses de grande relevância judicial.

No entanto, a presença de restos humanos em museus tem suscitado debates éticos significativos nas últimas décadas. Investigadores como Jones e Whitaker (2013) sublinham a necessidade de estabelecer princípios claros para a preservação, estudo e exposição destes materiais, de forma a equilibrar o valor científico e educativo com o respeito pelos indivíduos representados. No âmbito do Museu de Medicina Legal do INMLCF-DN, estes espécimes desempenham uma função pedagógica importante, permitindo aos visitantes e investigadores compreender os métodos científicos aplicados à análise do esqueleto humano, bem como os procedimentos utilizados na investigação de causas de morte, tornando visível a intersecção entre ciência, prática forense e ética institucional.

Modelo de legenda: Crânio humano, século XX. Utilizado em estudos de identificação e análise osteopatológica.

8. Arquivo do Corpo – Preparações anatómicas e conservação

As preparações anatómicas, desde tábuas com estruturas dissecadas e fixadas até peças conservadas em meios líquidos ou por processos mais modernos, constituem

testemunhos materiais de métodos que permitiram estudar o corpo em detalhe e comunicar esse conhecimento a estudantes e investigadores. Técnicas de preservação evoluíram significativamente ao longo dos séculos — desde as preparações secas e a utilização de resinas ou óleos para manter a forma dos órgãos até à introdução de fixadores químicos como o formaldeído e, mais recentemente, a plastinação — refletindo mudanças nas exigências educativas, científicas e museológicas da anatomia (Monza e Licata, 2015).

Estes espécimes conservados não só documentam a diversidade anatômica humana, como também suscitam reflexões sobre a preservação, o significado e a ética inerente ao tratamento de restos humanos em contextos museológicos. Coleções anatómicas em museus, como as mantidas em instituições académicas e médicas desde o século XVII, ilustram o esforço contínuo para equilibrar a conservação material com a função educativa e científica destes objetos, que ao longo do tempo foram reinterpretados enquanto património cultural e científico (Ducourau, 2023). Ao integrar peças de diferentes épocas e técnicas de preparação, este núcleo convida o público a considerar não apenas os avanços técnicos na preservação do corpo humano, mas também o papel que estas práticas tiveram — e continuam a ter — na construção de conhecimento anatómico rigoroso.

Modelo de legenda: Coração em solução salina, século XX. Utilizado em estudos anatomopatológicos.

Anexo 2 – Cálculo de determinação de riscos

Escala A

Score	Mean time between events or Time period for cumulative damage assessed in B	Frequency in 100 years
5	1 year (1 to 2)	100 events (60 to 100)
4½	3 years (2 to 6)	30 events (20 to 60)
4	10 years (6 to 20)	10 events (6 to 20)
3½	30 years (20 to 60)	3 events (2 to 6)
3	100 years (60 to 200)	1 event (0.6 to 2)
2½	300 years (200 to 600)	~0.3 (0.2 to 0.6)
2	1000 years (600 to 2000)	~0.1 (0.06 to 0.2)
1½	3k years (2k to 6k)	~0.03 (0.02 to 0.06)
1	10k years (6k to 20k)	~0.01 (0.006 to 0.02)
½	30k years (20k to 60k)	~0.003 (0.002 to 0.006)

Fonte: Michalski & Pedersoli Jr., 2016, 95.

Escala B

Score	Fraction of value lost in each affected item	Range	Word guidelines (These are offered as guides, not definitions.)	Number of damaged items equivalent to one total loss
5	100%	100% to 60%	Total or almost total loss of value in each affected item	~1
4½	30%	60% to 20%		~3
4	10%	20% to 6%	Large loss of value in each item affected	~10
3½	3%	6% to 2%		~30
3	1%	2% to 0.6%	Small loss of value to each item affected	~100
2½	0.3%	0.6% to 0.2%		~300
2	0.1%	0.2% to 0.06%	Tiny loss of value to each item affected	~1000
1½	0.03%	0.06% to 0.02%		~3000
1	0.01%	0.02% to 0.006%	Trace loss of value to each item affected	~10,000
½	0.003%	0.006% to 0.002%		

Fonte: Michalski & Pedersoli Jr., 2016, 96.

Escala C

Score	Percentage of the value pie	Range	Word guidelines (These are offered as guides, not definitions.)
5	100%	100% to 60%	All or most of the heritage asset value is affected.
4½	30%	60% to 20%	
4	10%	20% to 6%	A large fraction of the heritage asset value is affected.
3½	3%	6% to 2%	
3	1%	2% to 0.6%	A small fraction of the heritage asset value is affected.
2½	0.3%	0.6% to 0.2%	
2	0.1%	0.2% to 0.06%	A tiny fraction of the heritage asset value is affected.
1½	0.03%	0.06% to 0.02%	
1	0.01%	0.02% to 0.006%	A trace of the heritage asset value is affected.
½	0.003%	0.006% to 0.002%	

Fonte: Michalski & Pedersoli Jr., 2016, 97.

Anexo 3 – Propostas de workshops educativos

1. Desenhar no Teatro Anatómico – Observação e representação do corpo humano

Este workshop tem como propósito explorar a relação histórica entre o desenho e o estudo da anatomia, enfatizando o papel central da representação visual na formação médica. Ao longo da história da medicina, o desenho constituiu uma ferramenta indispensável para a observação detalhada, a análise crítica e a documentação sistemática das estruturas do corpo humano, permitindo a transmissão de conhecimento anatómico num período anterior ao desenvolvimento das tecnologias modernas de imagem. Desde os tratados anatómicos do Renascimento até às práticas pedagógicas contemporâneas, a representação gráfica tem desempenhado um papel estruturante na construção e difusão do saber médico.

A atividade destina-se não apenas a estudantes de medicina, mas também a outros interessados em compreender as interações entre arte e ciência, incentivando a observação direta de espécimes anatómicos conservados no museu. Neste contexto, os participantes são estimulados a produzir representações visuais próprias, desenvolvendo competências de observação rigorosa e a capacidade de identificar e interpretar relações morfológicas complexas entre diferentes estruturas do corpo humano. Simultaneamente, promove-se uma reflexão crítica sobre o desenho enquanto ferramenta cognitiva e metodológica, reforçando a sua relevância no processo de aprendizagem e na construção do conhecimento científico.

Estrutura do workshop

1. Abertura e introdução (15 minutos)

Apresentação do objetivo do workshop e contextualização da relação entre desenho e anatomia na história da medicina.

2. Observação guiada (30 minutos)

Visita ao teatro anatómico para observação detalhada dos espécimes expostos, com orientações para o desenvolvimento da atenção às estruturas morfológicas.

3. Prática de desenho (60 minutos)

Realização de representações visuais das estruturas observadas, enfatizando os processos de construção e análise gráfica.

4. Discussão e *feedback* (30 minutos)

Partilha dos trabalhos realizados e reflexão coletiva sobre os processos de observação e representação.

5. Encerramento (15 minutos)

Discussão final sobre o papel do desenho na aprendizagem da anatomia e sugestões para a integração desta prática no percurso académico.

2. Manipular para Conhecer e Representar a Osteologia Humana

Este workshop propõe uma abordagem sensorial ao estudo do sistema esquelético, destacando o tato como um instrumento privilegiado para a recolha de informação e a compreensão das estruturas anatómicas. Esta metodologia aproxima-se de abordagens contemporâneas de educação multissensorial, que valorizam a experiência corporal e tátil como elemento central na construção do conhecimento científico e na consolidação da aprendizagem.

Através do contacto direto com ossos humanos ou réplicas anatómicas, os participantes são encorajados a explorar de forma detalhada características como forma, textura, densidade e volume. Esta exploração sensorial permite uma perceção mais profunda das dimensões tridimensionais das estruturas esqueléticas e constitui o ponto de partida para a elaboração de representações gráficas rigorosas e informadas. Ao integrar o tato com a prática do desenho, o workshop promove a articulação entre a experiência sensorial e a representação visual, reforçando o papel do corpo na aprendizagem anatómica e incentivando a reflexão crítica sobre os métodos de aquisição de conhecimento no campo da medicina.

Estrutura do workshop

Abertura e introdução (15 minutos)

Apresentação da importância do tato na recolha de informação sensorial e na construção de representações visuais.

Exploração tátil (30 minutos)

Distribuição de ossos ou réplicas anatómicas para exploração sensorial.

Os participantes analisam texturas, formas e volumes, inicialmente sem recurso à visão.

Registo e desenho tátil (45 minutos)

Produção de desenhos baseados exclusivamente nas perceções táteis.

Comparação entre tato e visão (30 minutos)

Observação visual dos ossos e comparação com os desenhos realizados anteriormente.

Partilha e reflexão (30 minutos)

Discussão coletiva sobre as diferenças entre as perceções táteis e visuais.

Encerramento (15 minutos)

Avaliação da atividade e reflexão sobre as potencialidades pedagógicas da abordagem sensorial.

3. Explorando a Realidade Tridimensional dos Órgãos – Novas perspetivas no desenho

Este workshop propõe a integração de tecnologias de realidade aumentada no processo de aprendizagem da anatomia, oferecendo aos participantes a oportunidade de explorar modelos tridimensionais de órgãos humanos de forma interativa e imersiva. Esta abordagem enquadra-se no âmbito da educação digital e da visualização científica, campos em rápido desenvolvimento no ensino médico, que combinam inovação tecnológica com metodologias pedagógicas centradas no aluno.

A manipulação destes modelos digitais permite uma compreensão mais profunda das estruturas anatómicas e das suas relações espaciais complexas, facilitando a perceção de detalhes que podem ser difíceis de observar em espécimes físicos. Paralelamente, a

prática do desenho digital oferece um meio de consolidar a aprendizagem, permitindo que os participantes registrem visualmente as observações e articulem conhecimento teórico e experiência prática. Ao integrar tecnologias digitais com representações gráficas, o workshop promove uma abordagem multimodal ao estudo da anatomia, reforçando a capacidade de análise crítica, a visualização espacial e a compreensão holística do corpo humano.

Estrutura do workshop

Abertura e introdução (15 minutos)

Apresentação dos objetivos do workshop e contextualização da importância da visualização tridimensional na aprendizagem da anatomia.

Exploração de modelos em realidade aumentada (30 minutos)

Demonstração das mesas digitalizadoras e dos modelos tridimensionais do cérebro.

Sessão de observação e análise (30 minutos)

Seleção de uma estrutura específica para análise anatômica detalhada.

Intervalo (10 minutos)

Desenho digital orientado (45 minutos)

Realização de representações digitais das estruturas estudadas, incentivando a experimentação de diferentes perspectivas.

Discussão e partilha (20 minutos)

Apresentação dos trabalhos realizados e reflexão sobre a relação entre visualização digital e compreensão anatômica.

Encerramento (10 minutos)

Síntese das principais aprendizagens e recolha de *feedback* dos participantes.

A implementação de um programa educativo estruturado, permanente e evolutivo revela-se fundamental para a afirmação das instituições museológicas enquanto espaços de produção e disseminação de conhecimento. A articulação entre diferentes estratégias — expositivas, participativas e tecnológicas — permite responder às exigências contemporâneas da educação não formal, promovendo experiências de

aprendizagem mais inclusivas, dinâmicas e significativas. Neste contexto, o museu deixa de ser um espaço de mera contemplação para se afirmar como um ambiente ativo de experimentação, diálogo e construção de saber. Por outro lado, a integração de práticas inovadoras, como a gamificação, a realidade aumentada e os workshops sensoriais, contribui para aproximar diferentes públicos do conhecimento científico, reforçando o papel social das instituições culturais. A adoção de uma programação flexível e em constante atualização assegura não apenas a relevância contínua do museu, mas também a sua capacidade de adaptação às transformações sociais, tecnológicas e epistemológicas, consolidando-o como um agente ativo na promoção da literacia científica e da cidadania informada.

Anexo 4 – Proposta de identidade visual



Museu de
**Medicina
Legal**



Museu de
Medicina Legal
Núcleo do Norte



Museu de
Medicina Legal
Núcleo do Centro



Museu de
Medicina Legal
Núcleo do Sul

Museu de Medicina Legal



Antropologia
Forense



Patologia
Forense



Clínica
Forense



Psicologia e
Psiquiatria Forense



Química
Forense



Genética
Forense



Sexologia
Forense



Tanatologia



Toxicologia



Anatomia
Patológica



Criminalística

Uma visita ao Museu de Medicina Legal do Porto é uma oportunidade única de explorar os limites entre a vida, a morte e a verdade científica...



Descubra o lado científico da justiça

Algumas exposições podem conter conteúdos sensíveis, recomendando-se a visita a maiores de 16 anos

Onde estamos

Morada

Tv. do Carregal 3
4050-202 Porto

Telefone

22 207 3850

E-mail

mmedicinalegalporto@inmlcf.mj.pt

Website

www.mmedicinalegalporto.pt

Social Media

@mmlporto

Museu de Medicina Legal



Uma viagem fascinante pela ciência, justiça e história!

Sobre o Museu

O Museu de Medicina Legal do Porto é um espaço único dedicado à preservação e divulgação da história da medicina forense em Portugal. Aqui, ciência e investigação criminal cruzam-se para revelar os métodos, os casos e os avanços que marcaram esta área ao longo do tempo.



Uma experiência educativa

Ideal para estudantes, profissionais de saúde, investigadores e curiosos, o museu oferece uma visão profunda sobre:

- Patologia Forense
- CLínica Forense
- Toxicologia Forense
- Genética Forense
- Anatomia Patológica
- Criminalística
- entre outros



Museu de
**Medicina
Legal**



O que vai encontrar

Coleções Anatômicas

Instrumentos Forenses

Casos Reais

Documentos Históricos

Venha conhecer uma das áreas mais intrigantes da medicina!

Museu de Medicina Legal



Museu de
Medicina
Legal

Bilhete
000000

Preço
Gratuito

Tipo
Adulto

00/00/26

www.mmedicinalegalp.ort.ao.pt



Museu de
Medicina
Legal

Bilhete
000000

Preço
Gratuito

Tipo
Adulto

00/00/26

www.mmedicinalegalp.ort.ao.pt



Museu de
Medicina
Legal

Bilhete
000000

Preço
Gratuito

Tipo
Adulto

00/00/26

www.mmedicinalegalp.ort.ao.pt



Museu de
Medicina
Legal

Bilhete
000000

Preço
Gratuito

Tipo
Adulto

00/00/26

www.mmedicinalegalp.ort.ao.pt



Museu de Medicina Legal

MUSEU DE MEDICINA LEGAL		
Do INMLCF-DN		
Nº DE INVENTÁRIO: MINMLCFDN_PA1	DATAÇÃO: Desconhecida	
CORÇÃO COM MARCA DE PROJÉTIL		
Preparado: Solução salina a 30%	Técnicos responsáveis: Amílcar Rocha / Micaela Barreiro	Data de incorporação: 2025

Etiqueta

Museu de Medicina Legal

Roboto Slab Bold

a b c d e f g h i j k l m n o p q r s t u v
w x y z A B C D E F G H I J K L M N O P
Q R S T U V W X Y Z 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 ^{1 2}
³ ª ° % \$ € ¥ £ ¢ & * @ # | á â ã ä å Æ ç é
ê ë ì í î ï ñ ò ó ô õ ö ø œ š ß ú û ü ý
ÿ ž Á Â Ã Ä Å Æ Ç È É Ê Ë Ì Í Î Ï Ñ Ò Ó
Ô Õ Ö Ø Ù Ú Û Ü Ý Ž , ; - - - “ ’
‘ ’ , “ ” „ ‹ › « » / \ ? ! ¨ ¡ () [] { } © ® § + × = _ °

Roboto Slab

a b c d e f g h i j k l m n o p q r s t u v w x
y z A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S
T U V W X Y Z 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 ^{1 2 3} ª ° % \$
€ ¥ £ ¢ & * @ # | á â ã ä å Æ ç é ê ë ì í î ï
ñ ò ó ô õ ö ø œ š ß ú û ü ý ÿ ž Á Â Ã
Ä Å Æ Ç È É Ê Ë Ì Í Î Ï Ñ Ò Ó Ô Õ Ö Ø Ù
Ú Û Ü Ý Ž , ; - - - “ ’ ’ ’ , “ ” „ ‹ › « »
/ \ ? ! ¨ ¡ () [] { } © ® § + × = _ °

CRU

R	G	B
255	249	217

C	M	Y	K
1	1	20	0

PANTONE
7499 c

HEX
#fff9d9

BORDEAUX

R	G	B
137	0	39

C	M	Y	K
28	100	71	35

PANTONE
201 c

HEX
#890027

PRETO

R	G	B
29	29	27

C	M	Y	K
74	65	63	81

PANTONE
Black 6 c

HEX
#1d1d1b







Museu de
Medicina
Legal

